50

REGIÃO CENTRO
50 ANOS DE PLANEAMENTO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DOCUMENTOS ANEXOS

ccdrc
comissão de coordenação e
desenvolvimento regional do centro

ccdrc
comissão de coordenação
e desenvolvimento regional
do centro

Comissão de Coordenação
e Desenvolvimento Regional do Centro
Rua Bernardim Ribeiro, 80
3000-069 Coimbra, Portugal

Tel: 239 400 100
E-mail: geral@ccdrc.pt
www.ccdrc.pt

ÍNDICE

Anexo 1

Um retrato estatístico dos últimos 50 anos 05

Mercado de Trabalho 12

Educação 16

Famílias 18

Habitação 20

Economia 22

Anexo 2

Região Centro: evolução da geografia regional 25

Anexo 3

Registos para a história da CCDRC 29

1. Recortes imprensa: início de atividade 32
2. Cooperação transfronteiriça e internacional 40
3. Estrutura dirigente 45
4. Instalações 53
5. GAT e 10 anos de poder local 58
6. Exposição 40 anos 66
7. Edições da CCDRC 68

I

UM RETRATO ESTATÍSTICO DOS ÚLTIMOS 50 ANOS

Região Centro: um retrato estatístico dos últimos 50 anos

Completando a informação apresentada no ponto 2.2. este anexo resume, de forma breve e com recurso à informação estatística disponível[153], as principais *alterações ocorridas na região Centro* nos últimos 50 anos.

A evolução verificada revela-se particularmente animadora em áreas como a educação, a saúde e as condições de habitabilidade, mas aponta também para problemas com implicações sérias no futuro da região e do próprio país, dos quais se destacam a perda populacional e o envelhecimento da população.

Como a CCDRC possui duas áreas de atuação diferentes (consoante as competências específicas que estamos a considerar), sempre que possível, apresentam-se os indicadores para essas configurações territoriais atualmente existentes: 77 e 100 municípios.

[153] Os Recenseamentos da População e da Habitação são, por excelência, as fontes de informação estatística que permitem obter dados compatíveis e com desagregação regional para os últimos 50 anos. No entanto, importa ter presente que os dados disponíveis em cada Recenseamento nem sempre são apresentados com o mesmo detalhe e que o último ano disponível com a informação censitária completa é 2011.

População
- → População residente na região Centro
- → Proporção de população residente no total nacional
- → Proporção de população residente em lugares com 10 mil e mais habitantes
- → Proporção da população residente do sexo feminino
- → Índice de envelhecimento
- → População residente segundo o sexo e grupos de idade
- → Taxa bruta de natalidade
- → Taxa bruta de mortalidade
- → Taxa de mortalidade infantil
- → Esperança média de vida à nascença
- → Esperança média de vida à nascença (100 municípios) por sexo

Mercado de Trabalho
- → Taxa de atividade
- → Taxa de atividade das mulheres
- → População residente empregada segundo o setor de atividade económica
- → Setor de atividade dominante (1981) e População empregada por sector (2011)
- → Taxa de desemprego

Educação
- → Taxa de analfabetismo
- → Proporção da população com ensino superior completo
- → População jovem com formação superior
- → Taxa de abandono escolar precoce

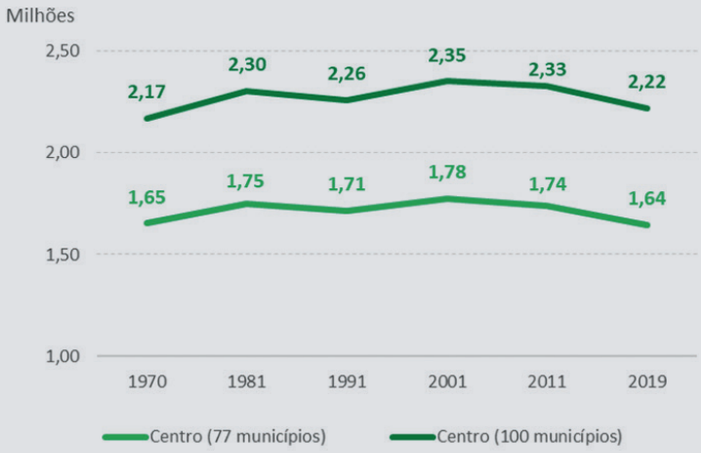
Famílias
- → Famílias clássicas na região Centro
- → Proporção das famílias clássicas no total nacional
- → Dimensão média das famílias clássicas
- → Famílias clássicas segundo a dimensão

Habitação
- → Alojamentos familiares
- → Proporção dos alojamentos familiares no total nacional
- → Proporção de alojamentos familiares clássicos ocupados pelos proprietários
- → Proporção de alojamentos familiares sem infraestruturas básicas

Economia
- → Produto Interno Bruto por habitante
- → Produto Interno Bruto por habitante em Paridades de Poder de Compra
- → Produto Interno Bruto por habitante / Variação entre 1995 e 2019 / Mapa NUTS III (CIM)

População

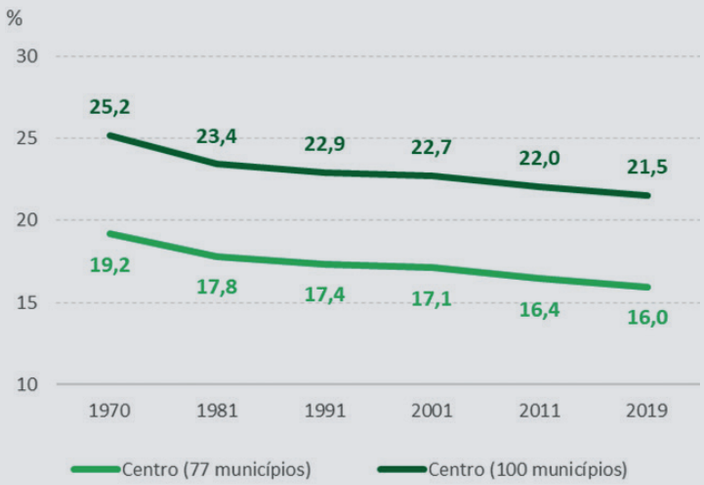
População residente na região Centro



Nas últimas décadas, a região Centro registou uma tendência de decréscimo populacional. Atualmente, detém praticamente o mesmo efetivo de população residente da década de 70: 2,2 milhões de habitantes, quando consideramos o âmbito de atuação a 100 municípios, e 1,6 milhões de habitantes quando consideramos os 77 municípios.

Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da População (dados decenais) e Estimativas da População Residente (2019)

Proporção de população residente na região Centro no total nacional



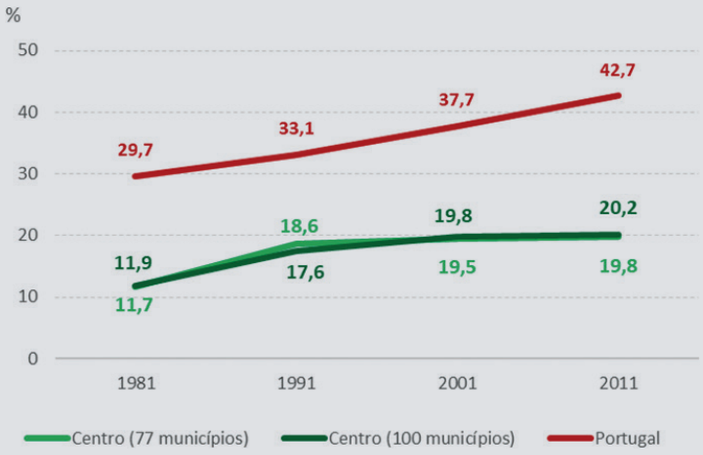
No entanto, é evidente a progressiva perda de importância da região Centro em termos de concentração populacional ao longo das últimas décadas.

Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da População (dados decenais) e Estimativas da População Residente (2019)

Proporção de população residente em lugares com 10 mil e mais habitantes

No período em análise, a concentração urbana, traduzida pelo peso da população residente em lugares com 10 mil ou mais habitantes, aumentou. Em 1981, cerca de 12% da população do Centro vivia em aglomerados com 10 mil ou mais habitantes, peso que subiu para os 20%, em 2011. Estes valores ficavam bastante aquém da média nacional que, em 2011, era de 43%.

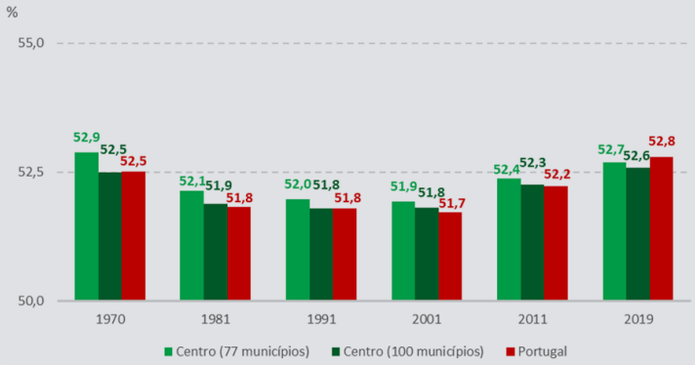
Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da População (dados decenais)
Proporção da população residente em lugares com 10 mil e mais habitantes = População residente em lugares com 10 mil e mais habitantes / População residente total x 100



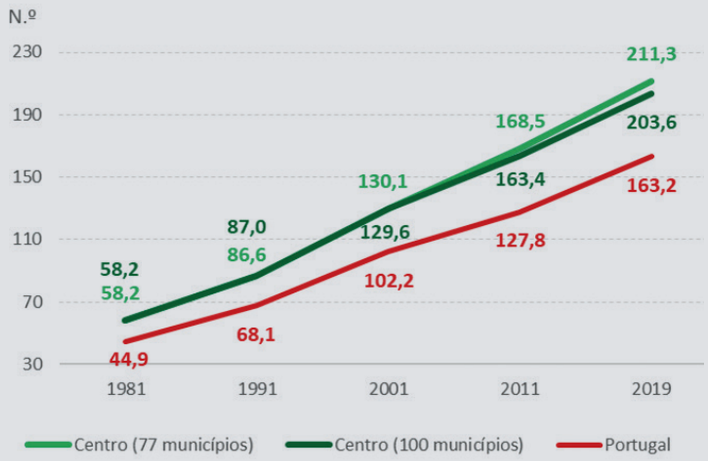
Proporção da população residente do sexo feminino

Durante estes 50 anos, a proporção de mulheres no total da população manteve-se relativamente estável, tendo ocorrido um ligeiro crescimento desde 2001. Atualmente, as mulheres representam cerca de 53% da população total, valor muito próximo ao que se verificava na década de 70.

Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da População (dados decenais) e Estimativas da População Residente (2019)
Proporção da população residente do sexo feminino = População residente do sexo feminino / População residente total x 100



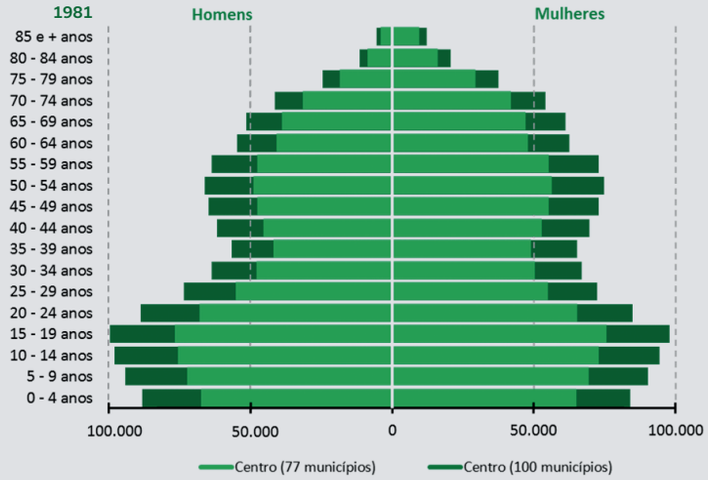
Índice de envelhecimento



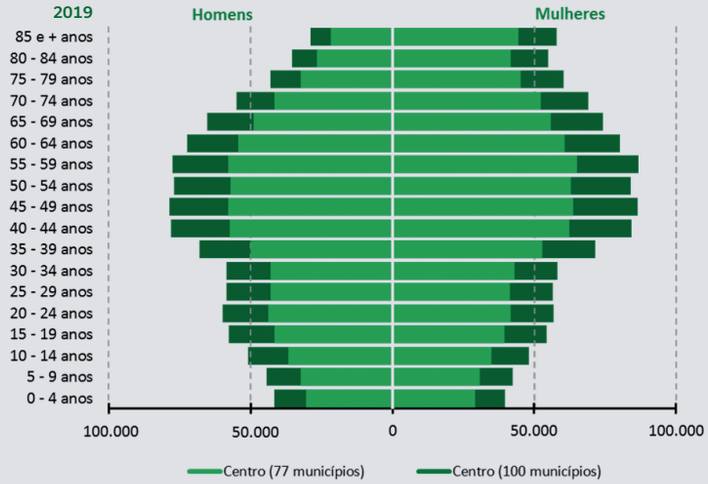
Nas últimas décadas tem-se assistido a uma forte tendência de envelhecimento da população, com maior incidência ainda na região Centro do que no país. Assim, enquanto, na região, em 1981, existiam cerca de 58 idosos por cada 100 jovens atualmente, existem mais de 200 idosos por cada 100 jovens. O ponto de viragem ocorreu entre 1991 e 2001, quando a população idosa ultrapassou em número a população jovem.

Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da População (dados decenais) e Estimativas da População Residente (2019)
Índice de envelhecimento = População residente com 65 e mais anos / População residente dos 0 aos 14 anos x 100

População residente na região Centro segundo o sexo e grupos de idade



Fonte: INE, I.P., Recenseamento da População

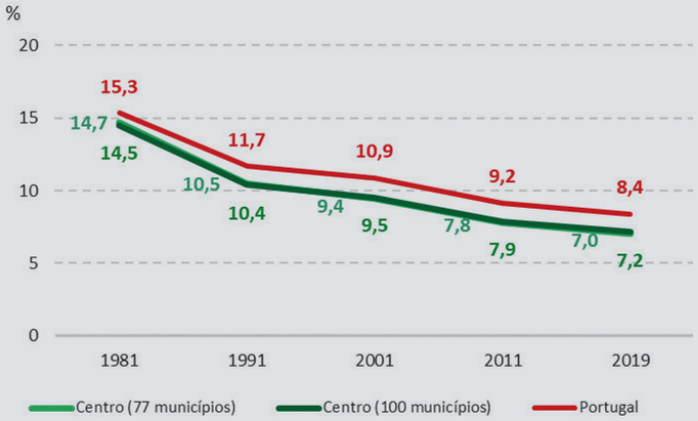


Fonte: INE, I.P., Estimativas da População Residente

Esta tendência de envelhecimento é também evidenciada pela comparação entre as pirâmides etárias da região Centro de 1981 e de 2019, que refletem a estrutura etária da população nesses anos. O grande estreitamento da base da pirâmide (que traduz a redução do efetivo populacional jovem) e o alargamento do topo (que evidencia o aumento da população idosa) são claramente reveladores do duplo envelhecimento da população. A pirâmide deixou, assim, de ser triangular e passou a estar "invertida", fenómeno provocado pelo efeito conjugado da baixa natalidade, do contínuo aumento da esperança de vida e de saldos migratórios moderados). De salientar ainda, a rapidez com que se passou de uma sociedade com uma população jovem para uma outra muito envelhecida.

Taxa bruta de natalidade

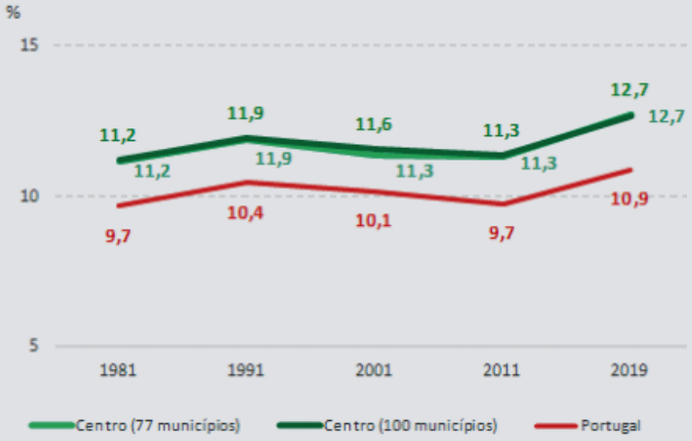
Nas últimas quatro décadas assistiu-se na região Centro e em Portugal a uma forte diminuição da taxa de natalidade, que contribuiu para um decréscimo do saldo entre os nados-vivos e os óbitos. Assim, atualmente, a taxa de natalidade na região corresponde a menos de metade da registada em 1981, quer consideremos o âmbito de atuação a 77 ou 100 municípios. Esta tendência também se verifica a nível nacional, embora a taxa de natalidade em Portugal seja ligeiramente superior à da região.



Fonte: INE, I.P., Indicadores Demográficos
Taxa bruta de natalidade = N.º de nados-vivos / População média x 1000

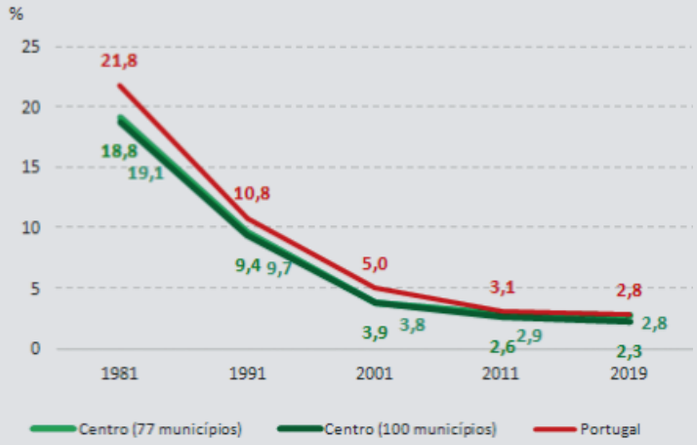
Taxa bruta de mortalidade

A evolução da taxa de mortalidade registou um comportamento oposto e menos intenso, tendo crescido na região Centro 1,5 pontos percentuais entre 1981 e 2019. Comparativamente ao país, a região tem tendencialmente apresentado maiores taxas de mortalidade, tendo em 2019 atingido o seu diferencial máximo de 1,8 pontos percentuais.



Fonte: INE, I.P., Indicadores Demográficos
Taxa bruta de mortalidade = N.º de óbitos / População média x 1000

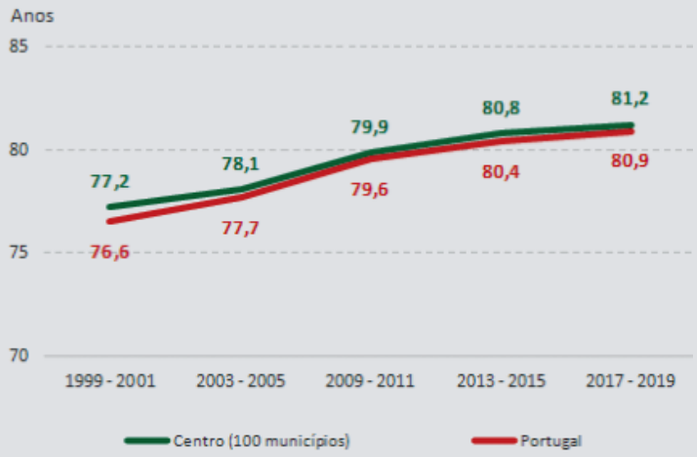
Taxa de mortalidade infantil



A taxa de mortalidade infantil diminuiu muito significativamente na região e no país nos últimos quarenta anos. Assim, enquanto que, no início da década de 80, por cada mil crianças nascidas na região Centro cerca de 19 não completavam o primeiro ano de vida, presentemente, por cada mil nascimentos apenas entre 2 e 3 não sobrevivem ao primeiro ano de vida. Nas últimas décadas do século passado, a mortalidade infantil na região observou valores inferiores à média nacional, aproximando-se desta a partir de 2011 e igualando-a em 2019 (apenas quando consideramos a região a 77 municípios). Os valores registados recentemente neste indicador representam um mínimo histórico.

Fonte: INE, I.P., Estatísticas da Saúde
Taxa de mortalidade infantil = N.º de óbitos de crianças com menos de 1 ano / N.º de nados-vivos x 1000

Esperança média de vida à nascença



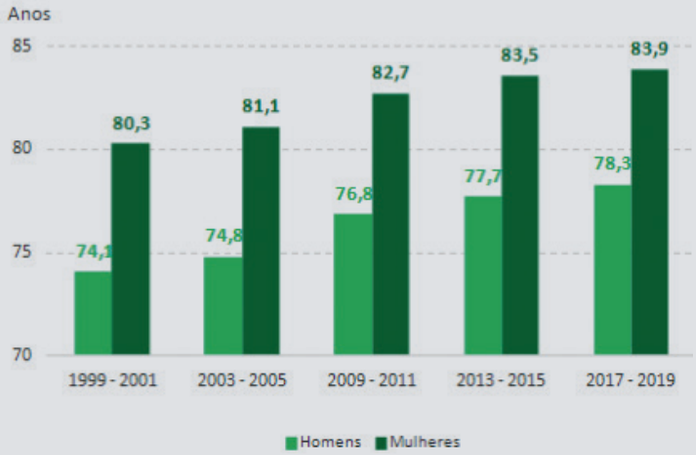
Desde o início do século XXI que a esperança média de vida tem aumentado na região e no país. Assim, atualmente, na região Centro vive-se, em média, mais quatro anos do que há 20 anos. No Centro, a população também vive ligeiramente mais anos do que, em média, se vive no país.

Fonte: INE, I.P., Estatísticas da Saúde

Esperança média de vida à nascença na região Centro (100 municípios) por sexo

A evolução regional da esperança de vida nos últimos anos mostra claramente, como expetável, que as mulheres vivem, em média, mais anos do que os homens. No entanto, os indivíduos do sexo masculino foram os que registaram o maior crescimento da esperança de vida, tendo passado de uma média de 74,1 anos no início do século XXI para os atuais 78,3 anos. Já as mulheres da região Centro evidenciaram ao longo dos últimos anos uma esperança média de vida acima dos 80 anos, vivendo, hoje em dia até aos 83,9 anos.

Fonte: INE, I.P., Estatísticas da Saúde



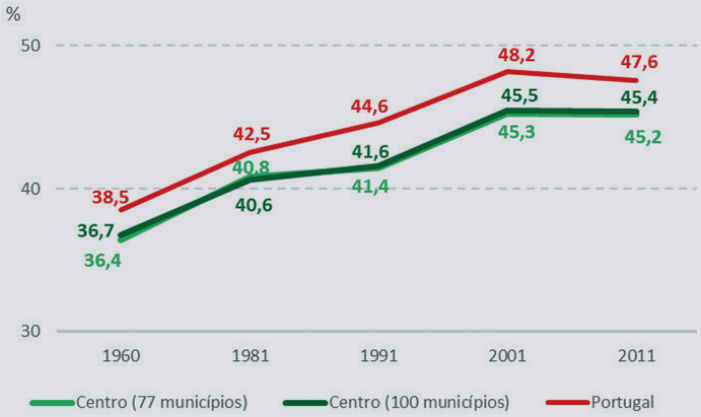
Mercado de Trabalho[154]

[154] Nos Ce nsos de 1960, a idade mínima para se fazer parte da população ativa era de 10 anos. Nos Censos de 1981 e de 1991, a idade mínima passou para 12 anos e nos Censos de 2001 e de 2011 era já de 15 anos.

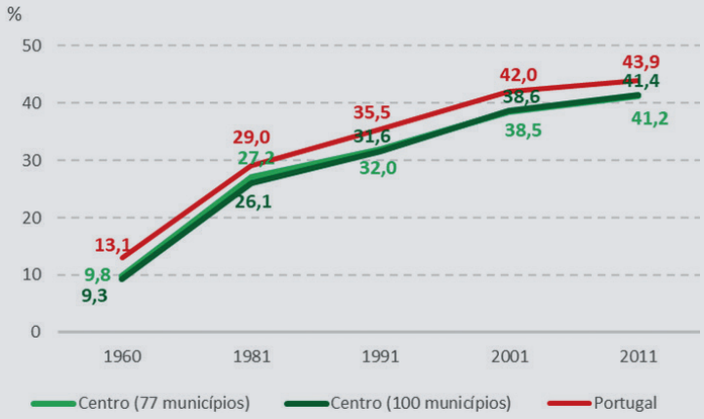
Taxa de atividade

Entre 2001 e 2011, a taxa de atividade decresceu ligeiramente, contrariando a tendência de subida verificada nas décadas anteriores. Na região Centro, esta diminuição deveu-se não só ao decréscimo da população ativa, como da população total. Atualmente, a mão-de-obra disponível para o mercado de trabalho corresponde a cerca de 45% da população total da região Centro.

Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da População (dados decenais)
Taxa de atividade = População ativa / População residente total x 100



Taxa de atividade das mulheres



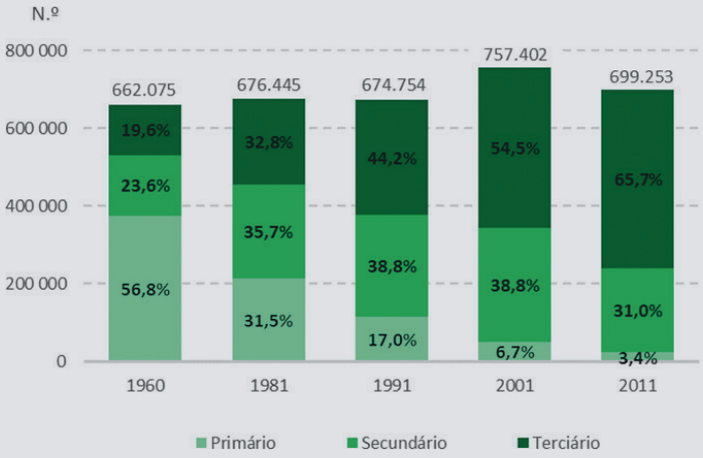
A taxa de atividade das mulheres registou um crescimento bastante acentuado nas últimas décadas, refletindo o progressivo aumento da presença feminina no mercado de trabalho. Recuando até 1960, as taxas de atividade das mulheres eram de 9,8% para os 77 municípios e de 9,3% quando consideramos os 100 municípios, abaixo da média nacional de 13,1%. Atualmente, rondam os 41%.

Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da População (dados decenais)
Taxa de atividade das mulheres = População ativa do sexo feminino / População residente total do sexo feminino x 100

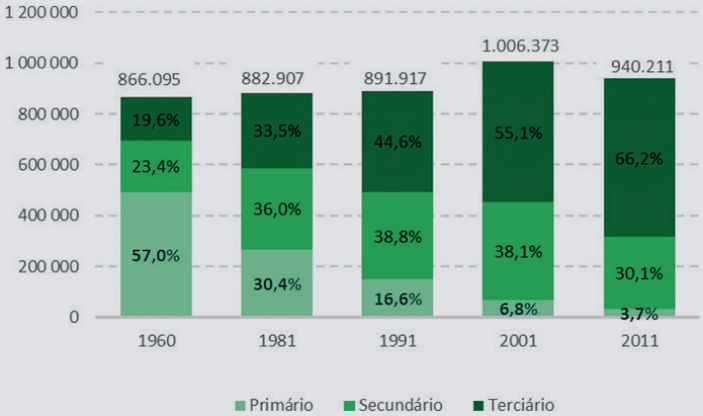
Nos anos em análise, a população empregada da região Centro foi sofrendo algumas oscilações, tendo diminuído entre 2001 e 2011. No entanto, em termos de setores de atividade, é evidente a forte tendência de terciarização da economia regional em detrimento do setor primário. O peso do setor terciário passou de 19,6%, em 1960, para 66%, em 2011. Já o setor primário caiu de cerca de 57%, em 1960, para cerca de 4% em 2011. No setor secundário, verificou-se algum acréscimo entre 1960 e 1991, tendo gradualmente diminuído o seu peso nos anos seguintes contando, em 2011, com cerca de 31% da população empregada.

População residente empregada na região Centro segundo o setor de atividade económica

Centro (77 municípios)

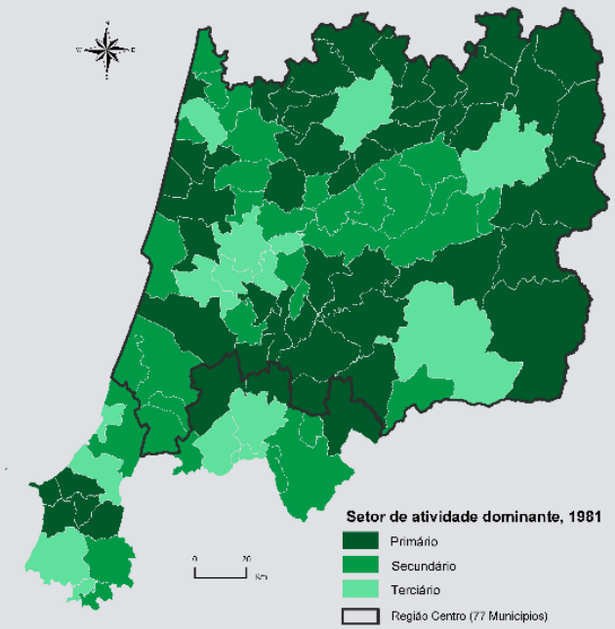


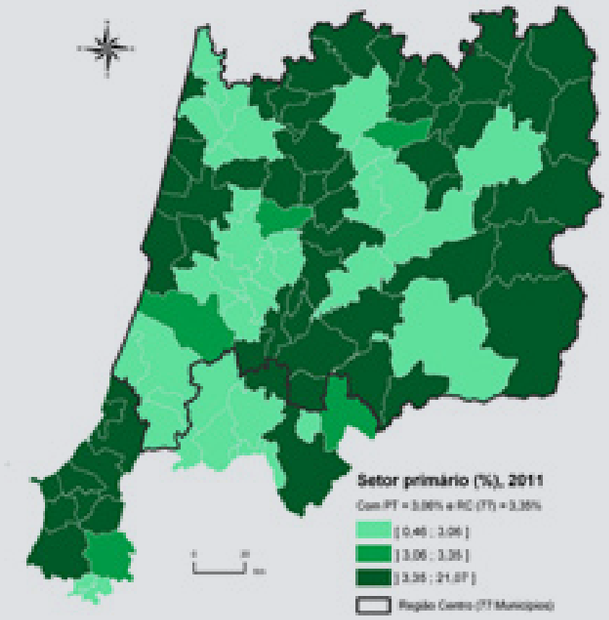
Centro (100 municípios)

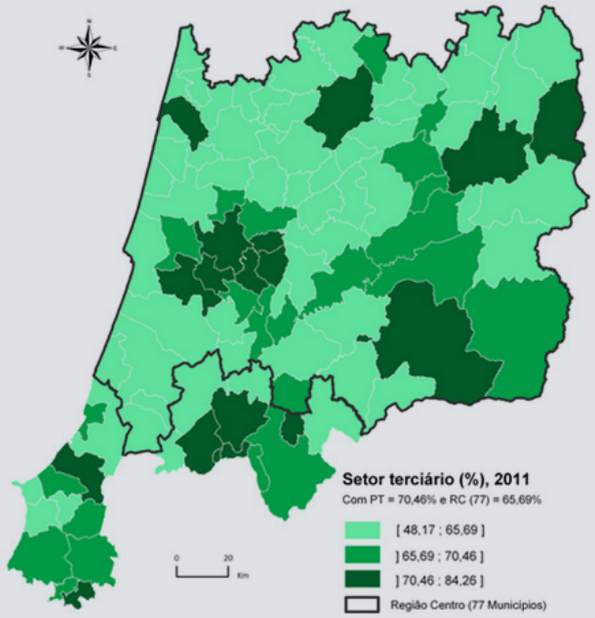


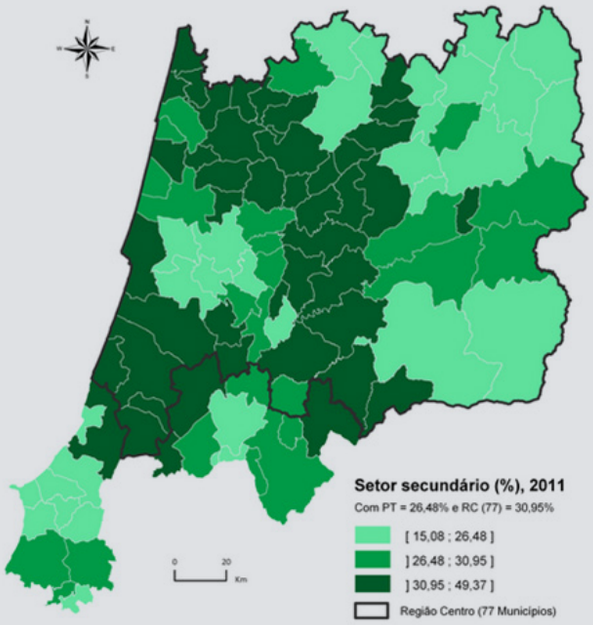
Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da População (dados decenais)

Setor de atividade dominante (1981) e População empregada por setor (2011)



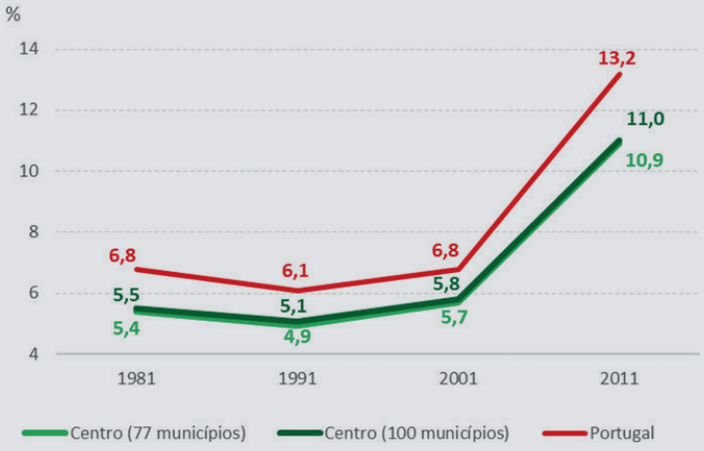






Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da População e da Habitação (dados decenais)

Taxa de desemprego

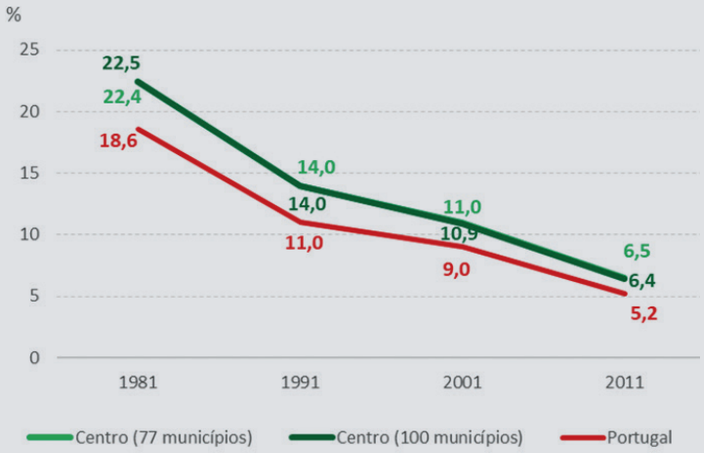


A taxa de desemprego agravou-se significativamente entre 2001 e 2011, tendo atingido, em 2011, os valores mais elevados desde 1981. Ao longo de toda a série, a taxa regional manteve-se sempre inferior à média nacional.

Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da População (dados decenais)
Taxa de desemprego = População desempregada / População ativa x 100

Educação

Taxa de analfabetismo



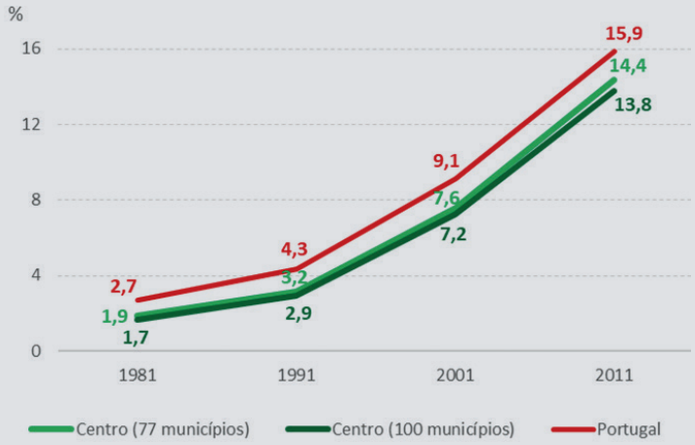
Nas últimas décadas, assistiu-se a uma redução drástica da taxa de analfabetismo na região Centro e no país. Enquanto, em 1981, praticamente 25 em cada 100 dos habitantes da região Centro não sabia ler nem escrever, em 2011, alcançou-se um valor de cerca de seis por cada 100 habitante, sendo maioritariamente população idosa.

Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da População (dados decenais)
Taxa de analfabetismo = População residente com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever / População residente total com 10 ou mais anos x 100

Proporção da população com ensino superior completo

Também se assistiu a uma evolução substancial nas últimas décadas em termos de qualificação superior. Assim, enquanto em 1981, na região Centro, apenas aproximadamente 2% da população com mais de 25 anos tinha concluído o ensino superior, em 2011, já se tinham atingido os 14%. Apesar deste progresso, os valores regionais continuaram a permanecer abaixo da média nacional.

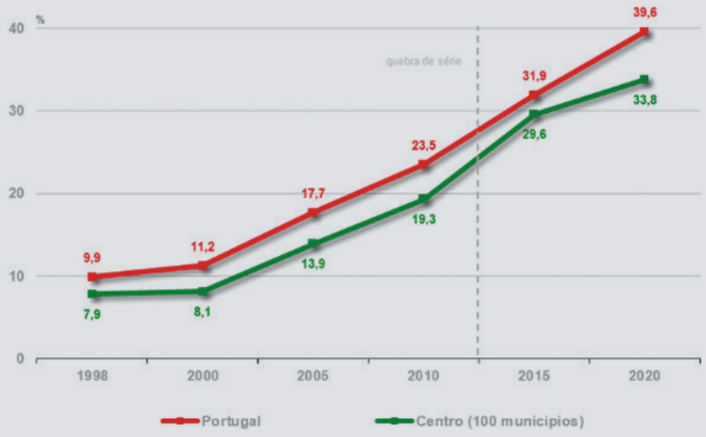
Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da População (dados decenais)
Proporção da população com ensino superior completo = População residente com ensino superior completo / População residente total com 25 ou mais anos x 100



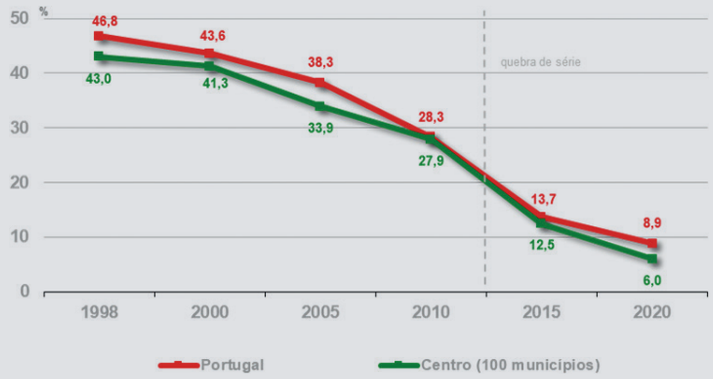
População jovem com formação superior

Nos últimos anos, as políticas de incentivo à qualificação superior tiveram efeitos muito significativos no progresso da região, tendo a população jovem com ensino superior completo atingido os 33,8%, em 2020. Este valor corresponde a mais do quádruplo do registado em 1998.

Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego
População jovem com formação superior = População com ensino superior completo entre os 30-34 anos/População entre os 30-34 anos x 100



Taxa de abandono escolar precoce

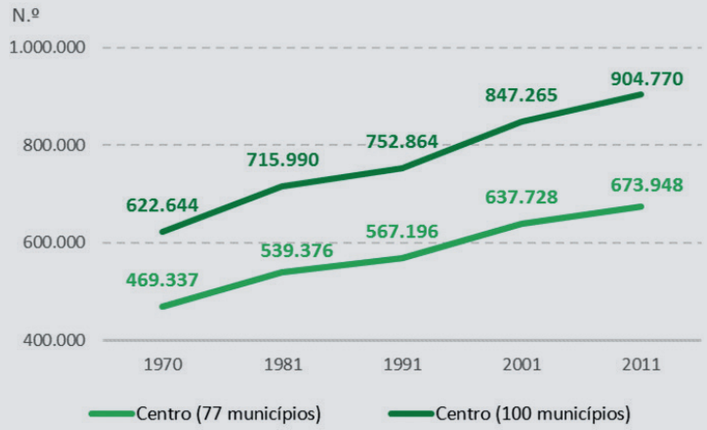


Houve também uma aposta clara no combate ao abandono escolar nas políticas de educação, tendo a região Centro (100 municípios) passado de uma taxa de abandono escolar de 43,0%, em 1998, para 20,3%, em 2011, e para 6,0%, em 2020 (valor inferior às médias nacional e europeia).

Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego
Taxa de abandono escolar precoce = População residente entre 18-24 anos com nível de escolaridade completo até ao 3.º ciclo do ensino básico que não recebeu nenhum tipo de educação (formal ou não formal) / População residente com idade entre 18-24 anos) x 100

Famílias

Famílias clássicas na região Centro



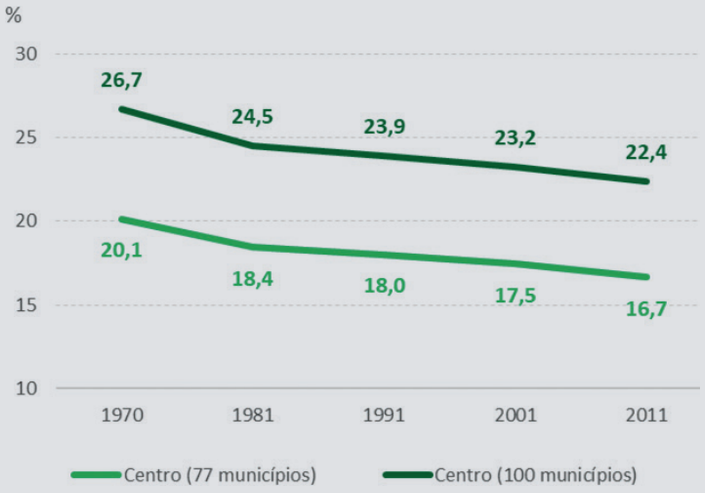
Desde 1970 que se tem registado, na região Centro, o aumento continuado do número de famílias. Em 2011, totalizavam cerca de 674 mil, considerando os 77 municípios, e cerca de 905 mil, considerando os 100 municípios.

Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da População (dados decenais)

Proporção das famílias clássicas da região Centro no total nacional

No entanto, o peso da região no total nacional em termos do número de famílias tem-se reduzido ao longo das últimas décadas.

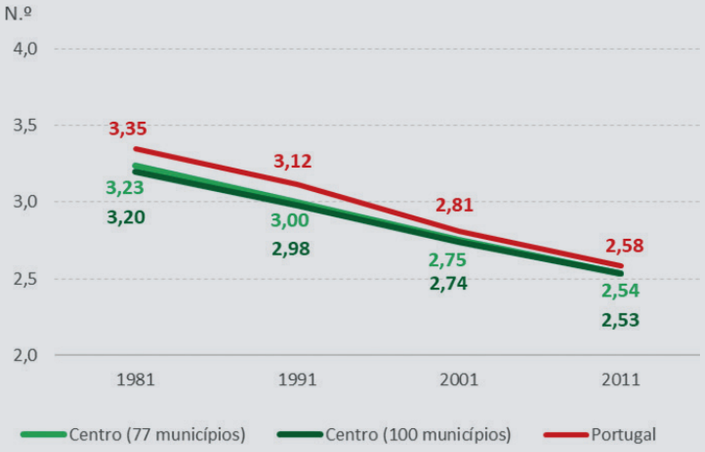
Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da População (dados decenais)



Dimensão média das famílias clássicas

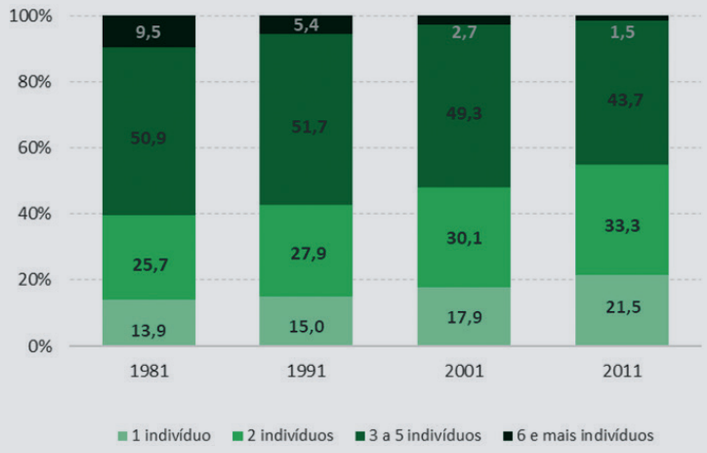
O que também se tem reduzido nas últimas décadas é a dimensão média das famílias. Em 1981, este indicador, na região, era de 3,2 indivíduos (se remontássemos a 1960, seria de 3,6), o que compara com 2,5, em 2011. Também se verifica que as famílias na região Centro têm uma dimensão média inferior ao valor nacional, tendo-se registado uma sucessiva aproximação desde 2001.

Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da População (dados decenais)
Dimensão média das famílias clássicas = Indivíduos residentes em famílias clássicas / Total de famílias clássicas

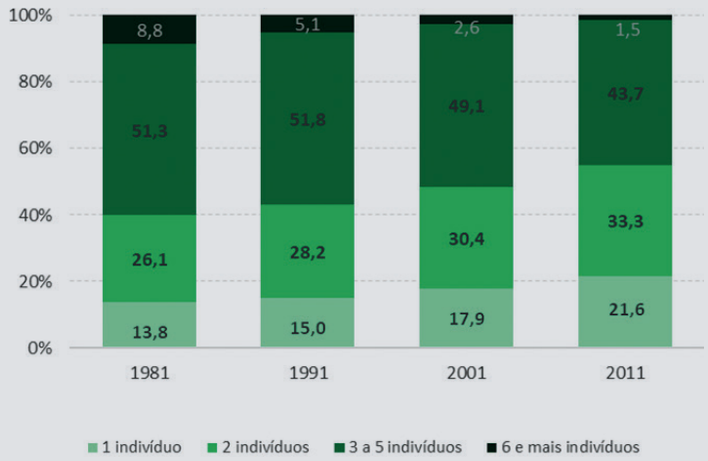


Famílias clássicas na região Centro segundo a dimensão

Centro (77 municípios)



Centro (100 municípios)

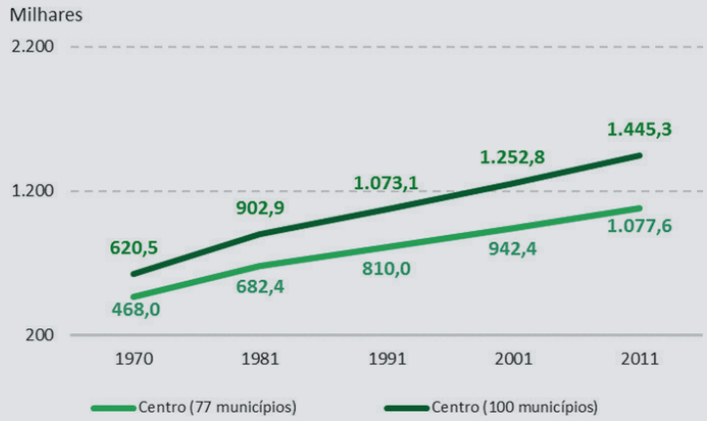


Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da População (dados decenais)

A redução da dimensão média das famílias justifica-se pelo aumento da prevalência de famílias de menor dimensão (as famílias com 1 ou 2 indivíduos passaram de 40%, em 1981, para 55%, em 2011) e pela diminuição das famílias mais numerosas (as famílias com 6 ou mais elementos, em 1981, representavam cerca de 9% do total, passaram a representar, em 2011, 1,5%). Desde 1991 que se verifica ainda a diminuição do peso das famílias com 3 a 5 indivíduos, contribuindo ainda mais para agravar esta tendência.

Habitação

Alojamentos familiares na região Centro



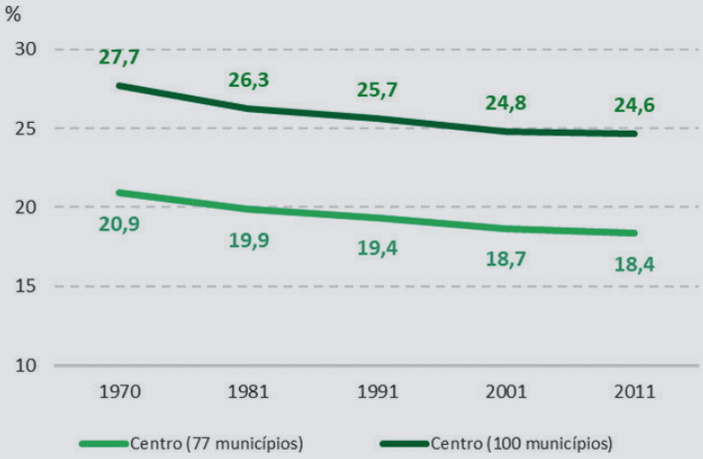
Os alojamentos familiares mais que duplicaram, na região Centro, em cerca de quatro décadas. Assim, em 2011, na região, existiam cerca de 1,4 milhões de alojamentos familiares, considerando os 100 municípios, e aproximadamente 1,1 milhões de alojamentos familiares, considerando os 77 municípios.

Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da População e da Habitação (dados decenais)

Proporção dos alojamentos familiares da região Centro no total nacional

No entanto, o peso da região no total nacional de alojamentos familiares tem-se reduzido, ainda que de forma pouco intensa, ao longo das últimas décadas.

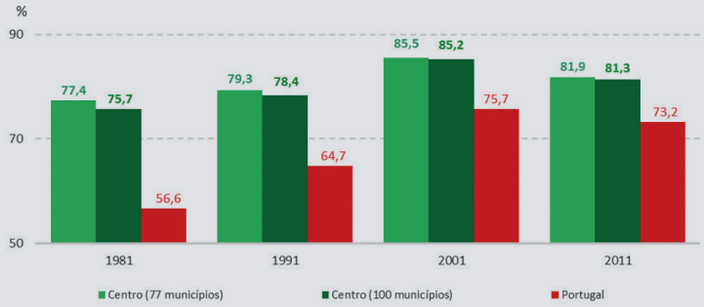
Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da População e da Habitação (dados decenais)



Proporção de alojamentos familiares clássicos ocupados pelos proprietários

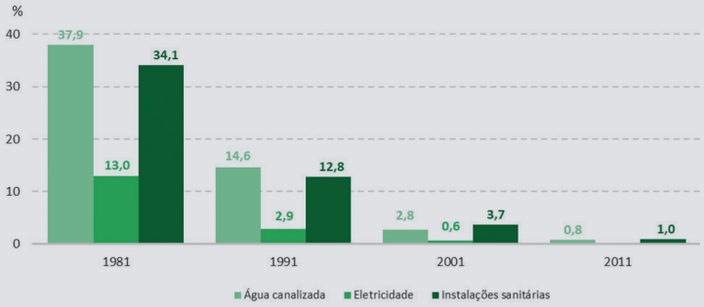
A habitação própria tem sido o regime de ocupação dominante ao longo das últimas décadas, em detrimento do arrendamento, com o peso da ocupação própria na região Centro sempre muito acima do padrão nacional. No entanto, tem-se assistido ao longo do tempo, a uma tendência de aproximação através, sobretudo, do aumento da média nacional. O ano de 2001 foi aquele em que a preferência da utilização em regime de «casa própria», face ao arredamento, atingiu a sua proporção máxima quer na região Centro (cerca de 85%), quer em Portugal (cerca de 76%).

Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da População e da Habitação (dados decenais)

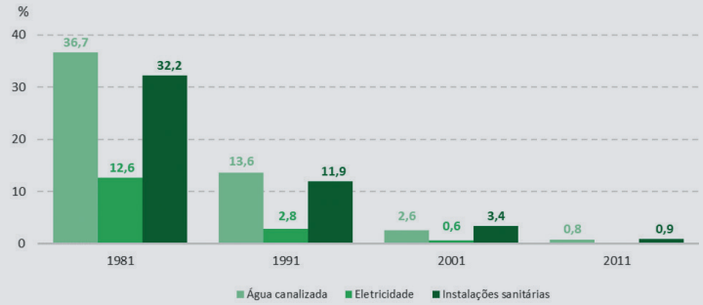


Proporção de alojamentos familiares sem infraestruturas básicas

Centro (77 municípios)



Centro (100 municípios)

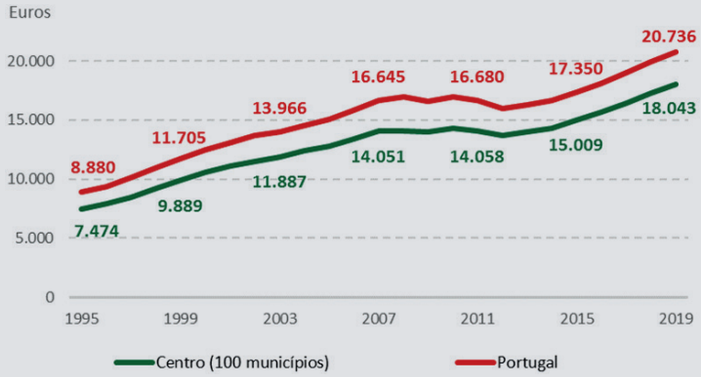


Fonte: INE, I.P., Recenseamentos da População e da Habitação (dados decenais)

As condições de habitabilidade dos alojamentos familiares na região Centro, avaliadas em termos de acesso a infraestruturas básicas melhoram muito significativamente desde 1981. Neste ano, na região considerada a 77 municípios, mais de 37% dos alojamentos familiares não possuíam água canalizada, cerca de 34% não tinham instalações sanitárias e 13% não possuíam eletricidade. Em 2011 as proporções de alojamentos familiares na região com estas carências eram residuais.

Economia

Produto Interno Bruto por habitante

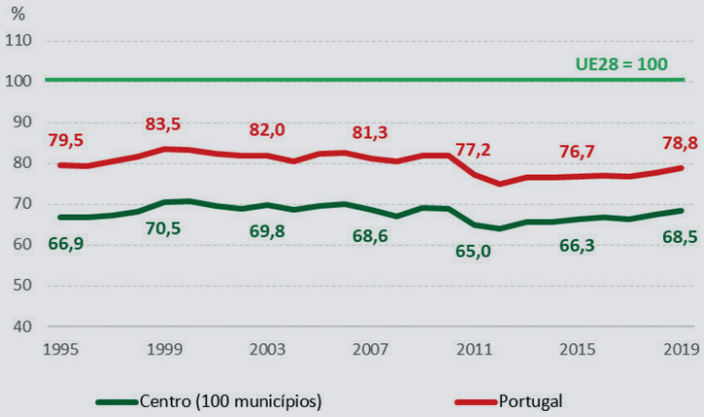


O Produto Interno Bruto por habitante da região Centro tem aumentado de forma progressiva ao longo dos últimos anos (com exceção de 2009, 2011 e 2012). Em 1995, situava-se nos 7.474 euros por habitante, representando 84% da média nacional. Em 2019, atingia os 18.043 euros por habitante, representando 87% da média nacional e denotando uma tendência de aproximação a esta média.

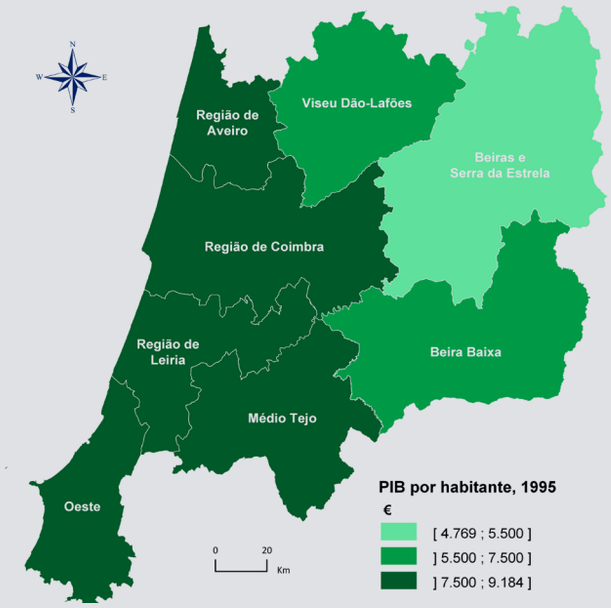
Fonte: INE, I.P., Contas Regionais

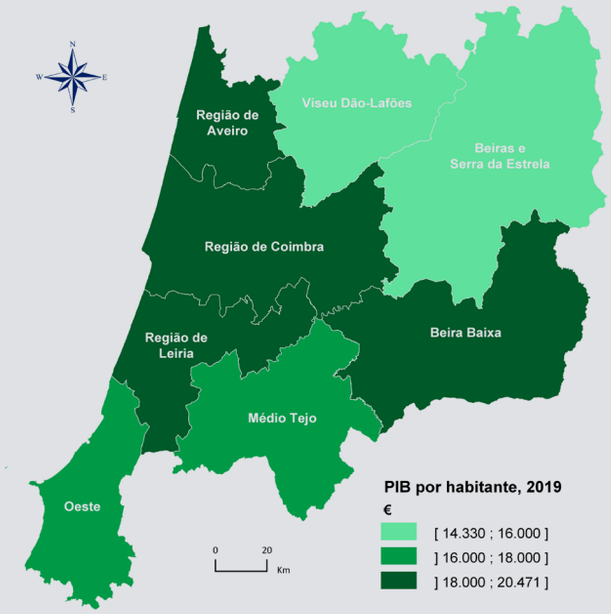
Produto Interno Bruto por habitante em Paridades de Poder de Compra (UE28 = 100)

Comparando com a média europeia (28 países), verifica-se que o poder de compra da região, aferido pelo Produto Interno Bruto por habitante medido em paridades de poder de compra, tem sofrido algumas oscilações ao longo dos últimos anos, variando entre os 65% e os 70%.



Produto Interno Bruto por habitante / CIM. Variação entre 1995 e 2019





Fonte: INE, I.P., Contas Regionais

II

REGIÃO CENTRO: EVOLUÇÃO DA GEOGRAFIA REGIONAL

Região Centro: evolução da geografia regional

Evolução da área de atuação da CCDRC. Competências Nucleares

		1969-1979	1979-1989	1989-2010
Municípios (N.º)		101	77	78
Área (Km²)		27 453	23 273	23 673
População residente (N.º)		2 197 420	1 750 885	1 722 959
Densidade Populacional (N.º/km²)		80	75,2	72,8
Distritos	Aveiro	Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, **Aveiro**, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos, Mealhada, Espinho, Santa Maria da Feira, Arouca, Castelo de Paiva, São João da Madeira, Vale de Cambra e Oliveira de Azeméis	Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos, Mealhada,	Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos, Mealhada,
	Coimbra	Arganil, Cantanhede, **Coimbra**, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Góis, Lousã, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela, Soure, Tábua e Vila Nova de Poiares	Arganil, Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Góis, Lousã, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela, Soure, Tábua e Vila Nova de Poiares	Arganil, Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Góis, Lousã, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela, Soure, Tábua e Vila Nova de Poiares
	Leiria	Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, **Leiria**, Marinha Grande, Pedrógão Grande, Pombal e Porto de Mós Alcobaça, Bombarral, Caldas da Rainha, Nazaré, Óbidos e Peniche	Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Pedrógão Grande, Pombal e Porto de Mós	Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Pedrógão Grande, Pombal e Porto de Mós
	Viseu	Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Tondela, Vila Nova de Paiva, **Viseu** e Vouzela, Mortágua, Armamar, Cinfães, Lamego, Moimenta da Beira, Penedono, Resende, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca	Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela, Mortágua,	Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela, Mortágua,
	Guarda	Aguiar da Beira, Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Gouveia, **Guarda**, Manteigas, Mêda, Pinhel, Sabugal, Seia e Trancoso, Vila Nova de Foz Côa	Aguiar da Beira, Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Gouveia, Guarda, Manteigas, Mêda, Pinhel, Sabugal, Seia e Trancoso,	Aguiar da Beira, Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Gouveia, Guarda, Manteigas, Mêda, Pinhel, Sabugal, Seia e Trancoso,
	Castelo Branco	**Castelo Branco**, Idanha-a-Nova, Penamacor, Vila Velha de Ródão, Cova da Beira, Belmonte, Covilhã, Fundão, Pinhal Interior Sul, Oleiros, Proença-a-Nova, Sertã e Vila de Rei	Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor, Vila Velha de Ródão, Cova da Beira, Belmonte, Covilhã, Fundão, Pinhal Interior Sul, Oleiros, Proença-a-Nova, Sertã e Vila de Rei	Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor, Vila Velha de Ródão, Cova da Beira, Belmonte, Covilhã, Fundão, Pinhal Interior Sul, Oleiros, Proença-a-Nova, Sertã e Vila de Rei
	Santarém			Mação
	Lisboa			

2010-presente
77
23 273
1 643 891
70,6
Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos, Mealhada,
Arganil, Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Góis, Lousã, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela, Soure, Tábua e Vila Nova de Poiares
Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Pedrógão Grande, Pombal e Porto de Mós
Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela, Mortágua,
Aguiar da Beira, Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Gouveia, Guarda, Manteigas, Mêda, Pinhel, Sabugal, Seia e Trancoso,
Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor, Vila Velha de Ródão, Cova da Beira, Belmonte, Covilhã, Fundão, Pinhal Interior Sul, Oleiros, Proença-a-Nova, Sertã e Vila de Rei

Gestão dos Fundos Europeus	
até 2002	2002 - presente
78	100
23 673	28 199
1 722 959	2 217 285
70,6	78,6
Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos, Mealhada,	Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos, Mealhada,
Arganil, Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Góis, Lousã, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela, Soure, Tábua e Vila Nova de Poiares	Arganil, Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Góis, Lousã, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela, Soure, Tábua e Vila Nova de Poiares
Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Pedrógão Grande, Pombal e Porto de Mós	Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Pedrógão Grande, Pombal e Porto de Mós Alcobaça, Bombarral, Caldas da Rainha, Nazaré, Óbidos e Peniche
Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela, Mortágua,	Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela, Mortágua,
Aguiar da Beira, Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Gouveia, Guarda, Manteigas, Mêda, Pinhel, Sabugal, Seia e Trancoso,	Aguiar da Beira, Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Gouveia, Guarda, Manteigas, Mêda, Pinhel, Sabugal, Seia e Trancoso,
Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor, Vila Velha de Ródão, Cova da Beira, Belmonte, Covilhã, Fundão, Pinhal Interior Sul, Oleiros, Proença-a-Nova, Sertã e Vila de Rei	Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor, Vila Velha de Ródão, Cova da Beira, Belmonte, Covilhã, Fundão, Pinhal Interior Sul, Oleiros, Proença-a-Nova, Sertã e Vila de Rei
Mação	Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha
	Alenquer, Arruda dos Vinhos, Cadaval, Lourinhã, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras

III

REGISTOS PARA A HISTÓRIA DA CCDRC

Corresponde à apresentação de um conjunto de registos com importância para a história da CCDRC:

Completa, sem pretender ser exaustiva, a informação apresentada no corpo e ilustra alguns dos momentos da atividade desenvolvida pela CCDRC.

A atividade desenvolvida ao longo destes 50 anos é particularmente vasta pelo que esta compilação é muito limitada, sendo importante a disponibilização em formato digital destes e outros elementos recolhidos, bem como a possibilidade de os mesmos serem periodicamente completados e atualizados.

De entre estes últimos poderíamos destacar a listagem completa dos colaboradores que trabalharam na Comissão e o registo e digitalização de todos os relatórios, documentos e propostas elaboradas, completando a relação das publicações produzidas e editadas (como se refere no ponto 3.6).

A CCDRC disponibiliza na sua página eletrónica o reportório das edições da Comissão, em https://bibliotecadigital.ccdrc.pt/ e ilustra-se no final deste anexo algumas das que se podem considerar mais significativas e representativas (agrupadas por cada década).

A sua digitalização e disponibilização completa para consulta "on line", em desenvolvimento e que deverá incluir, para além da produção editada, relatórios e propostas mais significativos, reveste-se da máxima importância para quem se dedica ao estudo e desenvolve a sua atividade profissional em planeamento territorial e desenvolvimento regional e local, proposição de medidas e para a melhor fundamentação na tomada de decisões nestas áreas (incluindo ordenamento do território, ambiente e recursos naturais e áreas sectoriais com impacto territorial na região).

Os registos do Anexo III apresentados estão agrupados nos seguintes subtítulos:

1. **Recortes Imprensa: início atividades**
2. **Cooperação Transfronteiriça e Internacional**
3. **Estrutura Dirigente**
4. **Instalações**
5. **GAT e 10 anos de Poder Local**
6. **Exposição 40 anos**
7. **Edições da CCDRC**

1. RECORTES IMPRENSA: INÍCIO DE ATIVIDADE[160]

[160] Cópia de recortes de notícias publicadas no Diário de Coimbra, relativos ao início da atividade da Comissão, cuja disponibilização se agradece.

ÓRGÃO DO MOVIMENTO REGIONALISTA DAS BEIRAS

DIÁRIO DE COIMBRA

ANO XLI N.º 13.902 JORNAL REPUBLICANO 3.ª-Feira, 26 de Janeiro de 1971

EDITOR ADRIANO LUCAS • PROPRIEDADE DE «A TIPOGRAFICA DAS BEIRAS, L.DA» • REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, OFICINAS Rua da Sofia, N.º 179 — COIMBRA

Região-Plano do Centro porta que se abre ao progresso de que COIMBRA TEM DE SER PÓLO DE ATRACÇÃO

Posse do eng.º Engrácia Carrilho na presidência da Comissão de Planeamento

Decorreu ontem, na Presidência do Conselho, no gabinete do subsecretário de Estado do Planeamento Económico, o acto de posse do eng.º Manuel Augusto Engrácia Carrilho, antigo governador civil de Viseu, nas funções de presidente da Comissão de Planeamento da Região Centro, que foi muito concorrido, assistindo os governadores civis dos distritos de Coimbra, Aveiro, Leiria, Guarda e Castelo Branco, o vice-presidente, em exercício, da Câmara Municipal de Viseu, bem como vários presidentes de municípios da região, bem como altos funcionários de diversos ministérios.

Ao usar da palavra o dr. João Salgueiro, subsecretário de Estado do Planeamento económico, afirmou:

Os objectivos do desenvolvimento regional

As finalidades e actuação das Comissões de Planeamento Regional não podem deixar de enquadrar-se com clareza e desde o início na problemática que motivou a sua criação.

No caso português, os problemas do desenvolvimento regional apresentam amplitude e gravidade geralmente reconhecidas, pois que determinam as condições de vida da maior parte da população, em quase todas as regiões do Continente e Ilhas.

O objectivo central do desenvolvimento regional tem sido condicionado pela necessidade de corrigir a concentração excessiva do progresso económico em torno de Lisboa, reduzindo as disparidades de dinamismo e industrialização e assegurando maiores oportunidades à populações de todo o território. Tem-se insistentes vezes apontado a urgência de combater a anemia e atraso relativo da maior parte do País, gerando correntes de progresso nas diversas regiões, criando condições que favoreçam o crescimento e modernização da sua vida económica e social e desencoragem, portanto, o afluxo à zona de Lisboa.

Devemos no entanto encarar o objectivo do desenvolvimento regional em perspectivas mais amplas. Com efeito, não é apenas o equilíbrio quanto ao grau de desenvolvimento e às condições oferecidas nas diversas regiões que está em causa. Mais profundamente, o que está em jogo é a capacidade de acolhimento e progresso que o País no seu conjunto oferece à população portuguesa. A capacidade de reduzir o volume da emigração para o estrangeiro, centenas de milhar de portugueses que procuram no exterior condições de vida que nas suas regiões não encontravam e que Lisboa também não oferecia no número necessário: um afluxo médio de cerca de 60 mil pessoas e 60 mil novos empregos em cada um dos

(Continua na 10.ª página)

O dr. João Salgueiro, subsecretário de Estado do Planeamento Económico, ao usar da palavra no acto de posse do eng.º Engrácia Carrilho, que lhe conferiu, de presidente da Comissão de Planeamento da Região-Centro.

Posse do primeiro Presidente, em 25 de janeiro de 1971

ACTO DE POSSE do eng.º Engrácia Carrilho

(Continuado da 1.ª pág.)

últimos anos. Não podemos esquecer ao considerar os objectivos da política de desenvolvimento regional que, face às tendências centrifugantes das economias regionais, a capacidade de atracção da área de Lisboa tem sido insuficiente e a maior parte da nossa população que abandona os meios rurais se orienta para terras estranhas indo contribuir para o desenvolvimento das economias estrangeiras — A solução não poderá portanto consistir em estabelecer a média entre o desenvolvimento de Lisboa e o das restantes grandes regiões, mas sim em criar em cada uma condições de progresso correspondente às da única área que tem mostrado capacidade de dinamismo à escala internacional. Assegurar condições de modernização e crescimento suficientes para receber as populações libertadas pelas actividades tradicionais e que procuram participar em maior escala nas oportunidades de emprego, de consumo, de relação e mobilidade social que as formas contemporâneas de produção tornam possível e os grandes meios de informação constantemente lhes tornam presentes.

O desenvolvimento regional requer a alteração das instituições, das atitudes e dos métodos de gestão

No caso concreto da Região-Plano do Centro, que abrange os 6 distritos da Província da Beira, haverá pois que dar forma a um projecto de desenvolvimento que corresponda às aspirações da população e traduza a realidade regional històricamente reconhecida, em condições ajustadas às solicitações contemporâneas. Um projecto de desenvolvimento que aproveite, de acordo com as actuais realidades tecnológicas e produtivas, os recursos humanos existentes, as potencialidades naturais, a posição estratégica, nos grandes eixos de comunicação, os centros urbanos, as infra-estruturas e as unidades de produção já implantadas, prevendo os novos empreendimentos e as reconversões exigidas nos diversos sectores e subregiões para dar corpo às transformações impostas pelo progresso económico e social da região. Aspectos que espero tenhamos oportunidades de analizar sistemàticamente dentro de breves meses.

Poucos alimentarão dúvidas quanto à dimensão, urgência e implicações dos problemas em causa. Mas gostaria muito de os poder resolver com os velhos métodos e as estruturas já existentes. Naturalmente que tal não é possível. Torna-se evidente que se os métodos e estruturas tradicionais fossem adequados não se teriam agravado nos últimos anos os desequilíbrios regionais e já se teria encontrado resposta eficaz para as carências de dinamismo e crescimento das várias regiões. Não se podem considerar justificações fundamentais o que são apenas defesas de hábitos, de interesses, ou de esferas de competência estabelecidas, sem relação com os problemas e os recursos económicos e técnicos contemporâneos.

O desenvolvimento regional requer a alteração das instituições, das atitudes e dos métodos de gestão — tanto do sector público como privado, que sobreviveram de épocas em que predominava a economia agrícola de subsistência, e se desconheciam as facilidades hoje existentes de transportes e de comunicação, e o dinamismo dos novos processos produtivos. Impõe que sejam vencidos tais reflexos do passado e substituídos por métodos e estruturas de organização e administrativas adequadas ao progresso sustentando de cada região. Apontem-se quatro dos entraves mais sérios que a experiência de outros países neste domínio já havia diagnosticado e agora começa a ser confirmada pelos primeiros meses da nossa própria actuação.

Necessidade de fazer convergir para o desenvolvimento todas as capacidades de iniciativa

Refira-se em primeiro lugar a compartimentação que resulta das estruturas administrativas locais tal como são ainda entendidas e que impede se trabalhe num quadro com a dimensão indispensável para o desenvolvimento. Nem os municípios, nem os distritos constituem quando isolados unidades capazes de acolher um sistema de produção com dinamismo próprio, face à atracção de Lisboa e do estrangeiro. Acresce que por vezes os seus limites dividem artificialmente unidades económicas ou de relação que entretanto se desenvolveram, dificultando o melhor aproveitamento das respectivas potencialidades de expansão.

É igualmente indispensável vencer a falta de coordenação que resulta da simples justaposição ao nível regional dos vários serviços públicos e departamentos especializados. Não é fácil vencer hábitos arreigados de compartimentação, quando o sistema de relações dentro de cada departamento ao nível nacional prevalece sobre as relações inter-sectoriais que deveriam resultar da vida real de cada região. Vencer a estacidade actual não se torna apenas recomendação de eficácia administrativa mas verdadeira condição de convergência dos meios humanos e materiais votados pelo sector público ao desenvolvimento de cada unidade regional.

Idênticos reflexos de defesa de estruturas inadequadas à construção do futuro se encontram aliás no sector privado. Defesa de forma de produção assentes em técnicas pouco eficazes, produtos e circuitos comerciais desactualizados, unidades mal administradas ou de dimensão insuficiente. Actividades portanto de escassa produtividade e fracas perspectivas tecnológicas ou de mercado, para as quais se procuram obter subsídios ou preços de sustentação em vez de procurar conseguir apoio para a sua modernização ou substituição por unidades capazes de assegurar níveis suficientes de produção, de emprego e de rendimento e de constituir a base do progresso económico e social das regiões.

(Continuado da 1.ª pág.)

Refira-se por último a necessidade de fazer convergir para o desenvolvimento todas as capacidades de iniciativa do sector público e do sector privado, e a vontade das diversas camadas da população. A necessidade de vencer o reflexo de facilidade que identificaria o desenvolvimento com a realização de alguns investimentos, e não com o resultado de uma obra global de transformação. Pelo contrário, a participação ampla é indispensável para o diagnóstico e escolha do futuro em condições de constituir resposta autêntica às necessidades reais da população e ainda para a sua construção quando mobiliza recursos humanos na escala requerida para um desenvolvimento colectivo e harmónico. Só assim se encontrará a resposta directa aos problemas da região nos seus diversos grupos populacionais, abandonando os planos e as deduções de gabinete,

Região-Plano do Centro

(Continuado da 1.ª pág.)

ção por unidades capazes de assegurar níveis suficientes de produção, de emprego e de rendimento e de constituir a base do progresso económico e social das regiões.

Refira-se por último a necessidade de fazer convergir para o desenvolvimento todas as capacidades de iniciativa do sector público e do sector privado, e a vontade das diversas camadas da população. A necessidade de vencer o reflexo de facilidade que identificaria o desenvolvimento com a realização de alguns investimentos, e não com o resultado de uma obra global de transformação. Pelo contrário, a participação ampla é indispensável para o diagnóstico e escolha do futuro em condições de constituir resposta autêntica às necessidades reais da população e ainda para a sua construção quando mobiliza recursos humanos na escala requerida para um desenvolvimento colectivo e harmónico. Só assim se encontrará a resposta directa aos problemas da região nos seus diversos grupos populacionais, abandonando os planos e as deduções de gabinete, resultem estes do apuro dos técnicos ou do paternalismo dos notáveis.

O conjunto de tarefas que aguardam o presidente da Comissão de Planeamento

O Governo ao criar as comissões regionais de Planeamento considerou antecipadamente algumas destas dificuldades. Assim, as regiões foram definidas num quadro mais amplo do que a divisão administrativa tradicional, prevendo também o fácil reajustamento dos seus limites de acordo com as realidades presentes e prospectivas que vierem a ser ponderadas. As regiões de planeamento surgem, assim, com dimensão e maleabilidade suficientes para abranger dinâmicas auto-sustentadas de desenvolvimento económico e progresso social e para visar a médio prazo um maior equilíbrio no aproveitamento do território nacional. Por sua vez a competência atribuída às comissões regionais confere-lhes expressamente em ordem aos seus planos de fomento, a incumbência de coordenar os meios de acção dos serviços dos diferentes ministérios e das diversas autoridades regionais, bem como de animar e conjugar a expressão dos elementos representativos da região quanto às necessidades e aspirações respeitantes ao seu desenvolvimento económico e social. Compete-lhes ainda a articulação com os órgãos centrais de planeamento para a compatibilização dos planos nacionais e regionais e destes entre si.

O senhor presidente da Comissão de Planeamento da Região-Centro, assume agora o mandato de orientar o conjunto de tarefas em que se há-de traduzir a política de desenvolvimento regional em toda a área dos seis distritos da Beira. Responsabilidade particularmente ampliada porque, pela primeira vez exercida, se trata de dar forma a uma orgânica inexistente, a métodos não ensaiados e a aspirações fortes mas ainda mal formuladas.

Durante os últimos anos tem V. Excelência exercido, na própria região, funções de evidente responsabilidade, voltado para a difícil disciplina do imediatamente possível, dentro dos graus de liberdade que o curto prazo permite.

Assume hoje o encargo de animar, de dar corpo, de coordenar a concepção e construção dos projectos do futuro, de tomar mais amplamente a óptica do desejável, de encontrar uma solução que combine no médio prazo os recursos naturais e humanos disponíveis em ordem à satisfação dos anseios das populações.

Possui V. Excelência muito fortes ligações a esta região, de que é originário e a que dedicou o trabalho de tantos anos, adquirindo experiência complexa em campos de acção muito diversificados — nas tarefas profissionais do fomento económico e social, na representação ao nível nacional dos seus interesses, e, depois, na representação do Governo junto das suas populações e autoridades.

Estou certo de que o trabalho da Comissão de Planeamento corresponderá, assim, à missão que lhe está confiada e às justas expectativas com que é aguardado. De que em breve prazo será possível organizar um conjunto amplo e qualificado de colaboração no âmbito dos grupos de trabalho, e assegurar sistemas efectivos de representação e de coordenação, que venham a dar realidade a um verdadeiro projecto de desenvolvimento para a região. Um projecto que traduza as aspirações de um mundo melhor para todos os seus habitantes e seja sua obra colectiva pela escolha e construção autênticamente participadas».

AS POTENCIALIDADES DA REGIÃO

O eng.º Engrácia Carrilho, ao tomar a palavra, disse da honra que sentia pela sua escolha para tão importante cargo, não só por ir trabalhar numa região rica de valores humanos e de grandes potencialidades, como também por ir dar início a um novo serviço no qual a região centro depositava as maiores e bem justificadas esperanças.

Teceu depois largas considerações sobre planeamento, quer da maneira como se processa noutros países, quer no nosso caso particular, que tem em vista um desenvolvimento equilibrado de todas as regiões de modo a reduzir as diferenças do desenvolvimento económico que existem nos vários sectores. E acrescentou: no nosso País vários estudos se realizaram há vários anos até que, ùltimamente o Plano de Fomento em curso, incluiu pela primeira vez o estudo específico sobre o planeamento regional e definiu as bases em que ele assenta, entre elas tem por fim, a coordenação regional.

Disse seguidamente o eng.º Engrácia Carrilho que, «pelo muito que se trabalhu, estudou e mentalizou, creio poder afirmar sem sombra de dúvida, que cabe à região do Centro o privilégio de ser a primeira em matéria de planeamento regional. A região do Centro, constituída por duas sub-regiões — litoral e interior — encerram riquezas que não estão devidamente aproveitadas como meio de obter o rendimento per capita; na sub-região litoral, aparece em primeiro lugar o início das obras das bacias do Mondego e do Vouga. Coimbra, a capital regional, terá de constituir a curto prazo, o principal pólo de atracção; Leiria e Aveiro, constituirão centros secundários da maior importância.

Referindo-se às regiões do interior, destacou os grandes problemas agrícolas e a carência, quase total, de indústrias transformadoras, apontando a necessidade de aproveitar as potencialidades da Cova da Beira e as possibilidades turísticas da Serra da Estrela e, também, da região norte do distrito de Viseu.

E a terminar: A messe é grande e os operários não hão-de faltar. Conheço a Beira e as suas gentes. Tem a alma rija e o coração forte, disposta a todos os sacrifícios para engrandecimento da terra que lhe foi berço. Estou certo que não hão-de faltar elementos construtivos, sensatos, dinâmicos e empreendedores, quer sejam dos serviços oficiais, quer sejam das entidades privadas e, muito menos, o apoio ao Governo, na pessoa de V. Excelência.

No final, o eng.º Engrácia Carrilho foi muito cumprimentado.

Constituída a Comissão de Planeamento Económico da Região-Centro

QUE REÚNE AMANHÃ PELA PRIMEIRA VEZ

Reune amanhã, pela primeira vez, na sua sede, em Coimbra, à Rua Bernardim Ribeiro, 80, a Comissão de Planeamento Económico da Região-Centro, que é constituída pelo presidente, eng.º Engrácia Carrilho, nomeado pelo Presidente do Conselho, ouvido que foi o Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos e por seis vogais designados pelas juntas distritais de cada um dos distritos que formam a Região-Centro, de entre as personalidades que residam na área do distrito, gozem aí de reconhecido prestígio e possuam conhecimento qualificado dos seus problemas económicos. As personalidades indicadas pelas juntas, foram: eng.º agrónomo Carlos Manuel Ferreira Maia, dr. Simplício Barreto Magro, eng.º Júlio de Araújo Vieira, eng.º António Ribeirinho Alves Soares, dr. Joaquim Emídio Sequeira de Faria, dr. José Pais Ribeiro, respectivamente de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu.

Os governadores civis dos distritos abrangidos pela Região-Centro, poderão assistir ou fa-

(Continua na 3.ª pág.)

Comissão de Planeamento

(Continuado da 1.ª pág.)

zer-se representar nas reuniões da respectiva Comissão.

Terça e quarta-feira, seguir-se-ão reuniões com personalidades da região ligadas á agricultura, turismo, industria e infra-estruturas, a fim de serem analisados problemas de base do desenvolvimento sócio-económico da região.

Idênticas reuniões terão lugar em Castelo Branco nos dias 5 e 6, Guarda 8 e 9, Leiria 15 e 16. Nos distritos de Aveiro e Viseu realizar-se-ão idênticas reuniões em data a marcar.

Um aspecto da primeira reunião de trabalhos da Comissão de Planeamento Económico da Região-Centro

CICLO DE REUNIÕES

do presidente da Comissão de Planeamento da Região-Centro

com representantes das principais actividades da região

Presidida pelo senhor eng.º Manuel Engrácia Carrilho, presidente da Comissão de Planeamento Económico da Região-Centro, realizou-se ontem, como noticiámos, no palácio da Quinta dos Lóios, em Coimbra, futura sede da referida comissão, a 1.ª das 5 reuniões promovidas neste distrito.

Presentes, os governadores civis dos distritos de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu, bem como todos os elementos da própria Comissão, respectivamente, o eng.º-agrónomo, Carlos Manuel Ferreira Maia, dr. Simplício Barreto Magro, eng.º Júlio de Araújo Vieira, eng.º António Ribeirinho Alves Soares, dr. Joaquim Emídio Sequeira de Faria e dr. José Pais Ribeiro. Vindos expressamente de Lisboa, estiveram ainda presentes o director-geral do Secretariado Técnico do Planeamento Económico, eng.º Correia Gago e eng.º Varela, técnico do mesmo secretariado.

Esta primeira reunião foi de carácter privado, prolongou-se por duas horas e, no seu decurso, foram tratados assuntos de carácter administrativo, terminando com a eleição do vice-presidente da referida Comissão, tendo a escolha recaído no representante de

Notícia relativa à constituição da Comissão de Planeamento e anúncio da 1ª reunião da Comissão Consultiva Regional (que ocorreu em 1 de março de 1971)

Primeira reunião da Comissão Consultiva Regional, realizada em 1 de março de 1971 e anúncio do início do ciclo de reuniões com representantes das principais atividades da região.

Desequilíbrios salariais focados na última reunião da Comissão de Planeamento

A última das reuniões de trabalho (primeira parte), promovidas pela Comissão de Planeamento Económico da Região Centro com as actividades distritais, decorreu sob a presidência do chefe do distrito, eng.º Cunha Mattos, ladeado pelo presidente daquela Comissão, eng.º Engrácia Carrilho e vice-presidente, eng.º Araújo Vieira.

O tema da manhã foi a indústria, que se fez representar largamente nas especialidades de alimentação, celulose, cerâmica de barro vermelho e barro branco, cerveja, confecções, curtumes, lanifícios, malhas e vidros e ainda com a presença de técnicos do Serviço Nacional de Emprego e Instituto de Formação Profissional Acelerada e o eng.º Coelho Jordão, delegado do Banco de Fomento junto da Região Centro.

Dos temas debatidos, importa destacar as conclusões mais válidas como sejam as infra-estruturas — cuja apreciação foi feita em especialidade na reunião da tarde —, matérias primas, zonas industriais, formação de pessoal e salários.

Especialmente sobre estas três últimas conclusões levantaram-se problemas curiosos e de extrema acuidade, principal-

(Continua na pág.ª 9)

(Continuado da 1.ª pág.)

mente a determinação de zonas industriais preparadas com urbanização adequada ao interesse genérico das indústrias e para cedência a preço atractivo que possa despertar interesse nas grandes elites locais e nacionais; a aproximação da Universidade aos interesses económicos do País com a licenciatura de técnicos de média formação e tecnocratas puros, preparados ao nível das necessidades industriais da região. Quanto ao regime de salários foi sugerida a criação urgente de uma comissão de estudo para o nivelamento de salários na região, especialmente à escala dos não diferenciados, uma vez que existem desequilíbrios notórios, como por exemplo o da indústria de celulose, que dispõe de ofertas de prestação de serviço na ordem dos sete mil operários, enquanto a indústria têxtil tem a maior dificuldade na obtenção de mão de obra.

Necessidade das infra-estruturas

À tarde, teve lugar a reunião para apreciar as necessidades das infra-estruturas, presidida por imperiosa ausência do governador civil, pelo eng.º Manuel Engrácia Carrilho, secretariado pelo eng.º Araújo Vieira e eng.º Coelho Jordão. Presentes, técnicos dos serviços hospitalar, ensino, transportes, urbanização, electricidade, estradas, assistência à família, portos, comunicações, etc., que equacionaram os mais variados pertinentes problemas, cabendo referir que alguns deles são perfeitos denominadores comuns a todas as reuniões realizadas neste ciclo.

Prioritàriamente, no interesse do distrito de Coimbra, surge:

a) Execução do plano do Mondego; b) Apetrechamento do porto da Figueira da Foz; c) Vias de comunicação rodoviárias com incidência imediata na estrada n.º 17 que estabelecerá — em condições de perfeita utilização — o eixo Este-Leste de Figueira da Foz-Coimbra-Covilhã-Vilar Formoso.

O presidente da Comissão de Planeamento registou na sua agenda de trabalhos outras sugestões abordadas, mormente nos campos da saúde e assistência, ensino e comunicações.

Ao encerrar a reunião o eng.º Engrácia Carrilho agradeceu a colaboração que lhe foi prestada e regozijou-se com as coordenadas que lhe tinham sido facultadas.

O distrito de Viseu expõe os seus problemas perante a Comissão de Planeamento Económico da Região Centro

VISEU, 23 — Decorreram hoje, nesta cidade, as primeiras sessões de trabalho da Comissão de Planeamento Económico da Região Centro, que se efectivaram no Governo Civil sob a presidência do chefe do distrito. Assistiu o presidente da referida comissão, eng.º Engrácia Carrilho, estando presentes vários elementos ligados aos sectores da agricultura, indústria e turismo.

Aberta a sessão da manhã, to-

(Continua na pág.ª 9)

UM ASPECTO DA REUNIÃO DE TRABALHO

(Continuado da 1.ª pág.)

talmente dedicada a problemas da agricultura, usou da palavra o governador civil que se congratulou pela organização da mesma, tendo agradecido a todas as individualidades presentes a deslocação.

Seguidamente, o eng.º Engrácia Carrilho, historiou a criação da Comissão de Planeamento e as directrizes que irá seguir «subordinadas directamente à Presidência do Conselho, acentuando que os trabalhos serão destituídos da burocracia que entravara o andamento de tantos e tantos problemas.

Portanto — acrescentou — havia que tornar as reuniões de forma a que, com o menor desperdício de tempo fossem expostas as questões inerentes ao sector agrícola.

Pelo presidente da Federação dos Grémios da Lavoura da Beira Baixa foram abordados os assuntos relacionados com o sector, tendo afirmado a necessidade de revitalização das funções dos grémios da lavoura, hoje considerados pelas populações como mais um organismo que cobra impostos.

O tema fruticola foi objecto de larga exposição, tendo o orador salientado a urgência do melhor ordenamento do plantio, salientando a imperiosa necessidade de armazéns frigoríficos.

Igualmente se referiu a diversos aspectos agrícolas, designadamente os que respeitam à floresta da zona violenta, à questão pecuária, citando a pertinência de criação de propriedades-piloto, terminando por afirmar que a lavoura, se vir traduzida em bases concretas o esforço que desenvolve, constituirá fonte de rendimento com que o Governo poderá contar.

Intervieram nos debates os directores da Estação Agrária, diversos técnicos, lavradores e agricultores, tendo os eng.ºs Pires Gonçalves e dr. Alberto de Magalhães afirmado o primeiro, que interessa estudar o grupo de culturas mais viáveis para a zona e criar o apoio necessário à comercialização dos produtos; e segundo, salientou as esperanças, que o Governo tome medidas para condicionar o plantio das frutas, que indique as culturas a fazer e que garanta preços dos produtos agrícolas.

Aspectos relacionados com a florestação dos produtos agrícolas e aproveitamento integral das terras, foram assuntos igualmente abordados, tal como a melhoria das ligações com o Porto, o grande mercado comercial da região das Beiras.

Finalizando a sessão da manhã, foram sugeridas a melhoria das castas dos vinhos do Dão, cuja produção média de 75 milhões de litros, dos quais 60% de alta qualidade; a problemática pecuária e a da florestação.

São necessárias estruturas e atracções para fixar turistas à região de Viseu

Após o almoço, teve lugar a segunda reunião de trabalhos, durante a qual foram abordados assuntos relacionados com os sectores de hotelaria, termalismo e agência de viagens.

Aberta a sessão, focou-se diversos aspectos do termalismo, tendo intervido nos debates representantes das termas das Caldas de Moçarrelas, do Carvalhal, S. Pedro do Sul e Felgueiras, que foram unânimes em reconhecer a necessidade de urgente de planos de urbanização, remodelação hoteleira (alguns casos) e introdução de divertimentos em estâncias termais.

Fundamentadas esperanças são depositadas, agora, da utilização das termas por parte dos beneficiários da Previdência Social.

Salientou a necessidade, ainda, da remodelação da via férrea do Vale do Vouga, pelo reconhecido interesse que a paisagem oferece.

Seguidamente, os representantes das Comissões e Juntas de Turismo de Lamego, Vouzela, Carramulo, Nelas e Viseu, teceram considerações sobre o integral aproveitamento da região, tendo merecido especial reparo o problema do acesso rodoviário impróprio para digressões turísticas, do mesmo modo que se concluiu da necessidade urgente de um bem elaborado folheto de propaganda, simultâneamente a servir de roteiro turístico regional.

Sucessivamente foram apresentados os problemas relacionados com os sectores turísticos, nos aspectos da monumentalidade.

Usaram da palavra dirigentes da indústria hoteleira apercebido a circulação de clientes nacionais ou estrangeiros, bastando, para tanto, estruturação que cative e fixe o turista, não desprezando o sector desportivo, que pode ser em qualquer circunstância, o aliciante turístico extraordinário para portugueses e visitantes da estranja.

Reunião da Comissão Consultiva Regional em 3 de março de 1971

Primeira reunião da Comissão Consultiva Regional, realizada em 1 de março de 1971 e anúncio do início do ciclo de reuniões com representantes das principais atividades da região.

O Distrito de Viseu pronunciou-se quanto aos problemas para o seu necessário desenvolvimento

VISEU, 24 — Prosseguiram no Governo Civil de Viseu as reuniões de trabalho da Comissão de Planeamento da Região Centro que, na sessão da manhã, tratou dos problemas inerentes às infra-estruturas.

Presidiu o eng.º Lemos Quintela, governador civil do distrito, tendo a seu lado, o eng.º Manuel Engrácia Carrilho, presidente da Comissão de Planeamento da Região Centro.

Presentes diversas individualidades, entre as quais os directores de Estradas do distrito, dos Serviços Florestais, delegados de Saúde, escolar e do I. N. T. P..

Após algumas palavras introdutivas, proferidas pelo eng.º Engrácia Carrilho, que enunciou as normas pelas quais se

(Continua na 8.ª pág.)

(Continuado da 1.ª pág.)

rege a comissão a que preside, entrou-se na ordem dos trabalhos, começando por ser abordados os problemas rodoviários, que unanimemente foram considerados deficitários em toda a região e designadamente no distrito de Viseu.

Verificaram-se diversas intervenções, tendo-se reconhecido, como prioritária, a construção da estrada de Vilar Formoso á orla marítima, com passagem por Celorico da Beira e Viseu, tendo sido considerados igualmente prioritárias as vias rodoviárias do norte do distrito, nomeadamente aquelas que podem proporcionar melhor acessibilidade à capital da Beira Alta.

E essa prioridade é sempre mais de considerar, se for tomado em linha de conta o aspecto monumental daquela zona.

Especial interesse mereceu também a intervenção do dr. António Montenegro, deputado pelo círculo visiense, que referiu o interesse da estrada marginal por S. João da Pesqueira e barragem do Carrapatelo.

Nota saliente, a necessidade imperiosa de coordenação na construção de estradas através de uma inter-ligação dos departamentos estatais responsáveis pelas rodovias nacionais, municipais e florestais.

Por último, foi sugerida a simultaneidade das obras de construção rodoviária para que não se continui indefenidamente à espera, pois a opinião generalizada é que todas elas são importantes.

Seguiu-se a apresentação dos problemas relacionados com o ensino, funcionamento dos respectivos estabelecimentos dos diversos níveis — que já não se compadece com os sistemas tradicionais de ensino — e situação do professorado, salientando-se a necessidade de elaboração de uma carta escolar ou pedagógica, bem como a revisão do sistema de construções escolares, que para conseguirem soluções fáceis e imediatas devem recorrer aos pré-fabricados.

O último tema da sessão matinal foi o da Saúde e Assistência, tendo merecido especial relevância os assuntos emergentes à criação de lares e casas de repouso para os indivíduos que atingem a terceira idade e o saneamento dos meios rurais.

mento da pequena e média indústria para valorização do produto que fabrica.

Abordado seguidamente o problema da celulose, tendo sido revelado a breve entrada em funcionamento de um complexo fabril que estuda a fabricação e transformação da pasta em papel para jornal. De muito interesse esta iniciativa se, se considerar que anualmente os jornais diários importam 42 mil toneladas de papel, o que corresponde a uma saída de divisas no valor de 128 mil contos.

O primeiro incentivo para a criação de sociedades ou associações, foi a sugestão dada para se formar um Centro de Formação Profissional Informativa e de Prospecção de Mercados.

O problema emigratório foi igualmente tema de considerações, tendo sido focados como razões, a insuficiência da segurança social, previdência e assistência.

A finalizar a sessão, discutiram-se os aspectos e planificações nos sectores metalo-mecânicos, industrialização de produtos agrícolas através de concentrados, sumos e compotas, confecções, maquinaria de recauchutagem, e ainda a montagem das viaturas «Citroen» que possibilitou a criação em Mangualde de três novas pequenas indústrias acessórias.

Foram referidos ainda aspectos relacionados com as indústrias de moagem, e fornos eléctricos da Urgeiriça.

25 de março de 1971

CICLO DE REUNIÕES DE TRABALHO da Comissão de Planeamento da Região Centro em Leiria

LEIRIA, 15 — A 3.ª fase das reuniões promovidas pela Comissão de Planeamento da Região Centro, começou hoje nesta cidade, sob a presidência do chefe do distrito, dr. José Damasceno Campos e eng.º Manuel Engrácia Carrilho, presidente daquela comissão, que estava acompanhado pelo vogal nomeado em representação do distrito, dr. Joaquim Emídio Sequeira de Faria.

Durante mais de três horas debateram-se, pela manhã, problemas da agricultura.

Antes, mesmo de se entrar na ordem dos trabalhos, o dr. Damasceno Campos, governador civil do distrito, teve palavras de simpatia e reconhecimento pela brilhante figura política do eng.º Engrácia Carrilho.

Da análise directa dos problemas afectos ao sector agrícola, apreciou-se, em primeiro lugar, o

(Continua na 2.ª pág.)

VISADO PELA COMISSÃO DE CENSURA

Um aspecto da reunião de trabalho no Governo Civil de Leiria

Notícia sobre as sessões de trabalho realizadas em Leiria, em 16 de março de 1971.

(Continuado da 1.ª pág.)

dos regadios do Vale do Lis e dos conjuntos do Vale do Cela e Alcoa, mormente tendo em vista o necessário emparcelamento para a industrialização hortícola. No campo frutícola em que o distrito de Leiria ocupa 29 por cento do pomar nacional, destacando-se como principal problema a necessidade da determinação de 30 zonas para os diversos tipos frutícolas de qualidade com vista à qualificação nacional e internacional.

Num distrito em que 50 por cento da sua superfície está coberta de floresta com predominância do pinheiro, árvore de que ainda hoje se desconhecem os limites de rendimento, só a instalação de mais indústrias ligadas ou transformadoras de madeira, como as duas já existentes em Tomar e Cela, podem fomentar ainda mais este tão rico campo de actividade.

A pecuária deu oportunidade a esclarecimentos e debates de extraordinária ansiedade, sendo o mais sensacional o do quantitativo de suínos criados, abatidos e fornecidos pelo distrito. Para além das estatísticas oficiais, admite-se, pouco lisongeiramente, que ronde os 10 milhões de quilos, no valor de 250 mil contos, o que é de considerar como muito válido para a economia nacional.

A política leiteira, foi abordada de modo superficial: para o real valor do problema, mas a verdade é que, quando se chocam interesses comerciais de empresas compradoras de leite, quando não existem industrias locais para a fabricação de sub-produtos e quando, finalmente, não existe coordenação, entre o preço-ração e preço-animal produtor, forçosamente só pode ressentir-se o valor litro do leite, com prejuízo do consumidor e desânimo do produtor.

Necessidade da criação de uma Junta Distrital de Turismo

Revistos os problemas discutidos, a Comissão de Planeamento concluiu que o distrito de Leiria está sem grandes dificuldades no campo da agricultura, mas com as naturais necessidades de quem quer e está no caminho do progresso agrícola.

Após o almoço, oferecido aos técnicos e representantes da agricultura pelo chefe do distrito num dos restaurantes da cidade, seguiu-se nova reunião com os representantes dos sectores hoteleiro, termalismo, de agências de viagem, de empreendimentos turísticos.

Nesse campo, não pode dizer-se que Leiria não seja dos primeiros distritos dos que compõem a Comissão de Planeamento.

Das necessidades apontadas, porque existem e são prementes, destacam-se a preparação das visitas às grutas de Mira Daire e de outras; criação de uma Junta Distrital de Turismo, que permitisse uma melhor propaganda conjunta e despertasse os diversos interesses das gentes, a pesca nas albufeiras, a vila de Óbidos e sua magnífica lagoa e as estâncias termalíneas de Monte Real, das Caldas da Rainha e Piedade, bem como Alcobaça, Nazaré, S. Martinho do Porto, etc.

No sector hoteleiro, destacou-se como fundamentalmente urgente, que o escalão do fornecimento eléctrico, fosse considerado industrial e não habitacional como até aqui.

O eng.º Engrácia Carrilho terminou, agradecendo os elementos coligidos para estudo da Comissão de Planeamento, que lhe permitirão conhecer as necessidades da região e coordená-las.

LEIRIA, 16 — A segunda e última série de reuniões, realizada, hoje, no salão nobre do Governo Civil, desta cidade, começou à hora prevista com a presença do chefe do distrito, sr. dr. José Damasceno de Campos, ladeado pelos srs. eng.º Manuel Engrácia Carrilho, presidente da Comissão de Planeamento da Região Centro, e vogal junto da mesma comissão, dr. Sequeira de Faria.

Presente também, a convite do sr. eng.º Engrácia Carrilho o engenheiro Coelho Jordão, delegado no centro do País do Banco de Fomento.

Verificou-se, como já tinha sido notório nas reuniões realizadas ontem, que o distrito está perfeita e altamente dotado no sector industrial, dispondo de unidades de grande dimensão e interesse impar no panorama industrial do País, como é o caso das limas, refractários, cimentos, etc.

Claro que o sector industrial tem problemas e eles foram dissecados pormenorizadamente ao nível de cada ramo e depois apreciado no conjunto dos factores comuns.

E são pertinentes as reivindicações do sector que com elas só pretendem a qualificação e ratificação do progresso atingido de modo a que a sua posição já tão meritória possa tornar-se um expoente de orgulho e interesse para a economia do País.

O resumo das conclusões mostrou-nos, como indispensável, o interesse do Governo para os impostos que oneram a camionagem particular; a necessidade de verificação nacional do preço do fuel-oil, tal como acontece à gasolina, pois só o transporte deste indis-

Comissão de Planeamento da Região-Centro

(Continuado da 1.ª pág.)

pensável combustível onera o produto em 15%; o apetrechamento do porto da Figueira da Foz é pedido como carência absoluta à necessidade de exportação e até ao abastecimento do mercado nacional, pois que produtos, como os refractários, barro vermelho, cimento, etc., poderiam em condições de vantagem ser transportadis em regime de cabotagem, mais económico que o rodoviário e sem prejuízo do desgaste das nossas estradas.

Além disso foi também focado que toda a região de Salamanca tem interesse e vantagem e optaria pela utilização do porto da Figueira da Foz.

Um dos pontos, não menos interessante, foi a sugestão de uma nova política industrial que considerasse três postos necessários, sem não fundamentais à qualificação da indústria nacional.

— A normalização dos produtos de maior projecção; a fiscalização intensa e cuidada quer da qualidade, quer dos sistemas, e a liberalização, esta condicionada à capacidade técnica e financeira, do indivíduo ou grupo que pretenda instalar novas indústrias.

A profissionalização do pessoal nos seus aspectos técnicos e de comercialização foi solicitada a par da preparação de dirigentes onde a carência de elementos válidos é notória.

Foi veemente a afirmação dos representantes sindicais que se declararam perfeitamente dispostos a colaborar na resolução cordial, na adição capital-trabalho mais capital-dinheiro.

Dada a duração desta reunião, a última de todo o ciclo e aquela em que tiveram a palavra as infra-estruturas, começou com substancial atraso.

Optimismo nas infra-estruturas

Os directores dos Serviços Públicos que apreciaram este básico fulcro de todas as actividades económicas foram unânimes em considerar que cada um dos seus sectores estava a cumprir os planos previstos e as carências que existem ou se prevêem têm já à vista a solução desejada.

É o caso do ensino primário em que o desenvolvimento da escolaridade conta já, antecipadamente com a formação dos cento e vinte professores, no corrente ano e cento e cinquenta em 1972.

No nível liceal o problema é talvez, mais cruciante pois as instalações são já exíguas para as necessidades ao esquema do ensino actual.

Com a reforma do ensino vai, com certeza, ser mais flagrante esta premente carência.

A assimetria tarifária-eléctrica foi solicitada não só ao nível distrital e regional, como até ao quadro nacional. Esta sugestão mereceu a melhor atenção por parte do sr. eng.º Engrácia Carrilho, que a considera um óbice para o desenvolvimento industrial e mecanização agrícola.

Preconizado um sistema de informação e divulgação a nível populacional de modo a mentalizar as populações, alertando-as e mobilizando-as para o interesse do planeamento regional.

A encerrar o ciclo de reuniões o presidente da Comissão de Planeamento da Região Centro congratulou-se pelo nível de progresso do distrito que se deve, sem dúvida ao dinamismo e capacidade do sr. governador civil, palavras que este agradeceu, não regateando os maiores elogios à lucidez e competência do sr. eng.º Engrácia Carrilho.

Terminou em Leiria

mais uma série de reuniões

promovida pela

Comissão de Planeamento da Região-Centro

A realização integral do Plano do Mondego é de considerar imediatamente

— concluiu-se numa das reuniões de trabalho da Comissão de Planeamento

No prosseguimento da série de reuniões que a Comissão de Planeamento Económico da região Centro está a levar a efeito nesta cidade, realizou-se ontem, pela manhã, a que, como foi noticiado, abordaria o problema regional agrícola.

Na mesa de honra, a que presidiu o chefe do distrito, eng.º Leopoldo da Cunha Matos, encontravam-se o presidente e vice-presidente da Comissão de Planeamento, respectivamente eng.os Manuel Engrácia Carrilho e Júlio de Araújo Vieira, dr. Ferreira Dinis e sr. Alvaro Piedade Abreu, secretário da Corporação da Lavoura.

Assistiram e intervieram nos diversos debates técnicos dos vários órgãos oficiais ligados aos serviços agrícolas, florestais, pecuários hidráulicos, etc., Junta de Colonização Interna, representantes e especialistas do sector agrícola privado, etc.

De todas as intervenções válidas e pertinentes, concluiu-se serem de considerar imediatamente a realização integral do Plano do Mondego porquanto, todos os problemas agrícolas dependem, directa ou indirectamente, desta gigantesca obra que permitirá a todo o baixo Mondego um arranque no desenvolvimento de amplitude incomensurável. Segundo palavras do dr. Vasco Cunha d'Eça, as vantagens no aproveitamento de culturas de inverno, exploração activa de pecuária, etc., etc., representariam por si só um nível de progresso sócio-económico verdadeiramente notável. Não deixou, todavia, o sr. dr. Cunha d'Eça, antigo director-geral do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, de apontar a imediata e urgente necessidade da elaboração da Carta de aproveitamento e capacidade dos solos da região, no que foi secundado quase unânimemente.

O regente agrícola, sr. Luís Gaspar Cabral apresentou um interessante e muito completo trabalho esquemático dos interesses regionais em que, fundamentalmente, se pede um inquérito de realização imediata visando:

a) — estruturas agrárias; b) — técnicas de rotina; c) — nível de vida;; d) — valor económico; e e) — potencialidades da região.

O próprio presidente da Comissão de Planeamento, sr. eng.º Engrácia Carrilho, sugeriu a criação dum órgão de esclarecimento aos agricultores em geral, procurando a consciencialização destes para os interesses económicos do País

(Continua na 5.ª pág.)

Plano do Mondego

(Continuado da 1.ª pág.)

e documentação do apoio oficial que está ao seu alcance.

Depois de genérica apreciação de outros temas, tais como o frutícola, vinícola e da indústria do queijo da serra, o eng.º Júlio de Araújo Vieira sintetizou os temas abordados.

Alguns destes foram objecto de perguntas no que se refere à sua aceitação governamental, as quais mereceram esclarecimento do governador civil, que acompanhou e anotou todos os problemas suscitados, agradecendo a colaboração preciosa que indirectamente lhe estava a ser facultada.

Por último, o eng.º Engrácia Carrilho agradeceu a presença e interesse de todos os presentes, salientando a vantagem de reuniões produtivas como a que acabava de ser realizada.

REUNIÃO DE TRABALHO sobre o esquema de regadio da Cova da Beira

COVILHÃ — Realizou-se na Câmara Municipal de Manteigas, conforme prevista, a anunciada reunião do Grupo de Trabalho para o Planeamento da Cova da Beira, para tratar, especificamente, de problemas do Regadio.

Era a seguinte a agenda de trabalhos:

Palavras do presidente do Grupo de Trabalho: verificação da posição dos estudos que decorrem. Esquema Coa-Meimoa e Esquema Zêzere; intervenções que possibilitem a recolha de elementos para o estabelecimento do programa definitivo dos estudos a realizar até final do ano corrente.

O presidente da Câmara Municipal de Manteigas iniciou a reunião saudando todos os presentes, congratulando-se por tão importante reunião se realizar em Manteigas e dizendo que, desde o início, a sua Câmara Municipal aderira ao Grupo de Trabalho por considerar que as fronteiras concelhias e distritais têm de ser ultrapassadas na realização de grandes empreendimentos.

Seguiu-se no uso da palavra o presidente do Grupo de Trabalho e presidente da Câmara Municipal da Covilhã, eng.º Vicente Terenas, que depois de saudar os governadores civis, deputados, presidentes das Câmara, autoridades e técnicos presentes, expôs as razões que o levaram à organização da reunião, referiu a constituição do Grupo de Trabalho e suas realizações e propôs ao director-geral dos Serviços Hidráulicos a agenda de trabalhos.

Passando-se ao segundo ponto da agenda, o director-geral dos Serviços Hidráulicos começou por se referir à necessidade de regionalizar os próprios Serviços Hidráulicos afirmando, em especial, que os distritos da Guarda e Viseu ainda não estão dotados de tão importantes como imprescindíveis serviços.

Disse depois que os problemas da Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos são problemas complexos, não podendo determinado esquema considerar-se isolado dos restantes. Por exemplo, o da Cova da Beira implicava que fossem considerados os do Douro (Coa) e do Tejo. Expôs em seguida a finalidade da sua visita à Cova da Beira dizendo que em cooperação com os seus colaboradores iria referir a posição dos trabalhos do Regadio da Zona no respeitante a levantamentos topográficos, estudo de solos, fontes de água e descrição do esquema geral. Sobre estes diversos pontos, o engenheiro Palma Carlos chamou à intervenção todos os seus colaboradores presentes — eng.os Beja Neves, Faria Ferreira, Azambuja, Pinto de Abreu e Muralha.

Depois de larga troca de impressões, foi encarada a viabilidade da execução do seguinte programa:

Julho de 1971 — Apresentação do plano geral; fins de 1971 — Apreciação e aprovação do plano geral; início de 1972 — Elaboração do projecto da Barragem do Meimão; início de 1973 — Começo da construção da Barragem do Meimão; 1973 — Elaboração do projecto da Barragem do Coa; 1974 — Começo da construção da Barragem do Coa e início do sistema de canais.

— O esquema de Valhelhas, dependente de opções a tomar com base em estudos em elaboração que se procurarão acelerar, entrará no momento próprio no programa devendo, contudo, ser pedida a inclusão de verbas específicas no IV Plano de Fomento.

— A Barragem intermédia da Campina será dada a prioridade possível tendo em vista o abastecimento domiciliário das freguesias do concelho do Fundão e deste próprio aglomerado, cujas fontes estão cometidas à Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos.

— O estudo da regularização dos cursos de água far-se-á na altura própria.

— Poderão ser considerados as ribeiras de Unhais e o curso superior do Zêzere no esquema do Regadio da Cova da Beira.

Depois da reunião, que poderá considerar-se como uma das mais eficientes do Grupo de Trabalho para o Planeamento da Cova da Beira, o director-geral dos Serviços Hidráulicos, governadores civis e acompanhantes, fizeram uma visita a Belmonte, Estação Fruteira da Ponte Pedrinha e Fundão.

Além de governadores civis dos distritos da Guarda e Castelo Branco, drs. Mário Bento e Ascensão Azevedo, assistiram à reunião o dr. Rui Pontífice de Sousa; eng.º João José Ferreira Forte e comendador Francisco Esteves Gaspar de Carvalho, deputados à Assembleia Nacional; sr. Aníbal Amaral Barata de Morais, procurador à Câmara Corporativa; presidentes das Câmaras Municipais da Guarda, Sabugal, Fundão e Belmonte; e membros do Grupo de Trabalho dr. Ruy Albuquerque, eng.os Aniceto Duarte, Filipe Gil, Manuel de Almeida Garrett, Simões Gonçalves e dr. Duarte Simões.

Toda a vereação da Câmara Municipal de Manteigas esteve também presente. — C.

Diário de Coimbra, março de 1971

11 DE MARÇO DE 1971 DIARIO DE

Na modernização da rede rodoviária das Beiras está incluída a nova ponte da Figueira da Foz e o estudo da ligação COIMBRA-VILAR FORMOSO

No decorrer de uma cerimónia, em Lisboa, na Junta Autónoma das Estradas, no acto de posse de altos funcionários daquele organismo, foram feitas afirmações do maior interesse quanto à modernização da rede rodoviária da Metrópole. Começou por afirmar o eng.º Manuel Duarte Gaspar, presidente da Junta «que o valor de qualquer organismo é o somatório do que valerem os seus elementos» disse mais adiante:

«Os serviços de conservação têm a seu cargo, entre outras, a missão importantíssima de manter e valorizar o património que constituem os 18 000 quilómetros de estradas nacionais já construídas. Nesse campo, vai V. Ex.ª, sr. eng.-chefe de divisão encontrar actividade intensa e frutuosa: o Plano de Obras da Junta para o corrente ano consignou à grande reparação de pavimentos a verba de 170 mil contos, que, adicionada à de 190 000 a despender em rectificações de traçados e variantes eleva a 360 milhares de contos o investimento previsto para este ano em obras de modernização da rede rodoviária nacional, uma já em curso, outras com início para breve. Estes números dão ideia das preocupações da Junta em adaptar as estradas a seu cargo às condições actualmente exigidas pela circulação automóvel, quer quanto a capacidade de escoamento, quer a comodidade e segurança. Neste campo, o de segurança, também é grande o esforço já despendido e maior o que vão despender os Serviços de Conservação. É imperioso actualizar a sinalização, eliminar pontos negros, melhorar cruzamentos e para isso destina o Plano de Obras de 1971 dotação significativa».

E o eng. Duarte Gaspar acentuou:

«E uma vez que referi este Plano, é oportuno completar a ideia já dada acerca dele dizendo que inclui também a verba de 120 mil contos para a construção de novas estradas e pontes, a concluir em 1972 e 1973, e no total de 385 quilómetros, dos quais 150 na região do Nordeste e outros tantos para coordenação com a viação rural. Inclui, também, os projectos, já em curso, das novas pontes da Figueira da Foz, da Barra, de Quintos, sobre o Guadiana, na ligação à fronteira de Vila Verde de Ficalho e a da ponte do Lima, todas a executar nos próximos anos».

A importância da regionalização dos serviços da Junta Autónoma das Estradas

Dirigindo-se, a seguir, ao novo director de Estradas de Lisboa, lembrou-lhe, o presidente da Junta, que ele tem a seu cargo a rede rodoviária do distrito mais importante do País, e os problemas que irá defrontar, embora não difiram, na essência, daqueles que já bem conhece e resolveu. «tem agudeza e dimensão proporcionadas às condições peculiares desse distrito: maiores volumes de tráfego, maiores exigências dos utentes, maiores implicações da expansão urbana».

Continuando, disse o eng.º Duarte Gaspar:

«Na Direcção de Estradas de Lisboa, terá, pois, V. Ex.ª oportunidade de confirmar as altas qualidades pessoais e profissionais de que já deu tão largas provas; e o primeiro passo que lhe deixo recomendado é a conveniente adaptação dos serviços, nos sectores técnico e administrativo, a normas de actualização consentâneas com a tarefa que lhes compete desempenhar. De resto, esta necessidade de reajustamento é extensiva a todos os serviços da Junta, e nela se integra o que se está processando no sector dos estudos, de importância vital e cuja conveniente estruturação não pode sofrer mais demoras.»

E acrescentou:

«Há, na realidade, grande soma de trabalho a realizar nesse campo, quer quanto a estudos de base, quer quanto a projectos de execução, o problema tem de ser encarado com a devida amplitude. É necessário, especialmente, agora que se está no limiar da preparação do próximo Plano de Fomento, conhecer elementos concretos sobre as grandes ligações rodoviárias a construir de novo ou a modernizar, sobre as vias de penetração no território e sobre os acessos aos centros urbanos mais importantes; e de dispor de projectos a tempo de realizar as obras na devida oportunidade. Alguma coisa está executada ou em curso, como seja o estudo da ligação Coimbra-Covilhã-Guarda-Vilar Formoso, dos acessos ao Porto, a Aveiro e a Santarém, dos acessos ao Algarve, para falar só dos de maior importância, mas muito mais há ainda por fazer».

Prosseguindo, o orador declarou, ainda:

«É nesse sentido que estão a ser apropriados os meios de acção da Junta, com a instalação de processos modernos de trabalho e a conveniente estruturação do Gabinete de Estudos e Planeamento, dentro de um esquema em que a actuação dos Serviços é devidamente coordenada com a da empresa privada. Nesse esquema se integram as brigadas regionais de estudos, cujos quadros e meios de acção se está tratando de revigorar, em paralelo com os dos Serviços Centrais. Importante evolução se verificará em breve prazo nessas brigadas. A regionalização dos serviços é tema que tem sido objecto de consideração da administração da Junta. Para já, está reconhecida a vantagem de confiar a serviços regionais a construção e reconstrução de estradas, e aquelas brigadas, aliás dentro de concepção que não é inteiramente nova, serão utilizadas como núcleos de tais serviços. É regime a entrar em vigor dentro de pouco tempo».

No referido acto foram empossadas as seguintes individualidades:

Engs. António Ferreira Pinto Basto, Rui Alcântara de Sousa e Melo e Manuel Pinto Pereira, dos cargos, respectivamente, de director de Estradas do Distrito de Lisboa, e de cheges da Divisão Técnica da Direcção dos Serviços de Conservação e da 3.ª Brigada de Estudos (Lisboa), do mesmo organismo.

O Planeamento vai começar em Castelo Branco

Vai, a convite da Câmara Municipal de Castelo Branco e pela primeira vez fora dos seus distritos normais de trabalho e residência — Coimbra e Viseu — actuar como presidente da Comissão de Planeamento da Zona Centro, o antigo governador civil de Viseu, sr. eng. Manuel Augusto Engrácia Carrilho, que também reassumiu, há dias, o seu cargo de provedor da Santa Casa da Misericórdia desta cidade.

Aquele dirigente deixou na primeira fase da sua presença na Misericórdia local, uma inegável obra largamente facilitada por dois ou três importantíssimos legados e fortemente apoiada pelos poderes públicos, sim, mas também, grandemente devida à sua dedicação pessoal como provedor da benemerente instituição.

Depois, deixando a provedoria por força da sua posição na chefia do distrito, não houve quem conseguisse vê-lo, como governador civil e dentro das atribuições que a Lei impõe a qualquer chefe de distrito, atento á fiscalização do que por ali se foi passando (e acabou por se tornar discutível, nas reuniões da «Mesa» e um pouco por toda a cidade, que justificadamente ama a sua Misericórdia).

Tudo visto, lido e respigado, há quem lamente se, á frente de serviços de tamanhas exigências, como os do Planeamento da Zona Centro do País, o respectivo presidente acabe por ficar de mal com os trabalhos do Planeamento por amor da Misericórdia — como se vê, o seu grande amor — e de mal com a Misericórdia por causa do Planeamento. Mas a verdade é que muito se sujeita a padecer quem muito ama. O pior é que, «para tão grande amor é curta a vida».

VAZ DA CUNHA

2. COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA E INTERNACIONAL

As ações de cooperação e internacionalização ocorreram como referido em 3.5. desde o início da atividade da Comissão, com a realização e participação logo em 5 de junho de 1971 na reunião do Conselho de Economia Regional do Oeste Atlântico, entre Portugal e Espanha, que teve lugar em Coimbra.

E em 1972 ocorrem as primeiras visitas no quadro de missões de natureza técnica e económica "em ordem à implantação de indústrias" com três grupos de alemães, bem como, se regista a participação no Conselho Económico e Social do Oeste de Espanha (em Salamanca) e no VI Congresso Internacional das Economias Regionais (na Polónia).

Dos Protocolos de Cooperação celebrados, assinalam-se, a título ilustrativo, os assinados entre a *Comissão* e as Juntas de *Extremadura* (em 27 de março de 1994) e de Castilla y Léon (memorando de colaboração de 1990 e protocolo celebrado em 1985) que foram, entretanto, objeto de atualizações ou renovações posteriores, bem como com a *Poitou-Charentes*.

Assinatura do Protocolo de Cooperação entre a Junta de Extremadura e a CCRC, respetivamente, por D. Juan Carlos Rodriguez Ibarra e pelo Professor Doutor Manuel Viegas Abreu;

Assinatura do Protocolo de Cooperação com Jean-Pierre Raffarin, Presidente da Região de Poitou-Charentes[155]

[155] Jean-Pierre Raffarin veio a exercer mais tarde, entre maio de 2002 e março de 2005, o cargo de primeiro-ministro da França.

PROTOCOLO DE COOPERACIÓN ENTRE LA JUNTA DE EXTREMADURA Y LA COMISIÓN DE COORDINACIÓN DE LA REGIÓN CENTRO

En el Puente de Alcántara, a 27 de Mayo de 1994.

REUNIDOS

De una parte el Excmo. Sr. D. Juan Carlos Rodríguez Ibarra, en calidad de Presidente de la Junta de Extremadura y en representación de la misma, de otra, el Excmo. Sr. Prof. Doctor Manuel A. Viegas Abreu, en calidad de Presidente de la Comisión de Coordinación de la Región Centro (Portugal).

Ambas partes se reconocen mutuamente la capacidad necesaria para suscribir el presente Protocolo en la representación que ostentan y

EXPONEN

Que la integración de Portugal y España en la Comunidad Europea y la celebración del Tratado de la Unión Europea, ponen de manifiesto la necesidad de dar una nueva dimensión a la cooperación transfronteriza entre la Comunidad Autónoma de Extremadura (España) y la Región Centro (Portugal). Esta necesidad se vuelve más apremiante y oportuna dada la posibilidad de realizar acciones transfronterizas que puedan ser objeto de nuevos programas propuestos por la Unión Europea y por los Gobiernos de los dos países.

Que en el ámbito de las actuaciones fomentadas por la Asamblea de las Regiones de Europa (A.R.E.), de la que son miembros la Comunidad Autónoma de Extremadura y la Región Centro, está la promoción del diálogo, la concertación y el estudio de acciones comunes en las regiones pertenecientes a los Estados miembros de la Unión Europea y del Consejo de Europa.

Que lo previsto en este Protocolo, constituye un compromiso mutuo de carácter no normativo y no modifica el reparto de competencias

2. Cuando se trate de proyectos o acciones que exijan financiación específica será definida caso a caso o en el plan de actividades.

Novena
Las Instituciones firmantes se comprometen a canalizar todos los contactos en el ámbito de los objetivos de cooperación establecidos en el presente Protocolo a través de los mecanismos previstos en el mismo.

Décima
El Grupo de Trabajo elaborará anualmente una relación de actividades llevadas a cabo durante ese ejercicio, a partir de la cual se hará la valoración del impacto de la cooperación.

Undécima
El presente Protocolo podrá ser denunciado por cualquiera de las partes signatarias con un preaviso de 5 meses.

Y en prueba de conformidad las Partes intervinientes firman el presente Protocolo de Colaboración, por duplicado ejemplar, en las lenguas española y portuguesa, en la fecha y lugar al principio indicados.

Juan Carlos Rodríguez Ibarra
Presidente de la Junta de Extremadura

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A JUNTA DE ESTREMADURA E A COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO

Ponte de Alcantara, em 27 de Maio de 1994

REUNIDOS

De uma parte, o Exmo. Sr. D. Juan Carlos Rodríguez Ibarra, na qualidade de Presidente da Junta Autónoma da Estremadura (Espanha) e em representação da mesma, de outra, o Exmo. Sr. Prof. Doutor Manuel Viegas Abreu, na qualidade de Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro (Portugal).

Ambas as partes reconhecem mutuamente a capacidade necessária para subscrever o presente Protocolo de Cooperação na forma que apresenta.

CONSIDERAM

Que a integração de Portugal e Espanha na Comunidade Europeia e a celebração de concretização do Tratado da União Europeia vieram criar a necessidade de dar uma nova dimensão à cooperação transfronteiriça entre a Região Centro (Portugal) e a Comunidade Autónoma da Estremadura (Espanha). Esta necessidade torna-se mais premente e oportuna dada a possibilidade de realização de acções transfronteiriças que poderão ser objecto de novos programas propostos pela Comunidade Europeia e pelos Governos dos dois países.

Que no âmbito das acções fomentadas pela Assembleia das Regiões da Europa (A.R.E.), de que são membros a Região Centro e a Comunidade Autónoma da Estremadura, está a promoção do diálogo, a concertação e o estudo de acções comuns nas regiões pertencentes aos Estados-membros da União Europeia e do Conselho da Europa.

Que o previsto neste protocolo constitui um compromisso mútuo de carácter não normativo e não modifica a repartição de competências estabelecidas em cada território pelos

2. Quando se trate de projectos ou acções que exijam financiamentos específicos, será definida caso a caso ou no plano de actividades.

Nono
As instituições subscritoras comprometem-se a canalizar todos os contactos no âmbito dos objectivos de cooperação, estabelecidas no presente Protocolo, através dos mecanismos constantes do mesmo.

Décimo
O Grupo de Trabalho elaborará anualmente um relatório de actividades levadas a cabo durante esse período, a partir do qual se fará a avaliação e impacto da respectiva cooperação.

Décimo primeiro
O presente protocolo poderá ser denunciado por qualquer das partes signatárias com pré-aviso de 5 meses.

E, como prova de acordo, as partes intervenientes firmam o presente Protocolo de Colaboração, num único acto através de exemplar em duplicado, em espanhol e português, na data e local atrás citados.

Manuel Amâncio Viegas Abreu
Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro

Conferência sobre Economia da Saúde em Rostock – Alemanha. 15 e 16 de junho de 2015. Aliança estratégica da Região Centro para a área da Saúde - CentroPT Health Aliance. Assinatura de Acordo de cooperação com o Bio-Con Valley GmbH (ecossistema de saúde alemão que envolve 160 parceiros) de modo a possibilitar iniciativas conjuntas na área da economia da saúde e biotecnologia, concretamente no que se refere a indústria, investigação e serviços de cuidados de saúde, no estado alemão Mecklenburg-Vorpommern.

Luís de Almeida de Sampaio, Embaixador de Portugal em Berlim
Paulo Macedo, Ministro da Saúde de Portugal
Erwin Sellering, Ministro Presidente do Estado de Mecklenburg Vorpommern
Lars Bauer, Director Executivo do Biocon Valley
Ana Abrunhosa, Presidente da CCDRC
Martins Nunes, Presidente do Conselho de Administração dos CHUC
Horst Klinkmann - Presidente da Conferência Internacional para a Economia da Saúde Rostock - Mecklenburg Vorpommern

BioCon Valley®
Health Economy Cluster
Mecklenburg-Vorpommern

ccdrc

ADAPTED LETTER OF INTENT

Between

Centro Region of Portugal, represented by Centro Coordination and Regional Development Commission (hereinafter CCDRC)

And

BioCon Valley® GmbH, Germany

(hereinafter all referred to as Both Parties)

The Centro Region is one of the leading scientific and technological regions in Portugal ("European Reference" in the industry for diagnostic and therapeutic innovation and in leading-edge health technology on European Active Ageing Programs), bringing together all stakeholders working in each of the stages of the development of health related products, devices and services. CCDRC – Centro Coordination and Development Regional Commission (www.ccdrc.pt) is a public institution which mission comprises the implementation of environmental, land use and urban planning policies as well as regional development policies, to encourage the coordinated action of decentralized regional services, to provide technical assistance to local authorities and their associations and to administrate the Regional Operational Program. CCDRC is acting as a focal point of the existing culture and strong tradition of basic, translational and clinical research and of all Centro Region SME's in the health and biotechnology sector.

BioCon Valley® is the network of the health economy for the federal state of Mecklenburg-Vorpommern. The company is its central contact and motor, strengthens employment, growth and competitiveness sustainably on a national and international scale. Together with the industry players, the company turns healthy nature and innovative companies into the health state of Mecklenburg-Vorpommern.

The initial Letter of Intent (hereafter referred to as the "LOI") was entered into on July 15th, 2015 in Rostock-Warnemünde, Germany, between CCDRC and BioCon Valley® GmbH.
In accordance with the meetings between the BioCon Valley Initiative and the then President of CCDRC, held on June, 8th 2015 in Coimbra, both parties, CCDRC and BioCon Valley® had a common interest in strengthening the development of life science and health economy in their respective regions. Both parties thus intended to establish a partnership in these fields based on the principle of reciprocity, while respecting each party in autonomy. The partnership was further strengthened by a delegation trip to Coimbra led by the Minister of Economics, Employment and Health of Mecklenburg-Vorpommern in April 2018. With regard of the successful cooperation in recent years, both parties agree to adapt the former goals of cooperation as follows:
The specific goals of cooperation are:

Page 1 of 2

BioCon Valley®
Health Economy Cluster
Mecklenburg-Vorpommern

ccdrc

a) To stimulate cooperation in science and health economy (includes healthcare) in Centro of Portugal and Mecklenburg-Vorpommern;
b) To facilitate communication and to provide key information about health economy;
c) To initiate direct collaboration between stakeholders from research and health economy from Centro Region of Portugal and Mecklenburg-Vorpommern, Germany.

In order to strengthen the partnership between the two parties, the parties intent to promote the following activities:

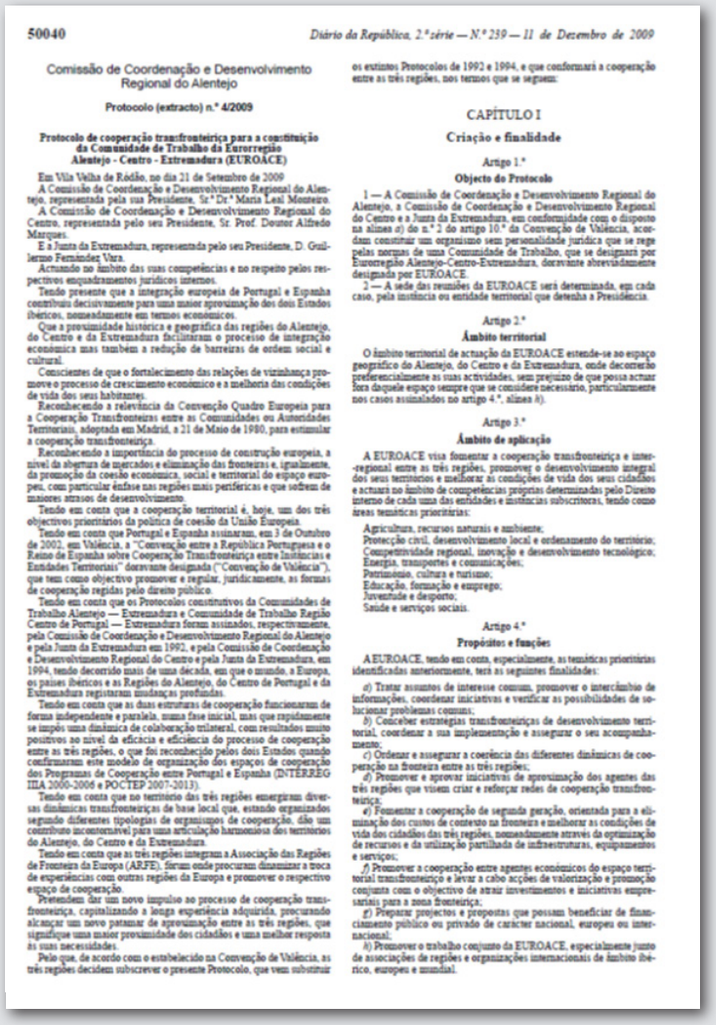
1. Identify several fields of mutual interest in the field of health economy, for example within digital health or the "healing forest" (mutual support for the International Society of Forest Therapy).
2. Exchanging corporate and academic information and research between the parties, hosting workshops and exchange meetings.
3. Elaborating working papers, can jointly develop solutions to overcome challenges within health sector by promoting innovation in health economy.

Expenses, duration and confidentiality:
Both parties shall contribute to support the activities stipulated in this LOI. This adapted LOI shall enter into force on the date of signature and will remain in force for a period of three years each. It is tacitly extended for further three years if neither party terminates the LOI in writing three months before its expiry. Each party shall treat as confidential all information obtained from the other pursuant to this LOI, and shall not divulge such confidential information to any third party (except to its own employees to do so), without the other party's prior written consent.
IN WITNESS WHEREOF, the undersigned, being duly authorizes thereto, have signed this Cooperation Agreement.

Coimbra and Rostock, March 4th, 2021

On behalf of	On behalf of
Centro Region of Portugal	**BioCon Valley GmbH**
Isabel Damasceno Vieira de Campos Costa	*Lars Bauer*
President of CCDRC	*Managing Director BioCon Valley GmbH*

Page 2 of 2



50040 *Diário da República, 2.ª série — N.º 239 — 11 de Dezembro de 2009*

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Protocolo (extracto) n.º 4/2009

Protocolo de cooperação transfronteiriça para a constituição da Comunidade de Trabalho da Eurorregião Alentejo - Centro - Extremadura (EUROACE)

Em Vila Velha de Ródão, no dia 21 de Setembro de 2009

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, representada pela sua Presidente, Sr.ª Dr.ª Maria Leal Monteiro.

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, representada pelo seu Presidente, Sr. Prof. Doutor Alfredo Marques.

E a Junta da Extremadura, representada pelo seu Presidente, D. Guillermo Fernández Vara.

Actuando no âmbito das suas competências e no respeito pelos respectivos enquadramentos jurídicos internos.

Tendo presente que a integração europeia de Portugal e Espanha contribuiu decisivamente para uma maior aproximação dos dois Estados Ibéricos, nomeadamente em termos económicos.

Que a proximidade histórica e geográfica das regiões do Alentejo, do Centro e da Extremadura facilitaram o processo de integração económica mas também a redução de barreiras de ordem social e cultural.

Conscientes de que o fortalecimento das relações de vizinhança promove o processo de crescimento económico e a melhoria das condições de vida dos seus habitantes.

Reconhecendo a relevância da Convenção Quadro Europeia para a Cooperação Transfronteiras entre as Comunidades ou Autoridades Territoriais, adoptada em Madrid, a 21 de Maio de 1980, para estimular a cooperação transfronteiriça.

Reconhecendo a importância do processo de construção europeia, a nível da abertura de mercados e eliminação das fronteiras e, igualmente, da promoção da coesão económica, social e territorial do espaço europeu, com particular ênfase nas regiões mais periféricas e que sofrem de maiores atrasos de desenvolvimento.

Tendo em conta que a cooperação territorial é, hoje, um dos três objectivos prioritários da política de coesão da União Europeia.

Tendo em conta que Portugal e Espanha assinaram, em 3 de Outubro de 2002, em Valência, a "Convenção entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha sobre Cooperação Transfronteiriça entre Instâncias e Entidades Territoriais" doravante designada ("Convenção de Valência"), que tem como objectivo promover e regular, juridicamente, as formas de cooperação regidas pelo direito público.

Tendo em conta que os Protocolos constitutivos da Comunidades de Trabalho Alentejo — Extremadura e Comunidade de Trabalho Região Centro de Portugal — Extremadura foram assinados, respectivamente, pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo e pela Junta da Extremadura em 1992, e pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e pela Junta da Extremadura, em 1994, tendo decorrido mais de uma década, em que o mundo, a Europa, os países ibéricos e as Regiões do Alentejo, do Centro de Portugal e da Extremadura registaram mudanças profundas.

Tendo em conta que as duas estruturas de cooperação funcionaram de forma independente e paralela, numa fase inicial, mas que rapidamente se impôs uma dinâmica de colaboração trilateral, com resultados muito positivos no nível da eficácia e eficiência do processo de cooperação entre as três regiões, o que foi reconhecido pelos dois Estados quando confirmaram este modelo de organização dos espaços de cooperação dos Programas de Cooperação entre Portugal e Espanha (INTERREG IIIA 2000-2006 e POCTEP 2007-2013).

Tendo em conta que no território das três regiões emergiram diversas dinâmicas transfronteiriças de base local que, estando organizados segundo diferentes tipologias de organismos de cooperação, dão um contributo inconstatável para uma articulação harmoniosa dos territórios do Alentejo, do Centro e da Extremadura.

Tendo em conta que as três regiões integram a Associação das Regiões de Fronteira da Europa (ARFE), fórum onde procuram dinamizar a troca de experiências com outras regiões da Europa e promover o respectivo espaço de cooperação.

Pretendem dar um novo impulso ao processo de cooperação transfronteiriça, capitalizando a longa experiência adquirida, procurando alcançar um novo patamar de aproximação entre as três regiões, que signifique uma maior proximidade dos cidadãos e uma melhor resposta às suas necessidades.

Pelo que, de acordo com o estabelecido na Convenção de Valência, as três regiões decidem subscrever o presente Protocolo, que vem substituir os extintos Protocolos de 1992 e 1994, e que conformará a cooperação entre as três regiões, nos termos que se seguem:

CAPÍTULO I

Criação e finalidade

Artigo 1.º

Objecto do Protocolo

1 — A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e a Junta da Extremadura, em conformidade com o disposto na alínea *a)* do n.º 2 do artigo 10.º da Convenção de Valência, acordam constituir um organismo sem personalidade jurídica que se rege pelas normas de uma Comunidade de Trabalho, que se designará por Eurorregião Alentejo-Centro-Extremadura, doravante abreviadamente designada por EUROACE.

2 — A sede das reuniões da EUROACE será determinada, em cada caso, pela instância ou entidade territorial que detenha a Presidência.

Artigo 2.º

Âmbito territorial

O âmbito territorial de actuação da EUROACE estende-se ao espaço geográfico do Alentejo, do Centro e da Extremadura, onde decorrerão preferencialmente as suas actividades, sem prejuízo de que possa actuar fora daquele espaço sempre que se considere necessário, particularmente nos casos assinalados no artigo 4.º, alínea *h)*.

Artigo 3.º

Âmbito de aplicação

A EUROACE visa fomentar a cooperação transfronteiriça e inter-regional entre as três regiões, promover o desenvolvimento integral dos seus territórios e melhorar as condições de vida dos seus cidadãos e actuará no âmbito de competências próprias determinadas pelo Direito interno de cada uma das entidades e instâncias subscritoras, tendo como áreas temáticas prioritárias:

Agricultura, recursos naturais e ambiente;
Protecção civil, desenvolvimento local e ordenamento do território;
Competitividade regional, inovação e desenvolvimento tecnológico;
Energia, transportes e comunicações;
Património, cultura e turismo;
Educação, formação e emprego;
Juventude e desporto;
Saúde e serviços sociais.

Artigo 4.º

Propósitos e funções

A EUROACE, tendo em conta, especialmente, as temáticas prioritárias identificadas anteriormente, terá as seguintes finalidades:

a) Tratar assuntos de interesse comum, promover o intercâmbio de informações, coordenar iniciativas e verificar as possibilidades de solucionar problemas comuns;

b) Conceber estratégias transfronteiriças de desenvolvimento territorial, coordenar a sua implementação e assegurar o seu acompanhamento;

c) Ordenar e assegurar a coerência das diferentes dinâmicas de cooperação na fronteira entre as três regiões;

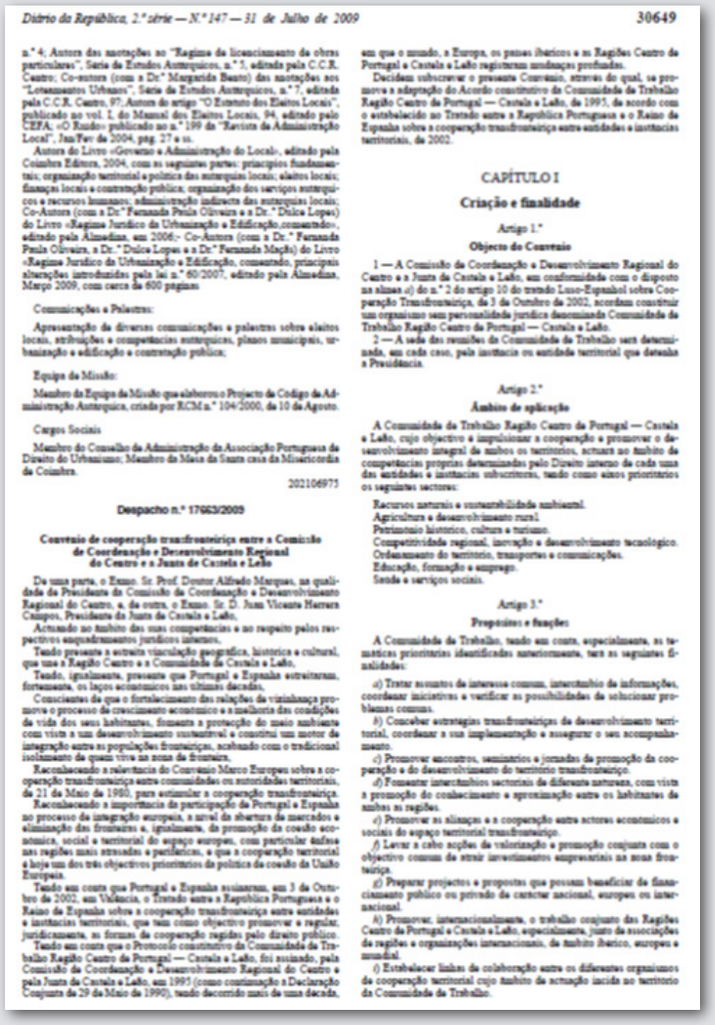
d) Promover e aprovar iniciativas de aproximação dos agentes das três regiões que visem criar e reforçar redes de cooperação transfronteiriça;

e) Fomentar a cooperação de segunda geração, orientada para a eliminação dos custos de contexto na fronteira e melhorar as condições de vida dos cidadãos das três regiões, nomeadamente através da optimização de recursos e da utilização partilhada de infraestruturas, equipamentos e serviços;

f) Promover a cooperação entre agentes económicos do espaço territorial transfronteiriço e levar a cabo acções de valorização e promoção conjunta com o objectivo de atrair investimentos e iniciativas empresariais para a zona fronteiriça;

g) Preparar projectos e propostas que possam beneficiar de financiamento público ou privado de carácter nacional, europeu ou internacional;

h) Promover o trabalho conjunto da EUROACE, especialmente junto de associações de regiões e organizações internacionais de âmbito ibérico, europeu e mundial.



Diário da República, 2.ª série — N.º 147 — 31 de Julho de 2009 30649

n.º 4; Autora das anotações ao "Regime da licenciamento de obras particulares", Série de Estudos Autárquicos, n.º 5, editada pela C.C.R. Centro; Co-autora (com a Dr.ª Margarida Bauto) das anotações aos "Loteamentos Urbanos", Série de Estudos Autárquicos, n.º 7, editada pela C.C.R. Centro, 97; Autora do artigo "O Estatuto dos Eleitos Locais", publicado no vol. I, do Manual dos Eleitos Locais, 94, editado pelo CEFA; «O Ruído» publicado no n.º 199 da "Revista da Administração Local", Jan/Fev de 2004, pag. 27 e ss.

Autora do Livro «Governo e Administração do Local», editado pela Coimbra Editora, 2004, com as seguintes partes: princípios fundamentais; organização territorial e política das autarquias locais; eleitos locais; finanças locais e contratação pública; organização dos serviços autárquicos e recursos humanos; administração indirecta das autarquias locais; Co-Autora (com a Dr.ª Fernanda Paula Oliveira e a Dr.ª Dulce Lopes) do Livro «Regime Jurídico da Urbanização e Edificação,comentado», editado pela Almedina, em 2006; Co-Autora (com a Dr.ª Fernanda Paula Oliveira, a Dr.ª Dulce Lopes e a Dr.ª Fernanda Maçãs) do Livro «Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, comentado, principais alterações introduzidas pela lei n.º 60/2007, editado pela Almedina, Março 2009, com cerca de 600 páginas

Comunicações e Palestras:

Apresentação de diversas comunicações e palestras sobre eleitos locais, atribuições e competências autárquicas, planos municipais, urbanização e edificação e contratação pública;

Equipa de Missão:

Membro da Equipa de Missão que elaborou o Projecto de Código da Administração Autárquica, criada por RCM n.º 104/2000, de 10 de Agosto.

Cargos Sociais

Membro do Conselho de Administração da Associação Portuguesa de Direito do Urbanismo; Membro da Mesa da Santa casa da Misericordia de Coimbra.

202106975

Despacho n.º 17963/2009

Convénio de cooperação transfronteiriça entre a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e a Junta de Castela e Leão

De uma parte, o Exmo. Sr. Prof. Doutor Alfredo Marques, na qualidade de Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, e, de outra, o Exmo. Sr. D. Juan Vicente Herrera Campos, Presidente da Junta de Castela e Leão,

Actuando no âmbito das suas competências e no respeito pelos respectivos enquadramentos jurídicos internos,

Tendo presente a estreita vinculação geográfica, histórica e cultural, que una a Região Centro e a Comunidade de Castela e Leão,

Tendo, igualmente, presente que Portugal e Espanha estreitaram, fortemente, os laços económicos nas últimas décadas,

Conscientes de que o fortalecimento das relações de vizinhança promove o processo de crescimento económico e a melhoria das condições de vida dos seus habitantes, fomenta a protecção do meio ambiente com vista a um desenvolvimento sustentável e constitui um motor de integração entre as populações fronteiriças, acabando com o tradicional isolamento de quem vive na zona de fronteira,

Reconhecendo a relevância do Convénio Marco Europeu sobre a cooperação transfronteiriça entre comunidades ou autoridades territoriais, de 21 de Maio de 1980, para estimular a cooperação transfronteiriça.

Reconhecendo a importância da participação de Portugal e Espanha no processo de integração europeia, a nível da abertura de mercados e eliminação das fronteiras e, igualmente, da promoção da coesão económica, social e territorial do espaço europeu, com particular ênfase nas regiões mais atrasadas e periféricas, e que a cooperação territorial é hoje um dos três objectivos prioritários da política de coesão da União Europeia.

Tendo em conta que Portugal e Espanha assinaram, em 3 de Outubro de 2002, em Valência, o Tratado entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha sobre a cooperação transfronteiriça entre entidades e instâncias territoriais, que tem como objectivo promover e regular, juridicamente, as formas de cooperação regidas pelo direito público.

Tendo em conta que o Protocolo constitutivo da Comunidade de Trabalho Região Centro de Portugal — Castela e Leão, foi assinado, pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e pela Junta de Castela e Leão, em 1995 (como continuação a Declaração Conjunta de 29 de Maio de 1990), tendo decorrido mais de uma década, em que o mundo, a Europa, os países ibéricos e as Regiões Centro de Portugal e Castela e Leão registaram mudanças profundas.

Decidem subscrever o presente Convénio, através do qual, se promove a adaptação do Acordo constitutivo da Comunidade de Trabalho Região Centro de Portugal — Castela e Leão, de 1995, de acordo com o estabelecido no Tratado entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha sobre a cooperação transfronteiriça entre entidades e instâncias territoriais, de 2002.

CAPÍTULO I

Criação e finalidade

Artigo 1.º

Objecto do Convénio

1 — A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e a Junta de Castela e Leão, em conformidade com o disposto na alínea *d)* do n.º 2 do artigo 10 do tratado Luso-Espanhol sobre Cooperação Transfronteiriça, de 3 de Outubro de 2002, acordam constituir um organismo sem personalidade jurídica denominada Comunidade de Trabalho Região Centro de Portugal — Castela e Leão.

2 — A sede das reuniões da Comunidade de Trabalho será determinada, em cada caso, pela instância ou entidade territorial que detenha a Presidência.

Artigo 2.º

Âmbito de aplicação

A Comunidade de Trabalho Região Centro de Portugal — Castela e Leão, cujo objectivo é impulsionar a cooperação e promover o desenvolvimento integral de zonas ou territórios, actuará no âmbito de competências próprias determinadas pelo Direito interno de cada uma das entidades e instâncias subscritoras, tendo como áreas prioritárias os seguintes sectores:

Recursos naturais e sustentabilidade ambiental.
Agricultura e desenvolvimento rural.
Património histórico, cultura e turismo.
Competitividade regional, inovação e desenvolvimento tecnológico.
Ordenamento do território, transportes e comunicações.
Educação, formação e emprego.
Saúde e serviços sociais.

Artigo 3.º

Propósitos e funções

A Comunidade de Trabalho, tendo em conta, especialmente, as temáticas prioritárias identificadas anteriormente, terá as seguintes finalidades:

a) Tratar assuntos de interesse comum, intercâmbio de informações, coordenar iniciativas e verificar as possibilidades de solucionar problemas comuns.

b) Conceber estratégias transfronteiriças de desenvolvimento territorial, coordenar a sua implementação e assegurar o seu acompanhamento.

c) Promover encontros, seminários e jornadas de promoção da cooperação e do desenvolvimento do território transfronteiriço.

d) Fomentar intercâmbios sectoriais de diferente natureza, com vista a promoção do conhecimento e aproximação entre os habitantes de ambas as regiões.

e) Promover as alianças e a cooperação entre actores económicos e sociais do espaço territorial transfronteiriço.

f) Levar a cabo acções de valorização e promoção conjunta com o objectivo comum de atrair investimentos empresariais na zona fronteiriça.

g) Preparar projectos e propostas que possam beneficiar de financiamento público ou privado de carácter nacional, europeu ou internacional.

h) Promover, internacionalmente, o trabalho conjunto das Regiões Centro de Portugal e Castela e Leão, especialmente, junto de associações de regiões e organizações internacionais, de âmbito ibérico, europeu e mundial.

i) Estabelecer linhas de colaboração entre os diferentes organismos de cooperação territorial cujo âmbito de actuação incida no território da Comunidade de Trabalho.

1º Protocolo tripartido da fronteira luso-espanhola, para a constituição da Comunidade de Trabalho da Eurorregião Alentejo-Centro e Extremadura (EUROACE) assinado em 21 de setembro de 2009, em Vila Velha de Rodão, sendo a CCDRC representada pelo seu Presidente Professor Doutor Alfredo Marques (cópia da publicação no Diário da República, 2ª séria, de 11 de dezembro de 2009).

Convénio de Cooperação transfronteiriça entre a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e a Junta de Castela e Leão (CENCYL), constitutivo da Comunidade de Trabalho Região Centro de Portugal – Castela e Leão (cópia da publicação no Diário da República, 2ª séria, de 31 de julho de 2009). Este Convénio promove a adaptação do Acordo constitutivo da Comunidade de Trabalho Região Centro de Portugal – Castela e Leão de 1995, de acordo com o estabelecido no Tratado entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha sobre cooperação transfronteiriça entre entidades e instâncias territoriais, de 2002.

XUNTA DE GALICIA · Junta de Castilla y León · CCDRn · Gobierno del Principado de Asturias · ccdrc · GOBIERNO de CANTABRIA

MEMORANDO DE ENTENDIMIENTO POR EL QUE SE ADHIERE LA COMUNIDAD AUTÓNOMA DE CANTABRIA A LA MACRORREGIÓN DEL SUROESTE DE EUROPA "RESOE"

En Vigo, a 14 de marzo de 2017

REUNIDOS

El Sr. D. Alberto Núñez Feijóo, Presidente de la Xunta de Galicia, nombrado por Real Decreto 423/2016, de 11 de noviembre, de conformidad con lo dispuesto en los artículos 152.1 de la Constitución y 15.2 del Estatuto de Autonomía de Galicia;

el Excmo. Sr. D. Juan Vicente Herrera Campo, Presidente de la Junta de Castilla y León, nombrado por Real Decreto 617/2015, de 3 de julio, de conformidad con lo dispuesto de los artículos 152.1 de la Constitución, y 26.2 del Estatuto de Autonomía de Castilla y León, y el 6.5 de la Ley 3/2001, de 3 de julio, del Gobierno y de la Administración de la Comunidad de Castilla y León;

el Excmo. Sr. D. Fernando Guimarães Freire de Sousa, Presidente de la Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, nombrado por Despacho nº 8787-B/2016 de 7 de julio de 2016, del Gabinete del Ministro do Planeamento e Infraestruturas;

el Excmo. Sr. D. Javier Fernández Fernández, Presidente del Principado de Asturias, nombrado por Real Decreto 704/2015, de 22 de julio y en virtud de las facultades conferidas por los artículos 32.2 del Estatuto de Autonomía del Principado de Asturias y 15 de la Ley del Principado de Asturias 6/1984, de 5 de julio, del Presidente y del Consejo de Gobierno;

la Excma. Sra. Dña. Ana Maria Pereira Abrunhosa Trigueiros de Aragão, Presidente

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO DA ADESÃO À MACRO REGIÃO DO SUDOESTE EUROPEU "RESOE", DA COMUNIDAD AUTÓNOMA DE CANTABRIA

Vigo, em 14 de março de 2017

REUNIDOS

O Senhor D. Alberto Núñez Feijóo, Presidente da Xunta de Galicia, nomeado por Real Decreto 423/2016, de 11 de novembro, e pelas competências conferidas pelos artigos nº 152.1 da Constituição, e n.º15.2 do Estatuto de Autonomia de Galicia;

O Exmo. Senhor Juan Vicente Herrera Campo, Presidente da Junta de Castilla y León, nomeado por Real Decreto 617/2015, de 3 de julho, em conformidade com o disposto nos artigos n.º152.1 da Constituição, e n.º26.2 do Estatuto de Autonomia de Castilla y Léon, e pelo n.º6.5 da Lei 3/2001, de 3 de julho, do Governo e da Administração da Comunidade de Castilla y León;

O Exmo. Senhor Fernando José Guimarães Freire de Sousa, Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, nomeado por Despacho 8787-B/2016, de 7 de julho, do Ministro do Planeamento e Infraestruturas;

O Exmo. Senhor Javier Fernández Fernández, Presidente do Principado de Asturias, nomeado pelo Real Decreto 704/2015, de 22 de julho e pelas competências conferidas pelos artigos n.º32.2 do Estatuto de Autonomia do Principado de Asturias e pelo n.º15 da Lei do Principado de Asturias 6/1984, de 5 de julho, do Presidente e do Conselho de Governo;

A Exma. Senhora Ana Maria Pereira Abrunhosa Trigueiros de Aragão, Presidente

1

Memorando de entendimento de adesão à Macro Região do Sudoeste Europeu (RESOE), assinado em Vigo a 14 de março de 2017

3. ESTRUTURA DIRIGENTE

Na impossibilidade de apresentar a listagem completa de todos dos colaboradores que ao longo destes 50 anos deram o seu contributo ao serviço do desenvovimento nacional, regional e local, na região centro, recorda-se em complemento ao elementos indicados no ponto 3.2., os nomes dos Directores de Serviço / Diretores Regionais, dos Diretores dos GAT e dos Responsáveis dos Serviços Sub-regionais, bem como a estrura orgânica atual da CCDRC.

DIRECTORES DE SERVIÇO / DIRECTORES REGIONAIS

Designação	Data de Criação	Directores
DESENVOLVIMENTO REGIONAL		
DSDR / DRDR / DSDR	1986	Prof. António José Pais Antunes
		Dr. João Manuel Casaleiro Carvalho Costa
		Dr. Rui Manuel Missa Jacinto
		Dr. Helena Moura Ramos
		Dr. Lina Paula David Coelho
		Dr. Bernardo Campos
		Dr. Alexandra Rodrigues
ADMINISTRAÇÃO LOCAL		
DSAL / DRAL / DSAJeAL	1986	Dr. Alberto Alves Santos
		Dra Maria José Castanheira Neves
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO [156]		
DROT	1986[157]	Eng. João José Nogueira Gomes Rebelo
		Eng. António Helena Martins Canas
		Eng. Armando Pimentel Frausto Basso
		Dra. Fernanda Bastos Praça
		Eng.ª Cristina Maria Tomé Dias Reis Tadeu
		Dra. Maria Margarida M. Ventura Teixeira Bento
AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS		
DRARN	1986[158]	Prof. Aristides Hall
		Eng. Armando da Silva Afonso
		Prof. Luís Joaquim Leal Lemos
		Eng. António Machado Relvão
		Dr. Maria Luisa Silva Galvão Mexia Lobo
DSA		Dr.ª Ana Maria Martins Sousa
		Dr.ª Ana Sofia Patricio Fernandes Morais

[156] A Direção Regional do Ordenamento do Território (DROT), recebe e é "herdeira" dos anteriores serviços de Ordenamento (de âmbito regional, em Coimbra), de Planeamento Urbanístico (regional e distritais, sediados em Coimbra e nas capitais de Distrito) e de Equipamentos Regionais e Urbanos (Distritais, sediados nas capitais de Distrito: Aveiro, Coimbra, Leiria, Viseu, Guarda e Castelo Branco).

[157] No período entre 2001 e 2002, as Direções Regionais do Ordenamento do Território e do Ambiente e Recursos Naturais passaram a integrar a nova Direção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território (DRAOT), deixando de estar integradas como serviços da CCDRC.

[158] Idem nota anterior.

[159] Anteriormente à criação das CCR e criação da Direção de Serviços de Administração, a Comissão integrava uma Repartição Administrativa e Financeira. A Dr.ª Inácia Moura exerceu durante vários anos as funções inerentes à sua coordenação e chefia, passando depois a exercer as funções de Chefe de Divisão e a integrar o então Conselho de Administrativo.

ADMINISTRAÇÃO

ADM[159]		Dr. Júlio Alexandre do Carvalhal de Sousa Teles Dr. José Carlos Moreira Amaral Dra. Maria Isabel Fraústo A. Azevedo Veiga Ferrão Eng. Pedro Miguel Lima Andrade Matos Geirinhas

FISCALIZAÇÃO

DSF		Eng. Miguel Leão

COORDENAÇÃO GAT

NRC / NACTR	1979 / 1990	Eng. Mário Barros e Eng. António João Santos Veloso. Lugar desempenhado inicialmente, em acumulação, por Directores de GAT. A partir de 1980 a coordenação passou a ser do Vice-presidente, com a participação a nível técnico e gestão de pessoal, do Eng. João Rebelo e Dr. Alberto Santos. A partir de 1985, a coordenação passou a ser do Diretor do NRC (NACTR): Eng. Bento Augusto Coelho Trindade Eng. João José Nogueira Gomes Rebelo

GABINETES DE APOIO TÉCNICO (GAT)

Águeda	01.06.1979	Eng.º Júlio Carvalho Costa Eng.º António Helena Martins Canas Eng.º António Manuel Vaz Portugal
Arganil	16.09.1976	Eng.º António Borges Pinto Eng.ª Rui Miguel da Silva Eng.ª Fernanda Adelaide Santos Silva
Aveiro	11.02.1980	Eng.º Travassos Valdez Engº.º Alfredo Costa Engº.º Carlos José Tavares da Fonseca
Castelo Branco	01.08.1980	Eng.º João dos Santos Ramalho Eanes Arq. João José Teixeira Pires
Coimbra	15.09.1976	Eng.ª José Manuel Santiago Faria Eng.º António João Veloso Eng.ª Maria Madalena L. Simões Pereira Ramos
Covilhã	09.12.1981	Arq.º José Joaquim G. Alves Nogueira Eng.º Guilherme Amaral Teixeira
Figueira da Foz	02.06.1976	Eng.º Mário Barros Eng.º Valdmiro Almeida Baptista

Fig.º dos Vinhos	01.06.1976	Eng.º Pinto Carmona Eng.º Técnico Luís dos Santos Coelho Dr. José Carlos Moreira Amaral
Guarda	02.01.1979[160]	Eng.º Luís Virgílio Martins Anastácio
Leiria	10.11.1975	Arq. José Manuel Carvalho Fava Arq.º Orlando Antunes Eng.º David José da Silva
Lousã	01.10.1977[161]	Eng.º Bento Augusto Coelho Trindade Eng.º Armando Pimentel Fraústo Basso Eng.º Henrique Manuel Moura Maia
Pinhel	02.01.1980	Eng.º José Soares Marques Gouveia Eng.º António Luís Monteiro Ruas
S. Comba Dão	02.01.1979	Eng.º Francisco Ivo de Lima Portela Eng.º Jorge Manuel Ferraz Festas
S. Pedro do Sul	01.05.1979	Eng.º Nilo Costa Eng.º Aristides Oliveira
Seia	09.12.1975	Eng.º Jorge Manuel de Sousa Freitas
Sertã	01.08.1980	Arq.º José Amândio Parro Botelho Pereira Eng.º Oscar Alberto dos Santos Almeida Arq.º João Pedro Leal Barroso Hipólito
Trancoso	02.01.1979	Eng.º Heliodoro da Silva Rente Eng.º Luis António Antunes Borges
Viseu	02.01.1979	Eng.º Leonardo Martins da Silva Valente Eng.º António Neves da Luz Rainho

SERVIÇOS SUB-REGIONAIS[162]

Aveiro	Arq.º Rogério Augusto Neto Barroca Eng.º Vítor Manuel Pereira Engº Fernando Capela Santos Alcatrão Engª Ana Paula Martins Fernandes Silva
Castelo Branco	Arqtº José Pires Branco Arqtº José Luís Palma Viseu Rodrigues Laia
Guarda	Eng.º José António Fonseca Carvalho Dr. Orlindo Balcão Vicente
Leiria	Eng.º Pedro António Carvalho Matias Pina Engª Maria Francelina Rodrigues Alves Fino Engª Rufina Lucília Marques Vilão
Viseu	Engº Carlos Manuel do N. Ferreira Pimentel Eng.º José Manuel Santos Oliveira Eng.º Maria Alice Lopes de Figueiredo Paulo

[160] A partir de janeiro de 1985, o GAT da Guarda veio a ser dotado de um *Laboratório de Ensaio de Materiais* (Betões e Solos), servindo de apoio ao controle de qualidade de obras numa área mais vasta (toda a Beira Interior).

[161] Veio a realizar (de forma pioneira) os PDM dos quatro municípios abrangidos e a instalar/dotado, a partir de 1992, o primeiro *Sistema de Informação Geográfico de base local (SIG Local)* da região e do país, numa iniciativa piloto dinamizada pela CCDRC com o apoio da SEALOT e a Associação de Municípios dos Vales do Ceira e Dueça (AMVCD), no âmbito de um contrato-programa e depois com recurso a fundos comunitários.

[162] Criados a partir de 1986 e integrando os anteriores serviços distritais das ex-Direções Gerais do Planeamento Urbanístico e Equipamentos Regionais e Urbanos e, ainda, alguns colaboradores da área do ambiente.

CHEFES DE DIVISÃO

Listagem por ordem alfabética dos colaboradores que exerceram desde 1979 funções como Chefes de Divisão (para além dos responsáveis dos serviços sub-regionais):

Alberto Alves Santos
Alda Maria dos Santos Reis
Alexandra Cláudia Mendes Sousa Teixeira Cardoso
Alice Jorge Aurélio Azenha
Álvaro dos Santos Amaro
Ana Cristina Duarte Taliscas Almeida Ferreira e Sá
Ana Maria Cristina Pires
Ana Maria Leirós Ferreira Botelho
Ana Maria Martins Sousa
Ana Maria Valente Veneza
Ana Paula Oliveira Silva Paulino Lopes
Anabela Antunes Rodrigues
António José de Magalhães Cardoso
António Júlio Silva Veiga Simão
António Machado Relvão
António Manuel Matoso Cachulo Trindade
António Miguel Pires Maranha
Bernardo José Gouveia de Campos
Carla Cristina Esteves Coimbra
Carla Maria Velado Santos
Carlos Manuel Goulão Machado
Cristina Isabel Alcântara Carvalho Seabra Faria
Cristina Maria Tomé Dias Reis Tadeu
Elisabete Maria Viegas Frutuoso
Eugénio José Fernandes Santiago
Fernanda Maria Moreira Costa
Francisco Resende de Almeida e Vasconcelos Póvoas
Graça Maria Aleixo de Carvalho
Henrique Alexandre Dinis Mendes Santos
Inácia Jesus Palma Pingarilho Moura
João António Martins Brandão Soares
João Casaleiro Carvalho Costa
João dos Santos Filomeno
João Filipe Xavier Basto Medeiros Santos
João José Nogueira Gomes Rebelo
João Santos Costa
Jorge Amaral Tavares

Jorge Manuel Bastos Brandão
José Manuel Santiago Faria
Luís Manuel Carvalho Pedroso Lima
Luís Manuel de Azevedo Monteiro
Madalena Maria Otero Pimentel
Maria Adelaide Machado da Silva Loio
Maria Alice Lopes de Figueiredo Paulo
Maria de Lourdes Franquera de Castro e Sousa
Maria dos Anjos Saraiva
Maria Helena Cavaleiro Costa Brandão Moura Ramos
Maria Isabel Albuquerque Moura Relvas Basto Pereira Forjaz Figueiredo
Maria Isabel Ramos Boura
Maria João Sousa Delgado Lourenço Monteiro
Maria José Leal Castanheira Neves
Maria Lurdes Marques Carvalho Abrunhosa Coutinho
Maria Margarida Martins Ventura Teixeira Bento
Nuno José Campos Nogueira Cortez
Nuno Luís Rodrigues Bravo
Nuno Rosa
Pedro Miguel Lima Andrade Matos Geirinhas
Ricardo António Vieira Veiga Ferrão
Rosa Maria Conceição Casalta Batanete
Rui Manuel Missa Jacinto
Rui Miguel Abrantes Martins
Teresa Margarida Ferreira Mateus Pratas Jorge

REPARTIÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA (RAF)

Anteriormente à lei orgânica das CCR e criação da Direção de Serviços de Administração, a Comissão integrava uma Repartição Administrativa e Financeira.
A Dr.ª Inácia Moura exerceu durante vários anos as funções inerentes à sua coordenação, passando depois a exercer as funções de Chefe de Divisão e integrando o então Conselho Administrativo.

Chefes de Secção:
Armando Octávio Simões Malta
José Ferreira da Silva
José Inácio Fonseca Lopes
Maria da Piedade Carolino
Vitor Carvalho Duarte

Estrutura Dirigente Actual

Orgânica da CCDRC

Presidente
Isabel Damasceno

Vice-Presidente
José Morgado

Vice-Presidente
Eduardo Anselmo de Castro

DS de Apoio Jurídico e à Administração Local
Mª José Castanheira Neves

Divisão de Apoio Jurídico
Elisabete Frutuoso

Divisão de Cooperação Técnica e Financeira
Eugénio Santiago

DS de Fiscalização
Miguel Leão

DS de Ambiente
Ana Morais

Divisão de Avaliação Ambiental
Cristina Seabra

Divisão de Lançamento e Promoção Ambiental
Francisco Póvoas

DS de Desenvolvimento Regional
Eduardo Anselmo de Castro

Divisão de Cooperação e Promoção
Teresa Pratas Jorge

Divisão de Planeamento e Avaliação
Carla Coimbra

Equipa multidisciplinar PARHP
Nuno Rosa

DS de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira
Pedro Geirinhas

Divisão de Organização e Recursos Humanos
Maria Adelaide Lóio

Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial
Nuno Cortez

Divisão de Tecnologias, Comunicação e Imagem
Carlos Goulão

DS de Ornamento do Território
Margarida Bento

Divisão de Ordenamento do Território e Conservação da Natureza
Carla Velado

Divisão de Gestão Territorial
Lurdes Abrunhosa

DSR Aveiro
Ana Paula Martins

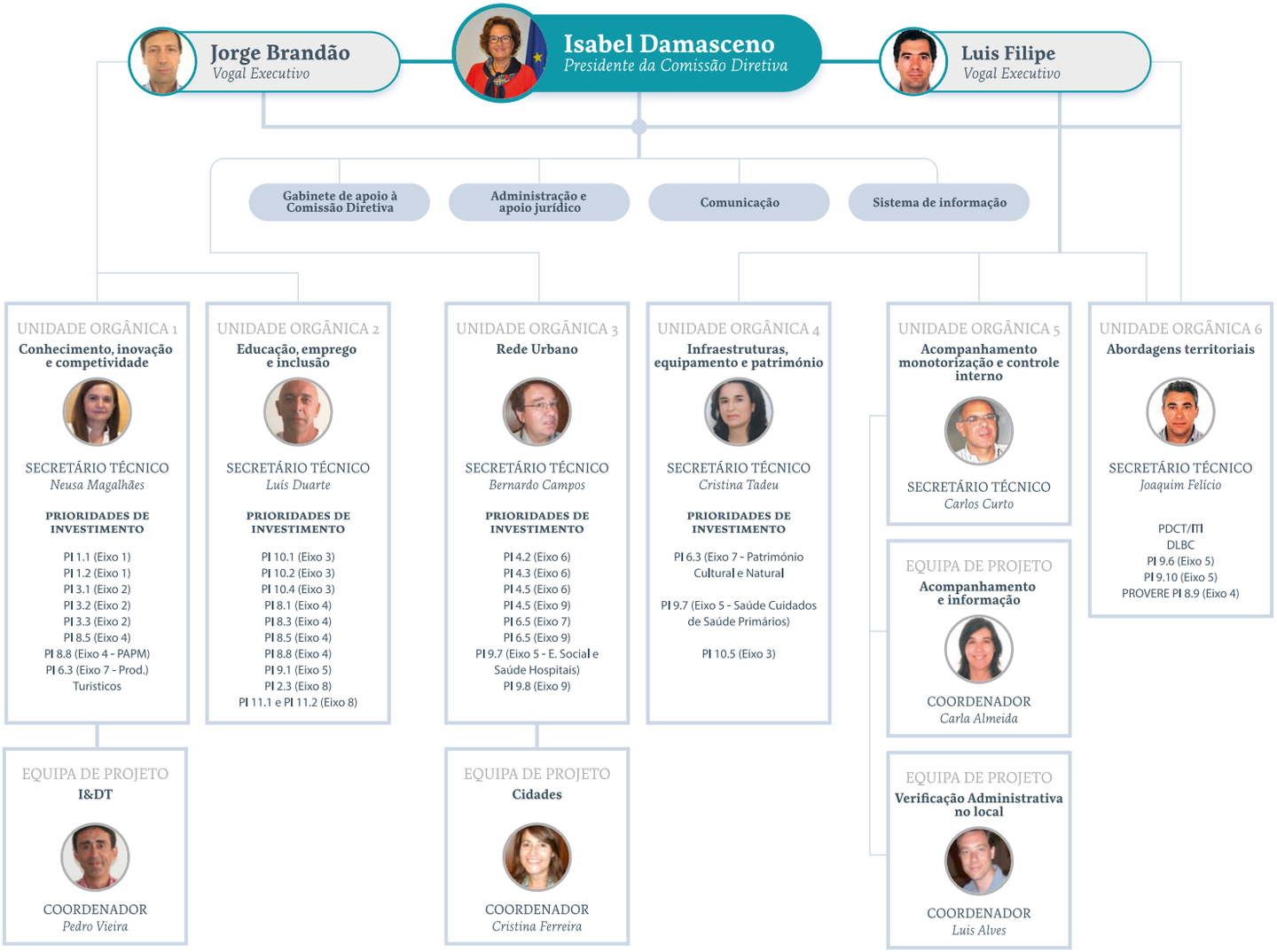
DSR Castelo Branco
Laia Rodrigues

DSR Guarda
Orlindo Vicente

DSR Leiria
Rufina Vilão

DSR Viseu
Alice Paulo

Orgânica do Centro 2020



4. INSTALAÇÕES

A fachada principal da sede da comissão desde janeiro de 1971.
Fotografias do final dos anos 20 ou início anos 30: da varanda da fachada sul e durante a construção
Pintura com imagem de Nª Senhora da Conceição na Capela existente nas instalações da CCDRC.

Carta do Presidente da Comissão de Planeamento da Região Centro, ao Senhor Ministro da Administração Interna, datada de 22.02.1978, propondo a aquisição do edifício situado na rua Bernardim Ribeiro (antiga Ladeira dos Loios, nº 80 e de uma parcela de terreno adjacente, para instalação definitivo dos serviços e sua expansão.

S. R.
MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
COMISSÃO DE PLANEAMENTO DA REGIÃO CENTRO

Exmo. Senhor

Ministro da Administração Interna

Lisboa

Sua referência | Sua comunicação de | Nossa referência: Ofº Nº 161/78 Proc. 0/16.1 | R. Bernardim Ribeiro, 80 — COIMBRA Telefone 21436 | 22.2.78

Assunto:

Exmo. Senhor Ministro

A Comissão de Planeamento da Região Centro encontra-se instalada numa vivenda situada em Coimbra, na Rua Bernardim Ribeiro (antiga ladeira dos Lóios), Nº 80.

Trata-se de uma situação muito conveniente. Por um lado, não está longe dos estabelecimentos de ensino universitário e de alguns serviços públicos com os quais tem havido e é desejável que se fomente ainda mais uma estreita colaboração. Por outro lado, trata-se de um local muito sossegado e de estacionamento fácil, como convém a um orgão com funções fundamentalmente de estudos técnicos e que presta apoio a autarquias, de onde com frequência se deslocam elementos eleitos e quadros nas respectivas viaturas.

O edifício em causa, apesar de ter já algumas décadas, foi construído de molde a manter-se em magnífico estado de conservação, como poderá ser constatado pelos peritos que aqui vierem a deslocar-se. Tem uma traça arquitectónica

.../...

S. R.
MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
COMISSÃO DE PLANEAMENTO DA REGIÃO CENTRO
- 2 -

pouco vulgar, ocupando quatro pisos. A cave é fundamentalmente destinada à instalação do guarda, de que não se pode prescindir numa vivenda de quinta relativamente isolada onde estão equipamentos do património público de valor apreciável. Nos outros andares estão as salas de reuniões, os gabinetes dos técnicos e do pessoal administrativo, o centro de documentação, as salas de máquinas, etc.. É ocupada assim uma superfície útil de cerca de 600 m^2.

A Comissão de Planeamento da Região Centro encontra-se aqui como inquilino. Apesar da renda mensal ser relativamente baixa, trata-se de uma situação que se apresenta francamente desfavorável.

Em primeiro lugar, importa salientar que por força do contrato de arrendamento efectuado competem à Comissão, ou seja ao Estado, todas as despesas com a conservação do edifício. Ora, apesar de se tratar de um prédio magnífico, como seria de esperar passadas algumas dezenas de anos vão aparecendo necessidades de obras de reparação indispensáveis. A título de exemplo, estão a decorrer actualmente os trabalhos de substituição do telhado e da generalidade do madeiramento do sotão, aproveitando-se o ensejo para altear este último piso. Trata-se de obras que custarão à Comissão perto de dois mil contos. Mas depois destas será necessário reparar portas e janelas que estão empenadas, e assim sucessivamente.

Em segundo lugar, a situação de inquilino limita fortemente a possibilidade de adequação do edifício às necessidades da Comissão. Embora a nossa lei deva ser interpretada em termos latos, como aliás tem vindo a ser reconhecido pela jurisprudência, torna-se extremamente embaraçoso estar em cada caso a correr o risco de algum contencioso, sob pena de não se tirar das instalações todo o proveito possível e necessário. A título de exemplo, para já não falar das referidas obras no telhado e no sotão, é questionada uma divisão de sala que traria enormes van

S. R.
MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
COMISSÃO DE PLANEAMENTO DA REGIÃO CENTRO
- 5 -

acordo será melhor conseguido se se actuar com celeridade.

Agradecendo a V. Exa. a atenção pronta que possa ser dada a este caso, coloco-me à disposição para tão rapidamente quanto possível enviar indicações complementares que forem julgadas necessárias.

Com os meus mais respeitosos cumprimentos.
O Presidente

(Dr. Manuel Carlos Lopes Porto)

MP/MT

S. R.
MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
COMISSÃO DE PLANEAMENTO DA REGIÃO CENTRO
- 4 -

Parece-nos ainda que se deverá olhar a mais longo prazo. À criação das regiões administrativas seguir-se-á a instalação dos orgãos previstos na Constituição. Tanto para estes como para eventuais gabinetes de apoio adequam-se magnificamente o actual edifíco da Comissão e o que possa resultar do aproveitamento dos terrenos circundantes. Para além disso, estes terrenos poderão servir para instalar outros serviços públicos (de preferência, naturalmente, com actividades afins das da Comissão ou dos orgãos que vierem a suceder-lhe). Trata-se de uma vantagem importantíssima numa cidade como Coimbra, com funções a aumentar e onde o Estado tem já agora dificuldades em instalar adequadamente os seus serviços. A título de exemplo, ainda recentemente o GAT de Coimbra se viu forçado a instalar-se na estrada nacional Nº 1, em local muito menos adequado.

O actual contrato de arrendamento abrange apenas o edifício e o terreno de acesso mesmo ao pé, excluindo a generalidade da quinta, que se prolonga até ao Calhabé. O loteamento desta está em vias de ser aprovado, não abrangendo todavia toda a área circundada a vermelho na carta que se junta em anexo, onde está naturalmente incluído o edifício da Comissão (representado a amarelo). Ao todo trata-se de uma área de aproximadamente 6 300 m^2, onde, numa primeira análise, haverá a possibilidade de ocupação referida a cor de laranja no mesmo mapa. Como se pode ver trata-se de uma possibilidade de ocupação muito superior à área ocupada actualmente pela Comissão.

Por todas as razões aduzidas, estamos convictos do grande interesse público da compra do edifício e do terreno indicado. Embora lhes estejam muito ligados afectivamente, os donos e as usufrutuárias comunicaram-nos concordar com a venda, desde que seja feita em termos julgados compensadores. Como não quiseram tomar iniciativa de dizer o preço pretendido, parece-nos de todo o interesse que as entidades competentes procedam rapidamente à avaliação do prédio, estando nós convencidos de que o

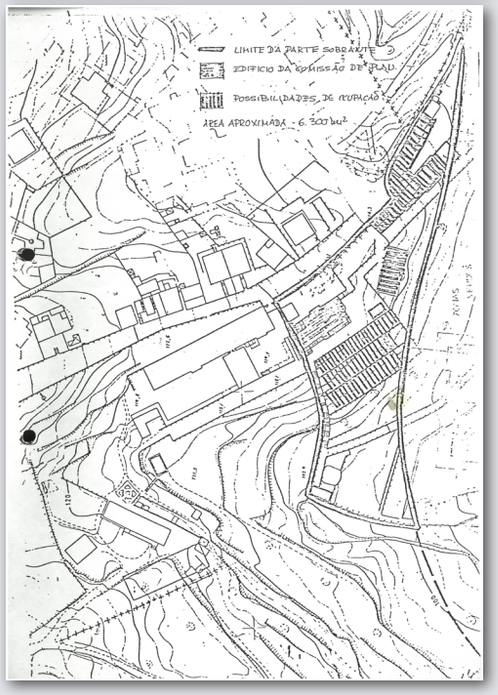
S. R.
MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
COMISSÃO DE PLANEAMENTO DA REGIÃO CENTRO
- 3 -

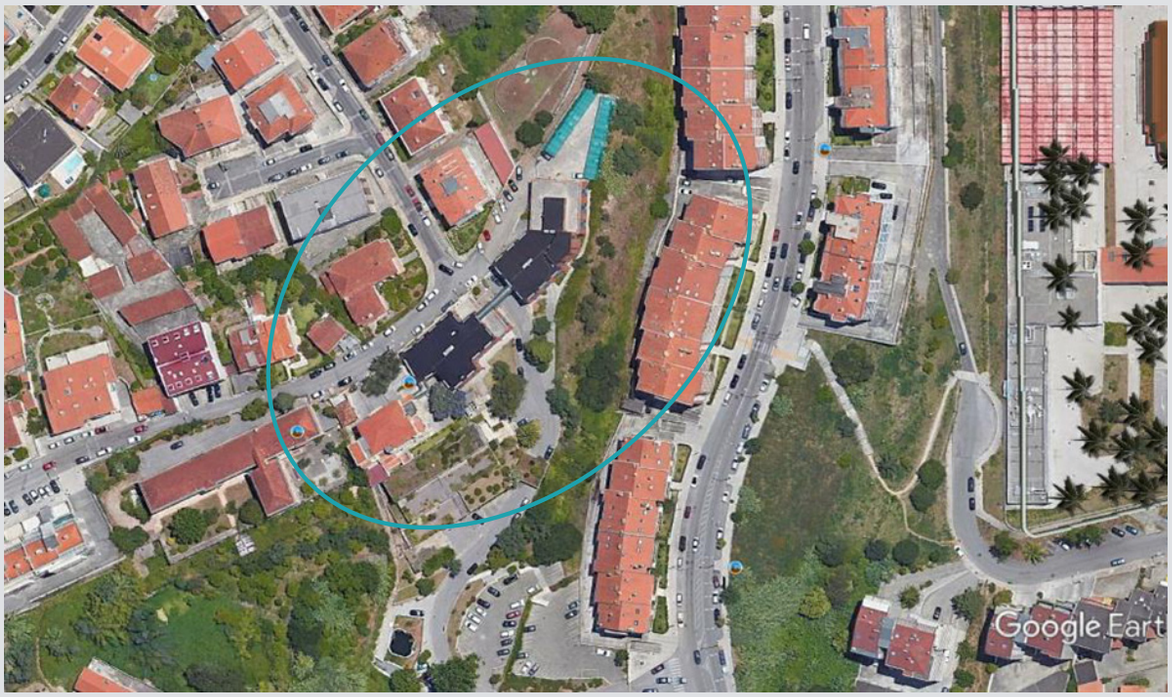
tagens e a construção de um alpendre que evitaria em boa medida estarem a deteriorar-se viaturas do Estado com o valor actual superior a um milhar de contos.

Por fim, na situação de inquilino o Estado fica impossibilitado de tirar partido de uma parcela apreciável de terreno que circunda o edifício da Comissão, para onde este poderia ser prolongado ou onde poderiam ser construídos em separado novos edifícios ou pavilhões.

No espaço actual a Comissão de Planeamento da Região Centro já agora se vê forçada a trabalhar em condições precárias, estando por exemplo umas dez ou doze pessoas a exercer a sua actividade na sala de reuniões principal, de onde têm que se deslocar ou não podendo mesmo trabalhar sempre que há qualquer reunião mais alargada. Numa outra sala estão geralmente a trabalhar seis ou sete pessoas. Ainda a título de exemplo, as máquinas perfuradoras tiveram de ser instaladas num gabinete pequeníssimo, com pouca iluminação e inclusivé húmido, o que pode prejudicar a qualidade dos cartões. Esta situação de precariedade não resulta somente das obras em curso, pois mesmo quando o sotão voltar a ser ocupado manter-se-á a necessidade de quatro ou mais técnicos trabalharem no mesmo gabinete, continuará limitada a possibilidade de expansão do centro de documentação, etc..

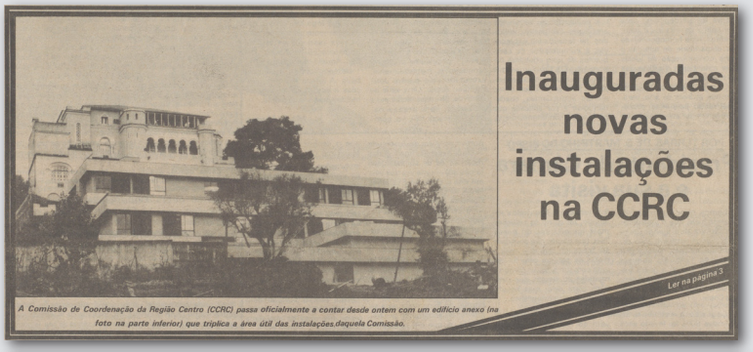
Tal situação de precariedade verifica-se apesar de ao todo na Comissão de Planeamento da Região Centro, entre pessoal permanente e tarefeiros, não trabalharem mais de três dezenas e meia de pessoas, obrigando-nos a não desempenhar tarefas do maior interesse para que somos solicitados. As dificuldades aumentarão num futuro próximo, com os quatro serviços das Comissões de Coordenação Técnica Regional e todo o seu pessoal e equipamento de apoio. Deverá designadamente salientar-se a maior exigência que resultará da Coordenação dos GAT's, quando estiverem em funcionamento todos os previstos para a Região Centro.





1980 (aprox.) com a implantação dos novos edifícios e sem a Rua Miguel Torga
Fonte: Imagem Google. 2020

Obras relativas ao edifício C, em 1989. É visível o antigo muro e portão, o Posto de Transformação (público / privado da CCDRC) e os contentores pré-fabricados (existentes entre 1982 e 1994).



Inauguradas novas instalações na CCRC

A Comissão de Coordenação da Região Centro (CCRC) passa oficialmente a contar desde ontem com um edifício anexo (na foto na parte inferior) que triplica a área útil das instalações daquela Comissão.

Ler na página 3

DIÁRIO DE COIMBRA 13-11-84 COIMBRA

INAUGURADAS NOVAS INSTALAÇÕES NA C.C.R.C.

Desenvolvimento regional deve basear-se num poder local forte

O ministro da Administração Interna, Eduardo Pereira, presidiu à inauguração das novas instalações na CCRC (na foto encontra-se ladeado pelos secretários de Estado da Administração Autárquica e Desenvolvimento Regional, respectivamente Helena Torres Marques e Fernando Nogueira.

O presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro (CCRC) considerou ontem em Coimbra que «o desenvolvimento regional não pode deixar de basear-se num poder local forte».

Manuel Porto falava na inauguração de instalações anexas ao edifício principal da CCRC, em que estiveram presentes o ministro da Administração Interna, Eduardo Pereira, a secretária de Estado da Administração Autárquica, Helena Torres Marques, o secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Fernando Nogueira, governadores civis e presidentes dos municípios que integram a área daquela Comissão de Coordenação, além de outras entidades civis e militares.

O presidente da CCRC sublinhou na sua intervenção que «um poder local forte é a única verdadeira expressão de anseios e potencialidades, e veículo indispensável para a concretização de medidas básicas de fomento económico e bem-estar social».

«Como lacuna grave, permanece o protelamento da criação das regiões administrativas, consagradas na Constituição, que serão estruturas indispensáveis para esforços mais amplos de desenvolvimento, capazes de contrariar a força polarizadora dos centros macrocéfalos do nosso País», adiantou, acrescentando que «para esse protelamento muito tem contribuído a manutenção de uma estrutura administrativa sectorialmente concentrada».

A inauguração das novas instalações foi considerada por Manuel Porto como «um marco em relação à actividade que tem sido desenvolvida e que deve esperar-se da parte da CCRC».

«Além de se conseguir uma melhor instalação do pessoal da Comissão, o novo anexo vem proporcionar um alargamento da actividade da CCRC» — referiu também.

«Na riqueza da sua população de quase 2 milhões de pessoas e de um território de mais de 23 mil quilómetros quadrados, a Região Centro do País requer esforços sérios conducentes à resolução de muitos problemas existentes, mas oferece também perspectivas seguramente promissoras de progresso, tendo designadamente em conta o mais amplo espaço europeu em que o nosso País dentro em breve vai integrar-se» — frisou Manuel Porto.

Na inauguração falou igualmente o ministro da Administração Interna, que considerou que «a condição de se ter um poder local forte um dos problemas fundamentais para um modelo de regionalização».

«Estamos neste momento em condições de iniciarmos, com a regionalização, passos no caminho da constituição de um poder intermédio entre os poderes local e central», sublinhou Eduardo Pereira, acrescentando que tal poder «permitirá restabelecer capacidade de decisão e vontade política às regiões, necessárias para que o desenvolvimento se possa processar».

O ministro referiu também que «regionalizar não é fácil, tem os seus problemas».

«Queremos regionalizar de uma forma segura», adiantou, acrescentando que «os partidos que compõem a coligação estão dispostos a encarar a institucionalização da regionalização a médio prazo, depois de vencidas as dificuldades».

Com uma área útil que passa a triplicar a capacidade do antigo edifício, as novas instalações, dispostas em quatro pisos, custaram cerca de 65 mil contos.

Ali passam a funcionar a Direcção de Serviços de Estudo e Programação, a Divisão de Administração e Gestão de Finanças Locais, o Centro de Documentação e Informação, com sala de leitura, gabinetes de trabalho, os Serviços de Reprografia, uma sala de desenho, um auditório, áreas de apoio, refeitório, bar e cozinha.

(Cont. na última página)

Inauguradas novas instalações na CCRC

DA PÁGINA 3

INAUGURADAS NOVAS INSTALAÇÕES DO G.A.T.

Com a presença dos mesmos membros do Governo, do presidente da CCRC e de autarcas, foram também ontem inauguradas em Coimbra as novas instalações do Gabinete de Apoio Técnico (GAT).

Na ocasião, a directora do GAT de Coimbra, Madalena Ramos, considerou que «os GAT's são fundamentais à descentralização do País e consequente aumento de competências».

«Estas novas instalações poderiam ser por vós vistas como um reconhecimento das Câmaras Municipais pela importância do trabalho desenvolvido pelo GAT, mas preferimos no entanto encará-las como um investimento das autarquias» — afirmou, salientando que no último ano o GAT de Coimbra produziu um valor total de 36.300 contos distribuídos por projectos, trabalhos de topografia e assistência técnica diversa, contra uma despesa total de 13.700 contos.

Por seu lado, a secretária de Estado da Administração Autárquica sublinhou que o de Coimbra é o quarto GAT que inaugura durante o seu mandato e considerou «fundamental para quem trabalhar ter boas condições».

«Creio que grande parte do trabalho dos autarcas nos últimos 10 anos teria sido impossível se não existissem os GAT's», disse Helena Torres Marques, salientando que «os GAT's são dos serviços públicos que maior produtividade têm».

«Os GAT's dependem da Administração Central, mas diz a lei que em termos futuros irá transitar para os municípios», afirmou aquela secretária de Estado, referindo ainda que foi proposta para 1985 a criação de 300 vagas para preenchimento de quadros nos Gabinetes de Apoio Técnico.

O GAT de Coimbra, que engloba os concelhos de Cantanhede, Coimbra, Penacova, Condeixa e Mealhada, passa a funcionar num edifício situado na Rua de Angola.

O ministro da Administração Interna visitou ainda em Coimbra, durante a manhã de ontem, as instalações da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública.

5. GAT E 10 ANOS DE PODER LOCAL[163]

[163] Inclui cópia de recortes de notícias publicadas no Diário de Coimbra e em As Beiras, relativas à atividade dos incluído GAT, cuja disponibilização se agradece.

14-3-1980 5

O primeiro passo para a descentralização ... (1)

GAT's — ONDE O TRABALHO NÃO SE EMBRULHA COM O «CELOFANE» DA BUROCRACIA

Muitos leitores certamente nunca terão ouvido falar dos GAT — Gabinete de Apoio Técnico às autarquias locais; e, provavelmente, nunca ninguém lhes terá dito o que fazem os GAT e para que servem. Mas os GAT, cuja actividade nós temos vindo, de há anos, acompanhando com muito interesse, podem ser considerados — porque o são efectivamente — um dos primeiros marcos onde deve assentar toda a política que envolve uma efectiva descentralização técnico-administrativa do Poder. Desse Poder que muitos dizem querer ver descentralizado, mas que, quer se queira quer não, apresenta tendências para, na prática, nos revelar o contrário.

Criados já depois do 25 de Abril, estes gabinetes de apoio técnico têm desenvolvido uma acção deveras meritória e quem o diz são os vários responsáveis autárquicos, a quem nós temos ouvido tecer as mais elogiosas referências, porque dessa acção objectiva têm inúmeros municípios, juntas de freguesia, colectividades e demais entidades oficiais, ou para-oficiais, retirado proveito efectivo. São estes gabinetes responsáveis pelo derrube de inúmeras barreiras, técnicas e burocráticas, onde esbarravam (ou esbarram) milhentos projectos de obras públicas — abastecimento de água, redes de esgotos, electrificações, estradas, habitações, equipamento colectivo (infantários, quartéis de bombeiros, juntas de freguesia, cemitérios, etc.) — que, não fora o «empurrão» que lhes imprime os GAT nunca seriam realidade.

Dependendo do Ministério da Administração Interna, estes departamentos técnicos, encontram-se espalhados por todo o País junto de cujas comunidades trabalham.

O GAT de Coimbra, que em 6 de Novembro de 1978, viu as suas instalações serem devoradas pelo gigantesco incêndio da Pedrulha, está neste momento ainda a refazer-se deste imprevisto contratempo. Para nos dar conta da actividade desenvolvida e de projectos em «carteira» — se é que é possível num serviço desta natureza «agendar» trabalho... — solicitámos ao respectivo engenheiro-director Santos Veloso nos concedesse uma entrevista.

ENTREVISTA: FONSECA SANTOS

É dessa conversa que seguidamente iremos aqui deixar expressos alguns dos passos mais importantes, e que iremos repartir por duas edições.

«OS «BOMBEIROS» DA ENGENHARIA E DA ARQUITECTURA»

«D.C.» — O que são os GAT's?

Eng.º Santos Veloso — São Gabinetes de Apoio Técnico às autarquias, nascidos, após o 25 de Abril de 1974 do espírito criador duma vontade democrática que pretende pôr os técnicos ao serviço do desenvolvimento social e económico das populações, sobretudo das áreas rurais. São, portanto, um primeiro passo para a descentralização do serviço ao público, à comunidade, representada pelas suas estruturas de poder local: as autarquias. Foram por isso, colocados longe do centro ou centros do poder central; grupos de técnicos, muitas vezes ainda sem grande experiência, mas que apetrechados com a sua vontade de servir, saíram do conforto das grandes cidades. Este GAT, situado em Coimbra, é neste ponto uma excepção.

Estes Gabinetes, enquadrando engenheiros, arquitectos, desenhadores, topógrafos, medidores-orçamentistas e fiscais de obras, realizam todo o tipo de actividades da sua competência: projectos de abastecimento de água e de redes de esgotos, electrificação, estradas, habitação e equipamento colectivo diversificado (infantários, quartéis de bombeiros, juntas de freguesias, cemitérios, etc.). Na perspectiva do ordenamento do território e defesa do património cultural, também já se têm elaborado estudos de planeamento e urbanização, de arranjos de espaços exteriores e de renovação urbana.

Também tem sido actividade fundamental destes Gabinetes a organização dos processos para concursos das obras, assistência técnica a estas e, sempre que solicitados, apoiar no aspecto profissional e de gestão, os próprios serviços técnicos das autarquias. Em resumo, os GAT's são como que os «bombeiros» da engenharia e da arquitectura.

AS NOVAS AUTARQUIAS PRECISAM DE CRIAR QUADROS DE FUNCIONÁRIOS COMPETENTES...

«D.C.» — Que objectivos presidiram à sua criação?

S.V. — Quanto aos objectivos, depreendem-se facilmente do que atrás ficou dito: criar quadros de funcionários preparados para apoiar as novas autarquias cuja esfera de acção, competência e responsabilidade foi alargada pela nova legislação, de que é pedra basilar a «Lei das Finanças Locais».

Mas julgo que ainda há outro objectivo fundamental: a criação da figura do Agrupamento de Concelhos, de forma a conseguir-se uma estrutura de organização autárquica que dê maior viabilidade à resolução de determinados problemas que a capacidade técnica, financeira e territorial dos concelhos não possa enfrentar. Claro que este aspecto só muito incipientemente está a ser posto em prática. A verdade é que as Câmaras vão descobrindo que têm problemas que ultrapassam o domínio do seu concelho a que, por esse facto, só podem ser resolvidos recorrendo a uma estreita cooperação técnica e financeira.

Quantas vezes a água que vai abastecer determinadas localidades parte de outro concelho, o a estação de tratamento de lixo só pode ser provida de dimensão, tecnologia e gestão eficazes, quando comum a mais do que uma Câmara?

No caso concreto do GAT de Coimbra, serve o Agrupamento de Concelhos de Cantanhede, Coimbra, Condeixa, Mealhada e Penacova que, como vê, têm determinadas afinidades ou complementaridades geográficas, económicas e sociais. Enfim, somos vizinhos!...

«FILHOS DE PAI DE LISBOA E DE MÃE DA PROVÍNCIA»

«D.C.» — De quem dependem administrativamente?

S.V. — Porque são um primeiro passo de descentralização apareceram, ainda, como estruturas, híbridas dependentes simultaneamente do poder central e do poder local. A administração central, instituiu-os, pagou a sua instalação e, presentemente, suporta todos os encargos com pessoal. É ainda a administração central que lhes dá as normas básicas orientadoras da sua acção e perante quem os GAT's têm de responder sob o ponto de vista orçamental e de produção realizada. Neste ponto dependem do Ministério da Administração Interna e, directamente, das Comissões de Coordenação Regional (ex-Comissões de Planeamento Regional) que lhes fornecem um apoio técnico mais especializado, quando necessário, e fomentam a formação permanente dos seus técnicos, especto que está a ser posto em prática com muito interesse e que é superiormente enquadrado pela Direcção-Geral de Acção Regional e Local.

No aspecto técnico os projectos realizados pelo GAT têm de ser apreciados pelos serviços centrais especializados e, quando existem, pelos serviços técnicos próprios das autarquias.

Por outro lado, de acordo com o Decreto-Lei n.º 98/79, de 29 de Março e o Despacho Normativo n.º 389/79, de 24 de Dezembro, diplomas que institucionalizam e regulamentam os GAT's, compete aos municípios que integrem a área do Gabinete definir o respectivo programa de actividades e suportar as suas despesas de funcionamento.

Em conclusão, somos uma estrutura híbrida, filhos de pai de Lisboa e de mãe da província, mas a tendência é de sermos adoptados pela mãe, a autarquia, pois o preâmbulo do Decreto que institui os GAT's perspectiva a nossa absorção pela Administração Municipal. Somos portanto, e por enquanto, apenas serviços desconcentrados.

Quem é o director do GAT de Coimbra

Substituindo há meses atrás em idêntico cargo o arq. Santiago Farinha, o eng. António João Ferreira dos Santos Veloso, exerceu anteriormente funções no Fundo de Fomento de Habitação (Coimbra). Possui o estágio para especialista do Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Foi assistente eventual na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Companhia de Produtos Alimentares Barreiros

S. A. R. L.

SEDE — Rua das Padeiras, 69 e 69-A — COIMBRA

CAPITAL SOCIAL — 8 000 000$00

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Nos termos da Lei e dos Estatutos, são convocados os Senhores Accionistas desta Sociedade para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, nas Instalações da Empresa, em Cernache, no dia 12 do próximo mês de Abril, pelas 11 horas, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

PONTO ÚNICO — Deliberação sobre aumento de Capital Social.

Coimbra, 12 de Março de 1980.

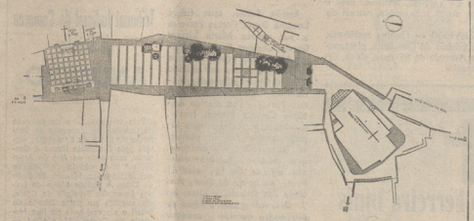
O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

a) José Coutinho de Carvalho

Novos preços dos pesticidas

Os novos preços máximos para pesticidas de uso agrícola, fungicidas e insecticidas, foram fixados através de um despacho normativo ontem inserto no «Diário da República».

Segundo este despacho, de Secretaria de Estado do Comércio, dada a revalorização do escudo e uma vez que a generalidade das matérias-primas utilizadas no fabrico de insecticidas e fungicidas é importada, tornou-se necessário proceder a uma rectificação dos preços.



Na introdução ao estudo e arranjo urbanístico da Praça Velha, em Coimbra, escreveu, na altura, o director do GAT de Coimbra, arquitecto Santiago Farinha: «Foi proposta a este Gabinete de Apoio Técnico, durante o mês de Janeiro de 1979, a execução de um projecto de arranjo da Praça do Comércio (Praça Velha) com a maior urgência. (...)

Transformar uma praça que no passado mais próximo não passou de um parque de estacionamento, num espaço urbano culturalmente activo quer como testemunho dum passado colectivo quer como factor construtivo de novos valores culturais da comunidade de Coimbra, não pode ficar pela proibição de estacionamento e modificação do pavimento.

O projecto tem que ser muito mais vasto, caso não se queira comprometer toda a ideia que é profundamente construtiva, é propor a transformação do tipo de ocupação dos edifícios que definem a praça, com vista à realização de todas as intenções existentes sobre a praça (que devem ser definidas, o mais depressa possível, pelo poder político). (...)

Por outro lado há que avançar com estudos de reestruturação urbanística nas zonas envolventes até atingirmos o ponto ideal que seria a reestruturação de todo o centro histórico da cidade de Coimbra, num momento em que ainda seria possível conjugar este movimento de reestruturação com o plano director da cidade, de tal modo que um não comprometesse o outro e vice-versa.

Outra ideia importante a reter é a rentabilidade real deste tipo de intervenções, não só porque conserva todo um valor económico já empatado, mas também porque é muito mais barato conservar do que fazer de novo (ex. Barredo — Porto; Bolonha — Itália) e não se destrói toda uma matéria-prima, não renovável, de uma indústria actual, que é o turismo.

1º Encontro Nacional de Diretores de GAT. Dezembro de 1982.
Diretores de GAT da Região Centro (e do GAT das Caldas da Rainha) e Coordenação dos GAT (Vice-presidente da CCRC Dr.º Fernando Nogueira, Dr.º Alberto Santos e Eng.º João Rebelo)

Diário de Coimbra, 14 e 15.03.1980. Entrevista ao Diretor do GAT de Coimbra Eng.º Santos Veloso.

NOVEMBRO 1985 ● As Beiras 15

Em 10 anos, na região beirã

GAT's já garantiram aos municípios 34 milhões de contos de projectos

Primeiro em Leiria último na Covilhã

O primeiro Gabinete de Apoio Técnico a ser instalado nas Beiras foi o de Leiria, em 10 de Novembro de 1975 e o último o da Covilhã, em 9 de Dezembro de 1981.

Dos restantes 16 GAT's, o de Seia seria o segundo a entrar em funcionamento, a 9 de Dezembro de 1975.

Em 1976 foram inaugurados mais quatro: Figueiró dos Vinhos (1 de Junho), Figueira da Foz (2 de Junho), Coimbra (15 de Setembro) e Arganil (16 de Setembro).

Seguiu-se, em 1 de Outubro de 1977 o da Lousã e em 1979 outros seis: Guarda, Viseu, Trancoso e Santa Comba Dão, inaugurados a 2 de Janeiro, São Pedro do Sul, a 1 de Maio e Águeda a 1 de Junho.

Os quatro últimos entrariam em funcionamento em 1980: Pinhel (2 de Janeiro), Aveiro (11 de Fevereiro), Castelo Branco e Sertã (ambos a 1 de Agosto).

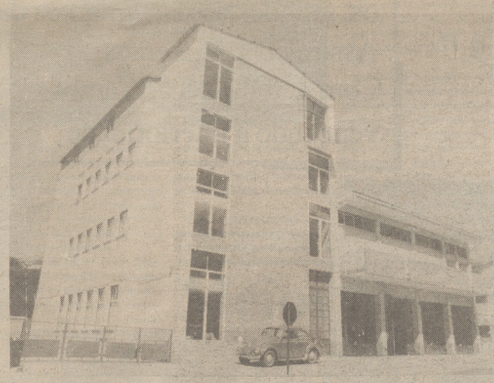
Os 18 Gabinetes de Apoio Técnicos (GAT's) às 77 câmaras beirãs já lhes garantiram, desde que o primeiro (Leiria) entrou em funcionamento (1975), projectos totalizando cerca de 34 milhões de contos (preços a um ano).

Organismos «sui generis» na administração portuguesa, aprovados por unanimidade (coisa invulgar...) na Assembleia da República, constituem, não há dúvida, desde então, instrumentos preciosos ao desenvolvimento das actividades municipais. Se muitas câmaras se apetrecharam, nos últimos dez anos, com os meios técnicos e humanos indispensáveis, a outras, porque de menores recursos, não restou (não resta), de facto, outra alternativa que não os GAT's.

Muitas e importantes obras, realmente, se lhes devem. Inicialmente, no sector do saneamento básico, águas e vias de comunicação. Depois, no campo do planeamento municipal. Por último, na elaboração dos próprios Planos Integrados de Desenvolvimento Regional, investimentos inter municipais, até de programas para o FEDER. Projectaram, quartéis de bombeiros e da GNR, escolas primárias, estradas e caminhos, redes de abastecimento ao domicílio, regadios, campos de aviação. A eles se devem, ainda, o plano de engenharia dos novos Paços do concelho da Guarda e a planta da futura sede da Associação Nacional de Municípios, em Coimbra.

Mais: executam e acompanham obras, desenvolvem trabalhos topográficos, ajudam os agrupamentos de municípios na gestão e aproveitamento integral das infra-estruturas das suas áreas.

«As actividades de projecto são, na verdade, apenas um dos aspectos das suas atribuições, aí uns 25 por cento, já que incidem, igualmente, em matéria de execução física do espaço municipal, apoio à gestão das câmaras e protecção dos recursos e do património municipal», frisa, a «AS BEIRAS», o respectivo coordenador, no âmbito da Comissão de Coordenação da Região Centro, eng.º João Rebelo.



Equipas multidisciplinares

Instalado ao nível de cada um dos 18 agrupamentos de concelhos, os GAT's, cujos programas são definidos, pelas câmaras, incluem equipas multidisciplinares, em que os técnicos pontificam em relação ao pessoal administrativo: engenheiros civis, electrotécnicos, de minas, economistas, geógrafos, topógrafos.

Encontram-se, assim, devidamente apetrechados para responder às múltiplas solicitações do poder local e os seus custos são compartilhados, no que respeita a despesas de capital, pela administração central e, no campo das despesas correntes de manutenção, pelos municípios. Estas não têm ultrapassado, contudo, os 13 por cento.

Para lá dos significativos serviços que têm directamente prestado às autarquias, assiste-lhes, também, segundo o eng.º João Rebelo, um outro relevante papel: proporcionarem autênticos estágios a inúmeros jovens recém-saídos das Universidades.

«Por eles passaram, na verdade — explica — centenas de técnicos que depois transitaram para as câmaras, mesmo para empresas privadas. Deveriam, por isso, em meu entender, usufruir, até de maiores apoio do Estado, fazendo os técnicos sentir-se como técnicos vão preparando, assim, quadros indispensáveis ao desenvolvimento do País».

Existe já, de resto, um protocolo com o Instituto do Emprego e Formação Profissional, que no último ano proporcionou que centena e meia de jovens licenciados, designadamente engenheiros e arquitectos, estagiassem nos GAT's.

Mas o eng.º João Rebelo vai ainda mais longe: «Fizeram sentir, inclusivamente, as próprias câmaras, a necessidade — sublinha — de criarem os seus próprios quadros técnicos, indispensáveis, sobretudo, ao licenciamento e fiscalização de obras».

Servir as populações através dos municípios

A maioria das autarquias locais encontravam-se, antes do 25 de Abril, carenciadas de meios técnicos, administrativos e financeiros. Neste entendimento, o Estado, além de apoiar a sua autonomia financeira e administrativa, iniciou, em 1975, a criação de estruturas locais, dependentes da administração central, para conceder apoio técnico às câmaras.

Através do Decreto-Lei n.º 58/76, de 23 de Janeiro, as então designadas Comissões Regionais de Planeamento são autorizadas a contratar pessoal para apoio técnico às autarquias, surgindo, assim, o embrião dos Gabinetes de Apoio Técnico, distribuídos por agrupamentos de concelhos, por razões de economia de escala e como medida incrementadora do associativismo municipal.

O preâmbulo daquele diploma revela, aliás, claramente, as razões que fundamentaram a criação desta forma de apoio técnico às autarquias locais, sublinhando o seu carácter transitório enquanto não fosse institucionalizada uma real autonomia local e regional.

As Comissões Regionais passavam a usufruir, a partir daí da possibilidade de contratarem o pessoal estritamente indispensável à consultadoria permanente e à realização de projectos nos domínios das infra-estruturas e de outras obras de interesse social.

A existência jurídica dos GAT's só viria, contudo, a ser reconhecida em 29 de Março, através do Decreto-Lei n.º 58/79.

Reconhecia este diploma não só o interesse da actividade até aí desenvolvida, mas também a efectiva necessidade da sua institucionalização e implementação, para satisfação dos interesses das populações através dos municípios.

O acolhimento por parte destes às novas estruturas, foi, aliás, desde início, claramente favorável, tendo em muitos casos, além da cedência das respectivas instalações, desenvolvido esforços para fixação dos técnicos, através de obtenção de habitação e de apoio para emprego de cônjuges dos funcionários.

Coincidente com a legislação especificamente dirigida aos GAT, foram igualmente publicadas a Lei Orgânica do MAI (Decreto-Lei 342/77, de 19 de Agosto), o Decreto Regulamentar 71/79, de 29 de Dezembro, que regulamenta de forma integrada os serviços centrais e as CCR, estabelecendo as normas de organização e de pessoal e de articulação entre serviços.

Cont. na página 22

Em 2 e 3 de Dezembro

Reunião de directores num hotel de Leiria

Os directores dos 17 GAT's beirões vão discutir, nos dias 2 e 3 de Dezembro, no decurso de uma reunião residencial, no hotel Eurosol, em Leiria, a actividade desenvolvida nos últimos dez anos.

O encontro, visando uma reflexão conjunta, será acompanhado de uma exposição destinada a dar uma imagem do trabalho dos Gabinetes, não só na área da assessoria técnica de engenharia e arquitectura às câmaras, mas também nos campos do ordenamento do território, colaboração na elaboração dos Planos Integrados de Desenvolvimento Regional, investimentos intermunicipais e preparação de projectos para o FEDER.

As Beiras. Novembro de 1985. Reunião de Diretores de GAT da Região Centro em Leiria

22 As Beiras ● NOVEMBRO 1985

Os GAT's e o poder local

Cont. da pág. 15

consagrando o carácter desconcentrado da estrutura do Ministério.

A ratificação do Decreto-Lei n.º 58/79 pela Assembleia da República, através da Lei n.º 10/80, de 19 de Junho, confirmaria, de resto, também ela, a validade e interesse de tal experiência, tendo as alterações introduzidas incidido particularmente na preocupação de salientar e garantir um maior vínculo da actividade dos Gabinetes à vontade e iniciativa dos municípios, mantendo, contudo, o espírito do diploma inicial.

«Quais bombeiros»...

O período de 1975 a 1978, quando não estava ainda consagrada a institucionalização dos GAT's, pode considerar-se como correspondendo à fase da sua criação e implantação nos vários agrupamentos de concelhos constituídos para o efeito.

Nesta fase, a sua actividade, ainda não fixada legalmente, foi, em grande medida, orientada no sentido da satisfação das necessidades básicas das populações, nomeadamente, nos domínios do saneamento básico e viação rural, em que intervieram, como nos diria o eng.º Vítor Rebelo, «quais bombeiros».

É neste período que são elaborados, em grande quantidade, pequenos projectos de postos médicos, lavadouros públicos, jardins infantis, postos de venda e mercados, cemitérios, habitação social, redes de abastecimento de água e de esgotos, estradas, caminhos municipais, arruamentos, recuperado edifícios degradados, quer para habitação, quer para a instalação de equipamentos.

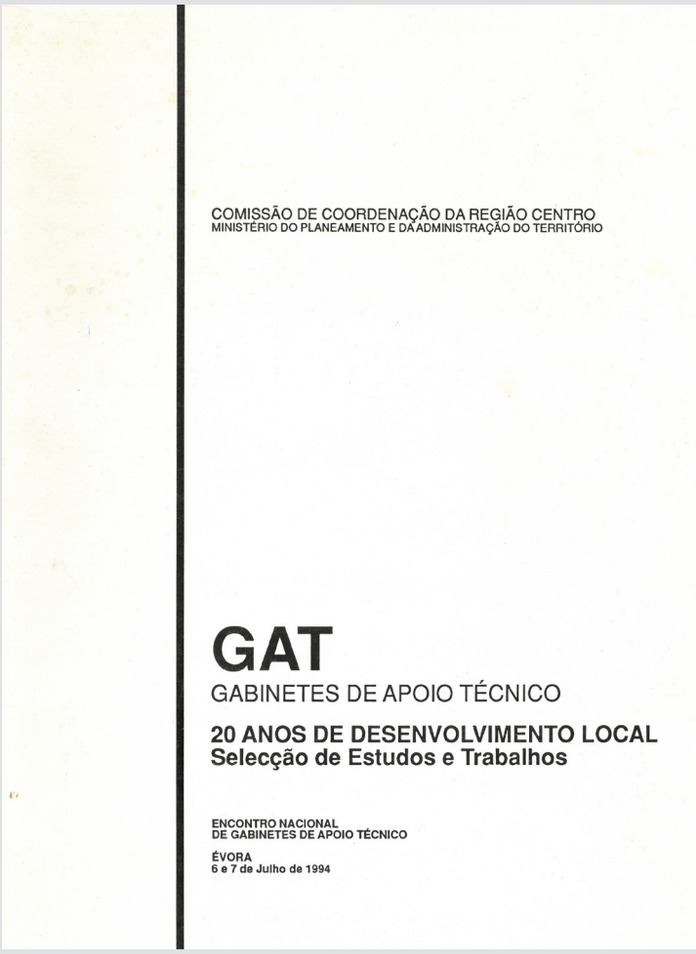
À medida, porém, que os GAT's se foram implantando, surgiram, também, novas solicitações dos municípios, tais como pedidos de apoio na fiscalização e acompanhamento de obras, emissão de pareceres sobre licenciamento de construções, elaboração de cadernos de encargos, etc., prática que, com a publicação do Decreto-Lei 58/79 e do Despacho Normativo 389/79, ficaria definitivamente institucionalizada.

E bem poderá dizer-se que, também nestes domínios, têm exercido a contento as competências que lhes foram fixadas, nomeadamente em matéria de elaboração de projectos, organização física do espaço municipal, apoio à gestão camarária, preservação do ambiente, protecção de recursos e do património, informação e documentação.

O progressivo apetrechamento, em meios técnicos e humanos, dos serviços técnicos municipais, em parte resultante da própria existência dos GAT's como agentes catalizadores, tem vindo a libertar, de resto, estes Gabinetes, de tarefas para as quais os quadros privativos dos municípios estarão mais vocacionados — facto que lhes permite debruçar-se, agora, sobre projectos mais complexos, como sejam os próprios Programas de Desenvolvimento Integrado.

Trata-se, de resto, de uma tendência generalizada, que só pode constituir motivo de satisfação pelo que significa em termos de reforço da capacidade de actuação do poder local.

As Beiras. Novembro de 1985. Reunião de Diretores de GAT em Leiria



COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO
MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

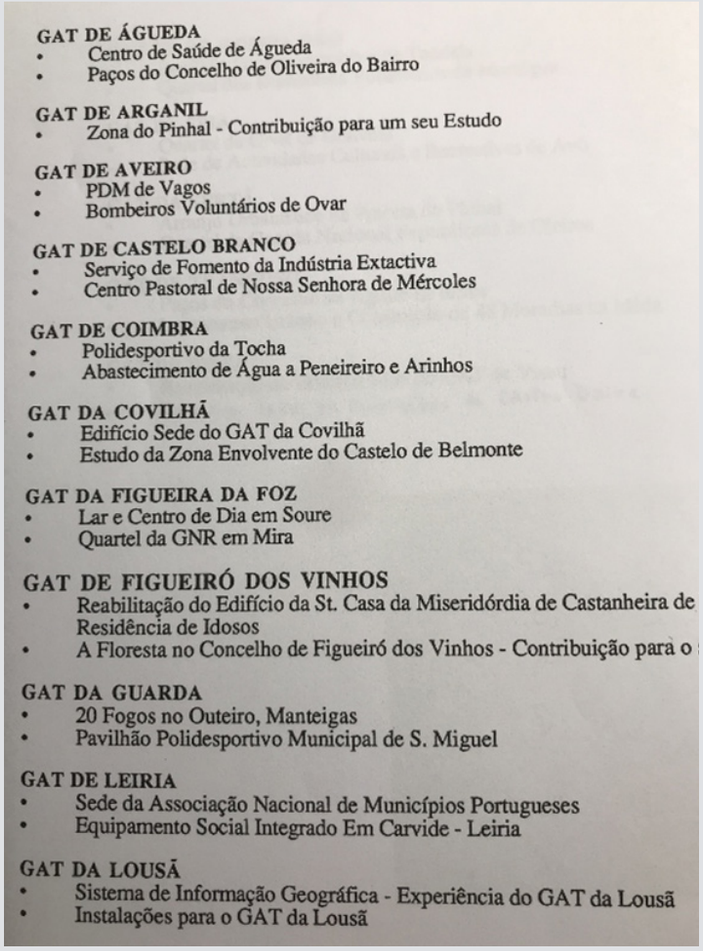
GAT

GABINETES DE APOIO TÉCNICO

20 ANOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL
Selecção de Estudos e Trabalhos

ENCONTRO NACIONAL
DE GABINETES DE APOIO TÉCNICO

ÉVORA
6 e 7 de Julho de 1994



GAT DE ÁGUEDA
- Centro de Saúde de Águeda
- Paços do Concelho de Oliveira do Bairro

GAT DE ARGANIL
- Zona do Pinhal - Contribuição para um seu Estudo

GAT DE AVEIRO
- PDM de Vagos
- Bombeiros Voluntários de Ovar

GAT DE CASTELO BRANCO
- Serviço de Fomento da Indústria Extactiva
- Centro Pastoral de Nossa Senhora de Mércoles

GAT DE COIMBRA
- Polidesportivo da Tocha
- Abastecimento de Água a Peneireiro e Arinhos

GAT DA COVILHÃ
- Edifício Sede do GAT da Covilhã
- Estudo da Zona Envolvente do Castelo de Belmonte

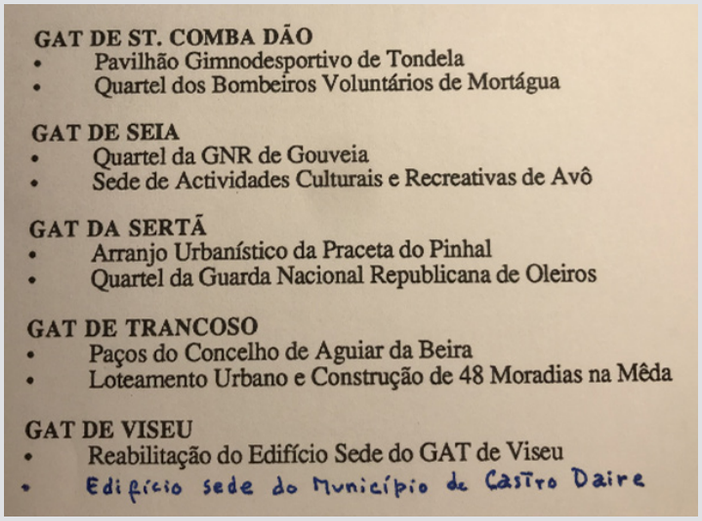
GAT DA FIGUEIRA DA FOZ
- Lar e Centro de Dia em Soure
- Quartel da GNR em Mira

GAT DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS
- Reabilitação do Edifício da St. Casa da Miseridórdia de Castanheira de Residência de Idosos
- A Floresta no Concelho de Figueiró dos Vinhos - Contribuição para o

GAT DA GUARDA
- 20 Fogos no Outeiro, Manteigas
- Pavilhão Polidesportivo Municipal de S. Miguel

GAT DE LEIRIA
- Sede da Associação Nacional de Municípios Portugueses
- Equipamento Social Integrado Em Carvide - Leiria

GAT DA LOUSÃ
- Sistema de Informação Geográfica - Experiência do GAT da Lousã
- Instalações para o GAT da Lousã



GAT DE ST. COMBA DÃO
- Pavilhão Gimnodesportivo de Tondela
- Quartel dos Bombeiros Voluntários de Mortágua

GAT DE SEIA
- Quartel da GNR de Gouveia
- Sede de Actividades Culturais e Recreativas de Avô

GAT DA SERTÃ
- Arranjo Urbanístico da Praceta do Pinhal
- Quartel da Guarda Nacional Republicana de Oleiros

GAT DE TRANCOSO
- Paços do Concelho de Aguiar da Beira
- Loteamento Urbano e Construção de 48 Moradias na Mêda

GAT DE VISEU
- Reabilitação do Edifício Sede do GAT de Viseu
- Edifício sede do Município de Castro Daire

Capa do Livro e lista dos trabalhos apresentados na exposição e encontro nacional de Évora em 1995.

S. R.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO

Parecer: Despacho:

Data: 31.12.82

Informação nº

ASSUNTO: FORNECIMENTO DE DIVERSO EQUIPAMENTO DESTINADO À AQUISIÇÃO DE UM LABORATÓRIO DE BETÕES E 2 LABORATÓRIOS DE SOLOS.

1 - Pelo que consta da informação prestada pelo Senhor Engº João José Nogueira Gomes Rebelo, para a aquisição do material em referência, foram consultadas as seguintes firmas:

ROLIM COMERCIAL, S.A.R.L.
PERTA, Soc. Equipamentos de Const. Civil, Lda.
TECNILAB, Soc. Planeamento Tec. e Cient. Lda.
EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIOS, LDA.
VISIL, Equipamentos e Representações, Lda.
KATZENTEIN
SOVATE
EVICENTRO
SOCIEDADE REUNIDA REIS
SALMON E Cª
SATTEC

1.1.- Da mesma informação, consta ainda que responderam 5

S. R.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO

das firmas consultadas, enquanto uma informou não lhe ser possível apresentar proposta e outra manifestou intenção de a enviar, sem que, porém, tivesse concretizado essa intenção, tendo sido feita a apreciação das propostas das firmas seguintes:

EDUARDO KATZENSTEIN, Lda, de Lisboa
EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO, Lda, de Lisboa
ROLIM COMERCIAL; S.A.R.L, do Porto
SOC. DE EQUIPAMENTOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, Lda, PERTA, de Lisboa
TECNILAB PORTUGAL,Lda, de Lisboa

2 - Em resultado da comparação das propostas anteriormente referidas, que constam do mapa apenso ao respectivo processo, e da informação que prestou, com data de 31 de Dezembro de 1982, o Senhor Engº João Rebelo, propõe a aquisição do material pela forma que se reproduz no mapa anexo à presente informação, cujo encargo é do montante de Esc. 2.397.472$00.

3 - Cumpre-me finalmente prestar os seguintes esclarecimentos:

3.1 - A firma EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO, lda., relativamente ao material cuja adjudicação se propõe, no montante de Esc. 207 460$00, refere que é para entrega imediata salvo venda, devendo, porém, ser transportado do seu armazém, em Lisboa, por conta da Comissão.

3.2 - À firma ROLIM COMERCIAL, S.A.R.L.,ser-lhe-à adjudicado material, no montante de Esc. 353.026$00, para entrega imediata devendo o transporte ser feito por conta da Comissão, do seu armazém do Porto.

3.3 - À firma PERTA - Soc. Equipamentos de Cosntrução Civil, ser,lhe-à adjudicado material, no montante de Esc. 1.710.420$00 parte da qual só poderá ser entregue 8 a 10 semanas após a confirmação da encomenda e/ou obtenção do BRI.

3.4 - À firma TECNILAB PORTUGAL, Lda, ser-lhe-à adjudicado material, no montante de Esc. 626.566$00.

3.4.1 - Cumpre esclarecer que a maior parte do material será para entrega imediata, salvo o banho maria eléctrico, cujo prazo é de 60 dias, e da prensa, em relação à qual a firma indicou o prazo de 60 a 90 dias, em qualquer dos casos após a obtenção do BRI.

Comissão de Coordenação Regional do Centro,31 de Dezembro de 1982

O Informante,

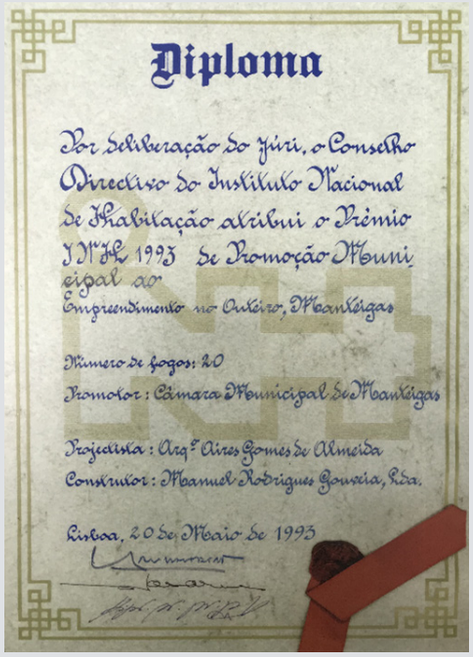
Cópia de informação interna da CCDR, com decisão de aquisição do equipamento para o Laboratório de Ensaio de Materiais do GAT da Guarda

As instalações do Laboratório de Ensaio de Materiais do GAT da Guarda, situadas na Cave do Mercado, foram inauguradas em 27 de janeiro de 1985, na mesma data da inauguração do Mercado. Em dezembro de 1997 foi transferido para as novas instalações e sede do GAT, num edifício situado no Largo de S. Vicente.

O Laboratório respondia em termos de ensaios, não só às solicitações dos Municípios que constituíam o agrupamento do GAT da Guarda, mas também a outros do Distrito e de toda a zona Interior da Região Centro, bem como de empresas públicas e entidades privadas.

Os ensaios de rotura em provetes de betão, constituíam a maioria dos realizados. No entanto eram efetuados diversos ensaios com vista ao controlo de qualidade de trabalhos em aterros e pavimentações, em obras de estradas e arruamentos e outras. A título de exemplo, refira-se a execução de ensaios de controlo de compactações de aterros em obras com a intervenção na linha da Beira Alta em que foram desativadas inúmeras passagens de nível, a execução dum ramal ferroviário para PORTUCEL, em Vila Velha do Ródão, instalação de condutas da rede em alta da Águas do Zêzere e Côa.

A "História da Arte em Portugal"[164] reconhece o papel da CCDRC, em particular dos GAT, em termos da qualidade do trabalho realizado, nos seguintes termos: "*Do Centro ao Sul, do Litoral ao Interior* [nas regiões de Viseu, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Aveiro e Leiria, destacam-se] *as obras dos Gabinetes de Apoio Técnico* [GAT], *para além das atuações específicas dentro do projeto MEREC* [...], *nas áreas de recuperação urbana e equipamentos. Em Coimbra e região [...] podem referenciar-se* [... para além dos] *os trabalhos dos GAT* [...], *ou obras de maior fôlego, como a nova sede da Comissão Coordenadora Regional de Coimbra, na Quinta dos Loios (Santiago Faria)* [e, apenas, outras duas: os Serviços Postais e o novo Hospital]".


Diploma

Por deliberação do Júri, o Conselho Directivo do Instituto Nacional de Habitação atribui o Prémio INH 1993 de Promoção Municipal ao Empreendimento no Outeiro, Manteigas

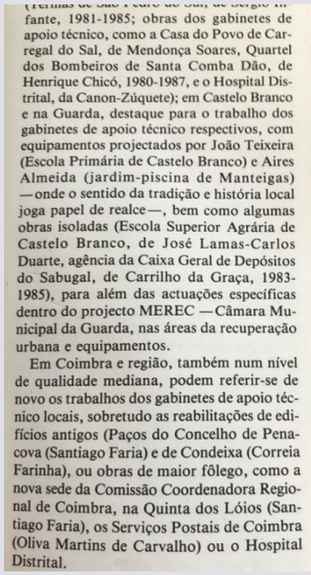
Número de fogos: 20

Promotor: Câmara Municipal de Manteigas

Projectista: Arq.º Aires Gomes de Almeida

Construtor: Manuel Rodrigues Gouveia, Lda.

Lisboa, 20 de Maio de 1993


fante, 1981-1985; obras dos gabinetes de apoio técnico, como a Casa do Povo de Carregal do Sal, de Mendonça Soares, Quartel dos Bombeiros de Santa Comba Dão, de Henrique Chicó, 1980-1987, e o Hospital Distrital, da Canon-Zúquete); em Castelo Branco e na Guarda, destaque para o trabalho dos gabinetes de apoio técnico respectivos, com equipamentos projectados por João Teixeira (Escola Primária de Castelo Branco) e Aires Almeida (jardim-piscina de Manteigas) — onde o sentido da tradição e história local joga papel de realce —, bem como algumas obras isoladas (Escola Superior Agrária de Castelo Branco, de José Lamas-Carlos Duarte, agência da Caixa Geral de Depósitos do Sabugal, de Carrilho da Graça, 1983-1985), para além das actuações específicas dentro do projecto MEREC — Câmara Municipal da Guarda, nas áreas da recuperação urbana e equipamentos.

Em Coimbra e região, também num nível de qualidade mediana, podem referir-se de novo os trabalhos dos gabinetes de apoio técnico locais, sobretudo as reabilitações de edifícios antigos (Paços do Concelho de Penacova (Santiago Faria) e de Condeixa (Correia Farinha), ou obras de maior fôlego, como a nova sede da Comissão Coordenadora Regional de Coimbra, na Quinta dos Lóios (Santiago Faria), os Serviços Postais de Coimbra (Oliva Martins de Carvalho) ou o Hospital Distrital.

164 "História da Arte em Portugal" ALFA. Volume 14, dedicado à Arquitetura Moderna. Período de 1974 a 1990. Da responsabilidade de José Manuel Fernandes, Maria Helena Maia e Pedro Vieira de Almeida. Páginas 164 e 165

Sobre os 10 anos do Poder Local

Projecto MEREC aprova na guarda

PÁGINA 26

As Beiras

DIRECTOR: ANTÓNIO RAMOS GOMES · DIRECTOR-ADJUNTO: ANTÓNIO SOARES REMÉDIO · ANO 8 · 47.º N.º NOVEMBRO 1985 · PREÇO 45$00 · SEMANAL

Dez anos de poder local

O «milagre» ao nível das autarquias beirãs

Duas entrevistas, opiniões semelhantes

DR. JOÃO SALGUEIRO: Quadro político não tem sido propício às reformas

CENTRAIS

DR. MANUEL PORTO: Municípios têm realizado obra sem paralelo

PÁGINA 21

Serra da Estrela sem hotéis... ...mas aviões às terças-feiras

20 As Beiras ● NOVEMBRO 1985

Dr. Manuel Porto a «AS BEIRAS»:

Câmaras beirãs receberão do FEDER três milhões de contos em 1986

«A Região Centro não pode aceitar a continuidade da ineficiência da burocracia central, nem administração e nas empresas públicas».

«Todos os projectos de financiamento subsetidos ao FEDER foram aprovados, salvo um caso ou outro pontual, pelo que as 77 câmaras beirãs são receber, em 1986, das Comunidades Europeias, montantes globais rondando os três milhões de contos», revelou a «As Beiras», o presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro.

«O desenvolvimento regional tem de ser, na verdade, um objetivo básico a prosseguir», acrescentaria, a propósito, o dr. Manuel Porto, para quem «as Beiras muito poderão realmente beneficiar da integração na CEE, designadamente através da utilização dos seus fundos estruturais».

O trabalho da Comissão de Coordenação surge, assim, em seu entender, «com uma importância regional e mesmo nacional antes não sentida. E julgamos poder aceitá-la — disse — na medida em que é compartilhada por muitas outras entidades, em particular as câmaras municipais, num esforço conjunto que à todos interessa e de que ninguém pode eximir-se».

Para o presidente da CCRC, «os municípios, apesar da sua pequena dimensão e poucos recursos, têm vindo a realizar, de facto, uma obra sem paralelo ao longo destes dez anos de democracia política. Encontram-do-se, embora, em por situação financeira do que em 1973, detinham, mesmo assim, uma capacidade de investimento superior à do próprio Estado», justificou.

As quase duas centenas de projectos elaborados pelas autarquias beirãs para financiamento pelo FEDER respeitam, sobretudo, como nos revelaria ainda o dr. Manuel Porto, a saneamento básico, mas vários infra-estruturas económicas, designadamente loteamentos industriais.

O rateio dos três milhões de contos do Fundo fez-se — frisou — tendo não só em conta a área e populações respectivas mas as próprias carências socioeconómicas de cada município.

Programa de conjunto

O presidente da CCRC entende, entretanto, que paralelamente ao grande esforço que, individualmente ou integrados em agrupamento de concelhos, as câmaras estão devolvendo, o progresso das Beiras terá que passar, acima de tudo, por um programa de conjunto, num espaço integrado de razoável dimensão, onde possa conseguir-se um crescimento auto-sustentado e se justifiquem acções de grande envergadura, que proporcionem mais restritos não poderiam justificar.

Deu, a título de exemplos, as vias rápidas Aveiro-Vilar Formoso, Figueira da Foz-Vilar Formoso-Covilhã e Leiria-Castelo Branco, as obras de ampliação e beneficiação dos portos de Aveiro e da Figueira da Foz, a abertura ao tráfego civil da Base Aérea de Monte Real e o fortalecimento ou abertura permanente das fronteiras de Vilar Formoso, Penamacor e Monfortinho.

«Neste aproveitamento em grande escala e integrado das complementaridades existentes é que deveria inserir-se, então, programas limitados, em alguns casos de natureza acentuadamente diversa, para sub-regiões homogéneas, desde obras de hidráulica agrícola de grande vulto até ao aproveitamento tão completo quanto possível de zonas de montanha e de pinhal», sublinhou.

«Será em tais programas — prosseguiu — que se sentirão, aliás, particularmente empenhados, os municípios da região, incluindo neles os seus projectos de desenvolvimento e dinamizando a iniciativa local para esforços de aproveitamento dos recursos endógenos disponíveis».

Contra a burocracia

Adiantaria, contudo, que este «enorme esforço regional e nacional» só colherá inteiramente se aos investimentos do poder local se juntarem investimentos da administração central (em vias, portos e muitas outras obras) e de algumas empresas públicas, em particular nos campos de energia, dos correios e telecomunicações e dos transportes.

Disse, inclusivamente, que «o actual citinismo dos municípios só perdurará se da parte de algema burocracia central se Sociedade de Desenvolvimento das Beiras, com sede em Viseu, a não abertura de Monte Real à aviação civil e a não criação de um entreposto de abastecimento de álcool aos industriais de licores da Bairrada.

«A Região Centro — conclusiva — é magnífico exemplo das virtualidades do novo País, com os seus municípios utilizando do modo mais eficiente possível os recursos escassos de que dispõem e com as suas pequenas e médias empresas criando riqueza, promovendo emprego, expandindo exportações. Daí não poder aceitar a continuidade da ineficiência da burocracia central, na administração e nas empresas públicas.

De resto, nem pede muito tão só que não continuem a ser-lhe levantadas pesas. Ele seja facilitada a possibilidade de utilizar mais intensivamente os seus recursos, contribuindo assim para o progresso e a melhoria do bem-estar de todos os portugueses».

«Os municípios, apesar da sua pequena dimensão e poucos recursos, têm vindo a realizar uma obra sem paralelo ao longo destes dez anos de democracia política».

Novo Código para poder local

Acaba de ser posto em discussão pública o projecto do «Código da Administração Local», que, quando aprovado, reunirá um conjunto de diplomas dispersos relativos às autarquias locais, sistematizando-os e renovando-os.

O projecto agora em discussão sistematiza esses e muitos outros diplomas, incluindo as partes ainda em vigor do velho Código Administrativo que durante decénios foi o diploma base da administração local.

A elaboração do projecto foi decidida pelo IX Governo constitucional e concretizada pelo então ministro Eduardo Pereira, durante cujo mandato foram, aliás, aprovados ou revistos outros importantes diplomas como a Lei das Autarquias, a Lei das Finanças Locais, a Lei da Delimitação de Interdimentos entre a Administração Central e a Administração Local e lei reguladora da autonomia organizativa dos municípios.

Além do objectivo da sistematização, o projecto, cuja elaboração esteve a cargo do especialista Manuel Atade Ferreira, cumpre ainda objectivos de renovação da legislação em vigor e de revogação de muitos diplomas avulsos.

Para os eleitos locais, o futuro «Código da Administração Local», que contém 341 artigos, irá certamente contribuir para um melhor desempenho da sua missão ao serviço das populações locais, pela maior facilidade de consulta e interpretação das leis que o mesmo proporciona.

O projecto agora discutido corresponde a uma primeira fase da discussão pública, por ora restrita a organizações e entidades mais ligadas ao poder local.

Fundo EFTA: oito anos de existência

286 operações de financiamento 11,3 milhões de créditos

O Fundo EFTA para o Desenvolvimento Industrial de Portugal foi aprovado em reunião de 7 de Abril de 1976 dos Conselhos da Associação Europeia de Comércio Livre, após apresentação, por parte do Governo português, de um pedido de cooperação financeira aos restantes Estados membros.

Com um capital inicial de 100 milhões de dólares, de que o nosso país subscreveu 6,12 por cento, entrou formalmente em vigor em Portugal a 1 de Fevereiro de 1977, tendo como agente o Banco de Fomento Nacional.

As actividades financiadas, embora primordialmente concentradas na indústria transformadora, incluem ainda a agricultura e pescas, as indústrias extractivas e até alguns serviços produtivos, caso do turismo.

Tem duração de 25 anos e o seu capital é remunerado, a partir do sexto ano de actividade, a taxa de três por cento.

No decurso destes seus primeiros oito anos de existência foram aprovadas 286 operações de financiamento, correspondentes ao montante global de cerca de 11,3 milhões de contos. Estas operações, que beneficiaram todos os distritos do continente e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, correspondem a outros tantos projectos, com um montante global de 23 milhões de contos que criaram 3.531 novos postos de trabalho e mantiveram outros 48 mil já existentes nas empresas que beneficiaram de financiamento em condições de produtividade acrescida.

A actuação do Fundo estendeu-se a 25 sectores de actividade, com maior incidência nas industrias de alimentação e bebidas (30,6% dos creditos aprovados), fabricação de equipamento eléctrico e engenharia pesada (13,1%). A industria extractiva, com 9,2%, aproxima-se bastante do apoio pre tudo a industria textil e as confecções (9,6%). De salientar, ainda, entre as restantes actividades apoiadas, os sectores da agricultura, pecuaria e pesca (7,2% das aprovações) e de fabricação de pasta, papel e artes gráficas (6%).

O cuidado posto no apoio a projectos de pequena dimensão, tal como os estatutos preconizam, tem sido assegurado e as estatisticas elaboradas até 31 de Janeiro último indicam que 16% do número de operações aprovadas corresponde a empréstimos de pequena dimensão (até 5 mil contos), atingindo 51% do total do numero de operações os empréstimos até 20 mil contos.

O Fundo canalizou a parte mais significativa do seu apoio para o sector privado, que recebeu 87% do montante do credito aprovado, correspondente a 92% do numero dos projectos financiados.

— São, na verdade, sectores em que se tornam imperiosas profundas mudanças. Quanto ao leite, haverá, primeiro que tudo, que melhorar a produção e reduzir os custos. Como fazê-lo?

Apurando, por um lado, as raças, recorrendo, por outro, a forragens locais, evitando as importações. As nossas fábricas de rações deveriam acabar, aliás, com os cereais como matérias de base, já que bastante caros na Europa, substituindo-os, designadamente, por oleaginosas e até mandioca, que a indústria holandesa, por exemplo, importa de Africa a custos incomensuravelmente menores. Só lograremos, de facto, preços competitivos para o nosso leite se conseguirmos desenvolver as explorações pecuárias, aumentar a nossa própria produção forrageira e fabricar rações com produtos de base mais baratos. Quanto ao vinho, importa também aí, uma profunda reconversão do sector e a introdução de novas técnicas de cultura. Tal reconversão implicará, evidentemente, grandes investimentos — mas quem os não fizer não conseguirá, sequer, sobreviver.

E quanto a indústria? Tecnologicamente mal aparelhada, não poderá ser, também ela, seriamente afectada?

— A cerâmica, o vidro, a madeira, a própria metalomecânica ligeira, com forte implantação no litoral beirão, designadamente no distrito de Aveiro, não serão, a meu ver, grandemente prejudicadas. Usufruirão, até, de maiores possibilidades de exportação. Porem, nos têxteis, sediados, sobretudo, no interior (Castelo Branco e Guarda), a situação já é me «Bastante completamente diferente. Sector em crise, terá que merecer, de imediato, apoios financeiros às respectivas empresas em risco, a fim de se evitarem grandes focos de desemprego.

Que medidas e reformas estruturais preconiza, então, para obviar a eventuais impactos negativos da nossa integração europeia?

E no campo das infra-estruturas?

— Também elas precisam ser, obviamente, melhoradas. Como poderão usufruir os nossos empresários, por exemplo, de condições de concorrência, continuando os nossos portos a ser os mais caros da Europa, as nossas estradas das piores? Mais: no que respeita a região das Beiras, a falta de mercados regionais não permite, sequer, estabilizar os preços, melhorar a qualidade dos produtos agrícolas.

A instabilidade política não será, entretanto, responsável por tantas dessas carências?

— O quadro político-partapaís não tem sido, de facto, o mais propício à implementação das reformas necessárias ao desenvolvimento equilibrado do todo nacional. O facto de haver frequentemente eleições, constantes mudanças de Governo, independentemente de serem melhores ou piores, fazem perder um tempo precioso na preparação de novos programas, consomem energias e importantes verbas nas respectivas campanhas eleitorais. Comparando o nosso processo dos últimos dez anos, por exemplo, com o da Espanha, facilmente constataremos que a liberalização e a modernização se fizeram, ali, com muito-menos custos — embora profundas, processaram-se com muito mais continuidade e sem as agitações portuguesas.

Pessimista?

— De forma nenhuma — apenas crítico relativamente ao muito que já se poderia ter feito e não se fez. Acredito, de resto, francamente, na nossa capacidade de concorrer. Já em 1960 se registaram, aliás, grandes receios a propósito da EFTA — e a nossa indústria, designadamente os sectores do concentrado de tomate, celulose, têxteis e montagens electrónicas, acabou, afinal, por dar um importante passo em frente, previsivelmente em consequência da abertura desses novos mercados. Penso, portanto, que saberemos, vencer, de novo, o desafio que agora se nos põe — o da CEE. Os portugueses acabarão, tenho a certeza, por se adaptar rapidamente a integração. Os nossos empresários saberão encontrar, uma vez mais, as soluções adaptadas neste contexto.

As Beiras. Novembro de 1985. Entrevistas Presidente da CCRC Prof. Doutor Manuel Porto e Dr.º João Salgueiro

14 As Beiras ● NOVEMBRO 1985

Dr. João Salgueiro a «As Beiras»:

«Constantes mudanças de Governo fazem perder um tempo precioso»

Continuado da página anterior

contribuições tivessem, durante cinco anos, um período de aplicação mais lenta. Ora, as contrapartidas do FEDER, FEOGA E FSE serão, entretanto, bem maiores — bastando, para tanto, elaborar projectos que garantam a concessão desses fundos comunitários. Sei, aliás, de fontes em Bruxelas, que os nossos projectos têm melhorado rapidamente de qualidade e que se encontram, na sua grande maioria, em condições de serem aprovados sem dificuldades de maior.

Que consequências poderá acarretar, apesar de tudo, a adesão para a economia beirã, ainda extremamente dependente de um sector primário quase de subsistência?

— Haverá, evidentemente, problemas. As perspectivas são, contudo, a meu ver, óptimas para as zonas dos vales, muito ricos, do Mondego, Vouga e Lis e ainda para a Cova da Beira. O mesmo já não acontecerá, é certo, relativamente à agricultura de montanha; mas, mesmo aqui, poderá melhorar-se bastante, uma vez que a CEE tem esquemas de apoio privilegiando o seu desenvolvimento. Em qualquer dos casos, tratando-se de uma região de pequena e média propriedade, mecanizações muito extensivas e muito caras serão sempre de evitar, optando-se, sobretudo, por uma intensificação à base de frutos e legumes, para que existem condições excelentes. Importará, ainda, melhorar a cadeia de produção e comercialização, garantir, a tempo, mercados regularizadores e fomentar a criação de associações de produtores, pois só esta via garante que a política de apoios da CEE chegue efectivamente aos agricultores.

Os casos do leite da Beira Litoral e do vinho do Dão e da Bairrada suscitam, entretanto, as mais vivas apreensões...

— São, na verdade, sectores em que se tornam imperiosas profundas mudanças. Quanto ao leite, haverá, primeiro que tudo, que melhorar a produção e reduzir os custos. Como fazê-lo?

Aparando, por um lado, as raças, recorrendo, por outro, a forragens locais, evitando as importações. As nossas fábricas de rações deverão acabar, aliás, com os cereais como matérias de base, já que bastante caros na Europa, substituindo-os, designadamente, por oleaginosas e até mandioca, que a indústria holandesa, por exemplo, importa de África a custos incomensuravelmente menores. Só lograremos, de facto, preços competitivos para o nosso leite se conseguirmos desenvolver as explorações pecuárias, aumentar a nossa própria produção forrageira e fabricar rações com produtos de base mais baratos. Quanto ao vinho, importa também aí, uma profunda reconversão do sector e a introdução de novas técnicas de cultura. Tal reconversão implicará, evidentemente, grandes investimentos — mas quem os não fizer não conseguirá, sequer, sobreviver.

E quanto à indústria? Tecnologicamente mal aperrechada, não poderá ser, também ela, seriamente afectada?

— A cerâmica, o vidro, a madeira, a própria metalomecânica ligeira, com forte implantação no litoral beirão, designadamente no distrito de Aveiro, não serão, a meu ver, grandemente prejudicadas. Usufruirão, até, de maiores possibilidades de exportação. Porém, nos têxteis, sediados, sobretudo, no interior (Castelo Branco e Guarda), a situação já se me afigura completamente diferente. Sector em crise, terá que merecer, de imediato, apoios financeiros às respectivas empresas em risco, a fim de se evitarem grandes focos de desemprego.

Que medidas e reformas estruturais preconiza, então, para obviar a eventuais impactos negativos da nossa integração europeia?

— As medidas são conhecidas, tantas as vezes anunciadas por diversos responsáveis. A dificuldade não está, portanto, no seu enunciado mas na respectiva concretização. Ao compararmos as condições portuguesas com as de outros países ressaltam, de imediato, múltiplas conclusões. Desde logo, no âmbito dos mecanismos financeiros; a necessidade de se dar uma alta prioridade ao estrangulamento da inflação. Sem garantirmos taxas de aumento de preços mais baixas, as taxas de juro serão sempre elevadas e manter-se-á a desvalorização do escudo — aspectos extremamente negativos para os nossos empresários: altas taxas de juro desencorajam o investimento, a fragilidade do escudo prejudica o comércio internacional das nossas empresas. Depois, a indispensabilidade de uma drástica redução das despesas do Estado, sistematicamente superiores às receitas. Não sendo caso único no mundo, tal constitui, sem dúvida, motivo preocupante. Fomos longe de mais, realmente, depois do 25 de Abril, no âmbito das despesas públicas, a todos os níveis da administração, desde a local até à central. Não quer dizer que não seja necessário fazer despesas, sempre que se revelem úteis — simplesmente, nunca deveríamos ser excessivas relativamente à capacidade de produzir e contribuir dos cidadãos. Não estão em causa, tão pouco, as despesas de investimento — essas são até uma exigência, a que não poderemos deixar de corresponder, para lograrmos os fundos que nos são atribuídos pela CEE e nos impõem consequentes comparticipações. Por último, entendo igualmente indispensável pôr termo à rigidez das nossas leis laborais, conservam os postos de trabalho existentes mas não permitem a criação de novos empregos, pelo menos ao ritmo que seria necessário.

E no campo das infra-estruturas?

— Também elas precisam ser, obviamente, melhoradas. Como poderão usufruir os nossos empresários, por exemplo, de condições de concorrência, continuando os nossos portos a ser os mais caros da Europa, as nossas estradas das piores? Mais: no que respeita à região das Beiras, a falta de mercados regionais não permite, sequer, estabilizar os preços, melhorar a qualidade dos produtos agrícolas.

A instabilidade política não será, entretanto, responsável por tantas dessas carências?

— O quadro político português não tem sido, de facto, o mais propício à implementação das reformas necessárias ao desenvolvimento equilibrado do todo nacional. O facto de haver frequentemente eleições, constantes mudanças de Governo, independentemente de serem melhores ou piores, fazem perder um tempo precioso na preparação de novos programas, consomem energias e importantes verbas nas respectivas campanhas eleitorais. Comparando o nosso processo dos últimos dez anos, por exemplo, com o da Espanha, facilmente constataremos que a liberalização e a modernização se fizeram, ali, com muito menos custos — embora profundas, processaram-se com muito mais continuidade e sem as agitações portuguesas.

Pessimista?

— De forma nenhuma — apenas crítico relativamente ao muito que já se poderia ter feito e não se fez. Acredito, de resto, francamente, na nossa capacidade de crescer. Já em 1960 se registaram, aliás, grandes receios a propósito da EFTA — e a nossa indústria, designadamente os sectores do concentrado de tomate, celulose, têxteis e montagens electrónicas, acabou, afinal, por dar um importante passo em frente, precisamente em consequência da abertura desses novos mercados. Penso, portanto, que saberemos vencer, de novo, o desafio que agora se nos põe — o da CEE. Os portugueses acabarão, tenho a certeza, por se adaptar rapidamente a integração. Os nossos empresários saberão encontrar, uma vez mais, as soluções adequadas neste contexto.

João Salgueiro e a CEE

- *Não considero a integração de Portugal na CEE nem um desastre nem uma solução para todos os nossos problemas.*
- *Quando um clube (caso de Portugal) passa da II para a I Divisão, obriga-se a mais esforço, mais organização, maior eficácia.*
- *A CEE tem regras perfeitamente definidas, fixas, em suma, inegociáveis. Aos nossos representantes apenas restou, assim, concluir acordos sobre os prazos transitórios para cada sector.*

Fundo EFTA: oito anos de existência

286 operações de financiamento 11,3 milhões de créditos

O Fundo EFTA para o Desenvolvimento Industrial de Portugal foi aprovado em reunião de 7 de Abril de 1976 dos Conselhos da Associação Europeia de Comércio Livre, após apresentação, por parte do Governo português, de um pedido de cooperação financeira aos restantes Estados membros.

Com um capital inicial de 100 milhões de dólares, de que o nosso país subscreveu 6,12 por cento, entrou formalmente em vigor em Portugal a 1 de Fevereiro de 1977, tendo como agente o Banco de Fomento Nacional.

As actividades financiadas, embora primordialmente concentradas na indústria transformadora, incluem ainda a agricultura e pescas, as indústrias extractivas e até alguns serviços produtivos, caso do turismo.

Tem duração de 25 anos e o seu capital é remunerado, a partir do sexto ano de actividade, à taxa de tres por cento.

No decurso destes seus primeiros oito anos de existência foram aprovadas 286 operações de financiamento, correspondentes ao montante global de cerca de 11,3 milhões de contos. Estas operações, que beneficiaram todos os distritos do continente e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, correspondem a outros tantos projectos, com um montante global de 23 milhões de contos que criaram 3.531 novos postos de trabalho e mantiveram outros 48 mil já existentes nas empresas que beneficiaram de financiamento em condições de produtividade acrescida.

A actuação do Fundo estendeu-se a 25 sectores de actividade, com maior incidência nas indústrias de alimentação e bebidas (30,6% dos créditos aprovados), fabricação de equipamento eléctrico e engenharia pesada (13,1%). A indústria extractiva, com 9,2% aproxima-se bastante do apoio prestado a indústria textil e as confecções (9,6%). De salientar, ainda, entre as restantes actividades apoiadas, os sectores da agricultura, pecuaria e pesca (7,2% das aprovações) e de fabricação de pasta, papel e artes graficas (6%).

O cuidado posto no apoio a projectos de pequena dimensão, tal como os estatutos preconizam, tem sido assegurado e as estatísticas elaboradas até 31 de Janeiro último indicam que 16% do número de operações aprovadas corresponde a empréstimos de pequena dimensão (até 5 mil contos), atingindo 51% do total do numero de operações os empréstimos até 20 mil contos.

O Fundo canalizou a parte mais significativa do seu apoio para o sector privado, que recebeu 87% do montante do credito aprovado, correspondente a 92% do numero dos projectos financiados.

...ificando um investimento global de 183 mil contos

JUNHO 1986 • As Beiras 15

MEREC: experiência da Guarda em mais sete cidades beirãs

...ropo da Guarda, mais sete ...des beirãs (Aveiro, Castelo ...co, Figueira da Foz, Leiria, ...ortalegre, Covilhã e Viseu) ...ntificar do projecto nor-...ericano MEREC (Management and Resources ...Energy and Resources ...Quant Cities).

...O investimento total previsto, ...ida execução do programa, ...ta-se como áreas prioritá-...s de intervenção, os sectores ...a água e saneamento, gestão ...s lixos, energias e produção ...ola, renda os 180 mil con-...

...A Fundação Luso-Americana ...a Desenvolvimento já ga-...ntiu, entretanto, uma compar-...ticipação de 68 mil contos, ...ntado o orçamento restante ao ...ntorgo da Administração Cen-...al (34 mil). Agencia para o ...Desenvolvimento Internacional ...(AID), Comissão de Coorde-...ação da Região Centro (17 mil) ...e as próprias sete cidades (44 ...

...Nas visitas àquelas cidades ...o «manager» do Projecto ...MEREC, James Gaber, acom-...panhado pelo administrador do ...Projecto MEREC — Guarda, ...Dr.º João José Rebelo, con-...tou-se disporem, realmente, ...de dia, de «reais oportuni-...dades de intervenção».

...As novas experiências terão ...início em Outubro e prolonga-...rão por três anos, seja, até ...Setembro de 1989.

Objectivos a atingir

...Procurar-se-á, sobretudo, ...aproveitar as oportunidades ...abertas do estabelecimento ...de pequenas e médias cidades, ...um plano integrado de gestão ...de energia e outros ...recursos, tendo em vista o de-...senvolvimento socioeconó-...mico.

...A médio e longo prazo pre-...tende-se ainda desenvolver a ...capacidade de planear e imple-...mentar projectos que permitam ...facilitar desenvolvimento e ...não dos recursos locais, ...de parte do desenvolvimento ...nacional.

...As cidades MEREC terão de ...envolver esforços no sentido ...de elaborar estratégias e imple-...mentar acções com o objectivo ...de harmonizar o seu cresci-...mento com o uso eficiente dos ...recursos.

...Para tal, cada cidade terá que ...resolver uma estratégia mul-...ticetorial de gestão, proca-...dendo criar um processo de ...planeamento participado e di-...namico, centrado na avaliação ...dos recursos principais e do seu ...papel no desenvolvimento.

Isto obriga a que, para além ...do interesse manifestado pela ...autarquia, exista real empenha-...mento dos responsáveis locais e ...sejam criadas as estruturas ne-...cessárias de forma a que o pro-...cesso possa ser devidamente im-...plementado e institucionaliza-...do. Dado tratar-se de um pro-...cesso participado e dinâmico, ...haverá que sensibilizar e levar à ...participação todas aquelas pes-...soas e entidades ligadas mais ...representativas do seu desenvol-...vimento, de forma a que os di-...versos sectores de actividade ...sejam devidamente estrutura-...dos.

Cria-se, assim, uma comis-...são de responsáveis locais ...presidida pelo presidente da ...Câmara Municipal, a quem ...compete definir e desenvolver a ...estratégia referida.

Serão formuladas estratégias ...para cada recurso e estabeleci-...das as relações com os diversos ...sectores.

A partir da formulação das ...estratégias elementares são ...definidos os planos de acção ou ...projectos necessários à sua ...plena satisfação.

Neste processo, pretende-se a ...colaboração de uma forma in-...tegrada de departamentos da ad-...ministração, instituições de ...investigação e do sector pri-...vado.

Porque processo de gestão, ...mais do que de mero planea-...mento, terão ainda que ser de-...senvolvidos acções de for-...mação, em particular para os ...actuais quadros das cidades e de ...outras entidades a envolver.

Serão ainda formuladas e de-...senvolvidas acções de informa-...ção, educação e demonstração, ...de forma a promover a disse-...minação e institucionalização ...do método, quer a nível das ci-...dades envolvidas, quer noutras ...cidades da região e/ou do País.

Pretende-se, finalmente, fun-...damentar e garantir os finan-...ciamentos que se vejam a de-...terminar como eficácias para a ...concretização dos subprojectos.

Região Centro zona prioritária

O Projecto teve o seu início ...em 1981-82 na cidade de Ta-...cloban (Filipinas) e inclui ac-...tualmente mais duas experiên-...cias-piloto: Phuket (Tailândia) e ...Guarda (Portugal), que tiveram ...o seu início em 1983.

A cidade da Guarda foi se-...leccionada como local desta ex-...periência, após a deslocação ...a Portugal de uma missão ...MEREC e subsequente levanta-...mento envolvendo várias outras ...cidades. As condições locais ...(cidade em rápido crescimento ...com necessidade de intervenção ...em vários recursos) e o empe-...nhamento manifestado pela au-...tarquia constituíram factor de-...terminante da sua selecção. Para ...a realização do Projecto foi ...posta à disposição da cidade ...uma verba de 150 mil dólares, ...estando o mesmo já na parte ...final da fase de implementação e ...a iniciar a fase de avaliação. ...Foram identificados 6 recursos-...-chave necessitando de uma me-...lhor gestão: água, solo urbano, ...energia, lixo, materiais locais ...de construção e agricultura, e ...desenvolvidos 16 subprojectos ...para resolução dos objectivos ...definidos.

Foi neste contexto, tendo em ...atenção o interesse que a ex-...periência da Guarda despertou, ...nomeadamente por parte de au-...tarquias locais, universidades e ...departamentos da Administra-...ção Central, que surgiu a pro-...posta de iniciativa regional. O ...interesse da disseminação deste ...Projecto conduziu, aliás, uma ...das conclusões das Jornas Eu-...ropeias de Energia, realizadas ...em Coimbra, em Novembro de ...1984.

É cada vez mais consciente o ...facto de o desenvolvimento so-...cioeconómico passar pelo uso e ...gestão racional dos recursos dis-...poníveis. O Projecto MEREC, ...porque experiência prática inte-...grada e sujeita a critérios de op-...timização parece, pois, poder ser considerado como um modelo que importa ser divulgado e aplicado noutros locais do centro do País.

Esta zona foi considerada, de novo, como prioritária neste campo, pelas seguintes razões:

— A cidade da Guarda está localizada na Região Centro o que favorece a disseminação das lições aprendidas pelos técnicos e responsáveis locais.

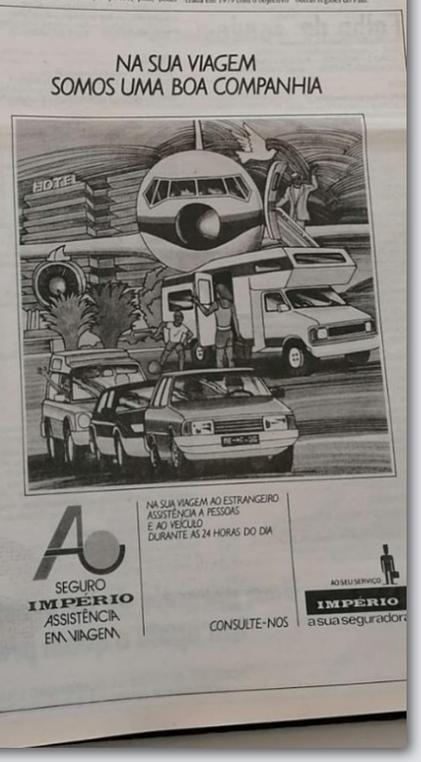
— A Região Centro, com 26% da área do País e 20% da sua população, está localizada entre os dois maiores centros urbanos — Lisboa e Porto — e muitas das cidades da região apresentam um rápido crescimento e problemas e/ou oportunidades na gestão dos seus recursos idênticos aos da cidade da Guarda.

— A CCRC — institucionalizada em 1979 com o objectivo de planear e promover o desenvolvimento da Região Centro — tem, para além do capital de experiência acumulado, as capacidades técnicas e administrativas necessárias para apoiar uma demonstração MEREC de proporções regionais.

— A CCRC pode proporcionar apoio técnico, através de especialistas, que estaria para além dos recursos financeiros de qualquer cidade de per si.

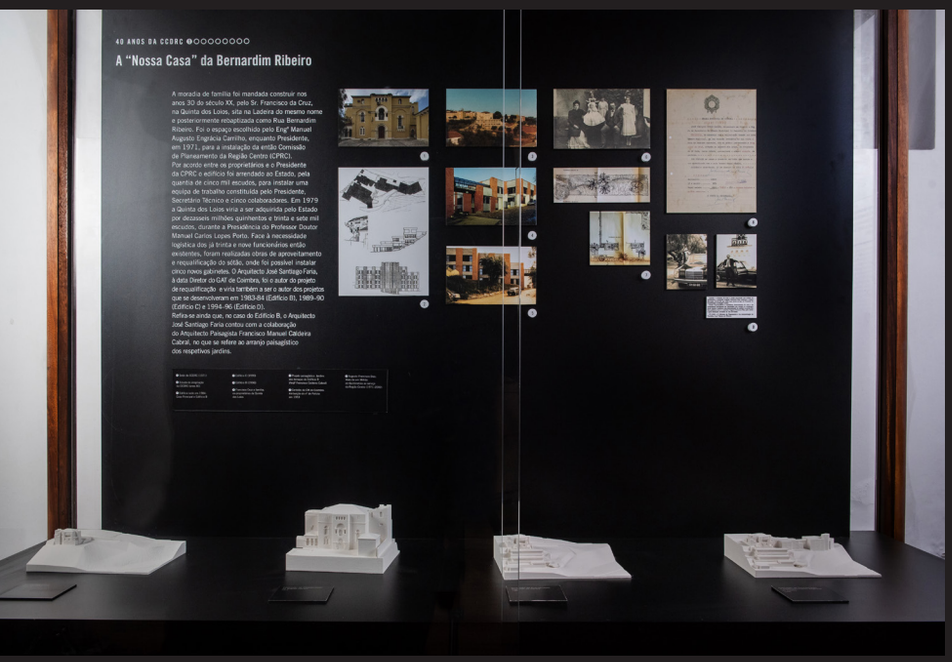
— A CCRC está em posição de institucionalizar o processo MEREC na Região Centro através do seu papel de coordenação, assistência técnica e formação.

Com a experiência colhida nesta iniciativa a nível regional, será posteriormente possível expandir, então, com maior segurança, o processo MEREC a outras regiões do País.



As Beiras. Novembro de 1985. Entrevistas Presidente da CCRC Prof. Doutor Manuel Porto e Dr.º João Salgueiro
Jornal As Beiras. Novembro de 1985. O Projeto MEREC

6. EXPOSIÇÃO 40 ANOS



7. EDIÇÕES DA CCDRC

Década de 1970-1980

Trabalhos preparatórios do IV Plano de Fomento: relatório preliminar / Comissão de Planeamento da Região Centro. C.C.R.C., 1971. - 320 pág.: il.; 30 cm + 19 quadros e 6 mapas.

Relatório do sub-grupo de trabalho visando a reorganização da indústria de lanifícios e a criação de novas indústrias na Cova da Beira / Comissão de Planeamento da Região Centro. C. C.R.C., 1973. - 213 pág.; 30 cm. - Grupo de Trabalho nº. 6, Cova da Beira.

Regional development in Portugal: the institutional framework: the case of the Central Region / Manuel Carlos Lopes Porto. C.C.R.C., 1979. - 44 pág.; 25 cm.

Década de 1980-1990

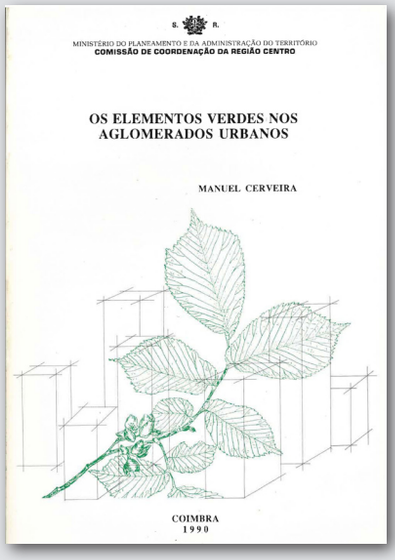
Os elementos Verdes nos Aglomerados Urbanos. Manuel Cerveira. CCRC 1990.

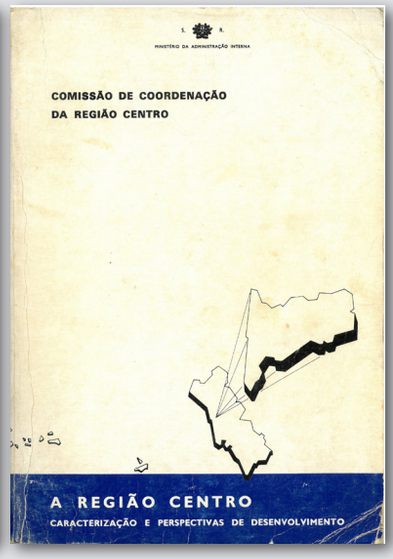
A Região Centro- Caracterização e Perspectivas de Desenvolvimento. Coimbra: C.C.R.C., 1981. -548 pág.: il.; 21 cm.

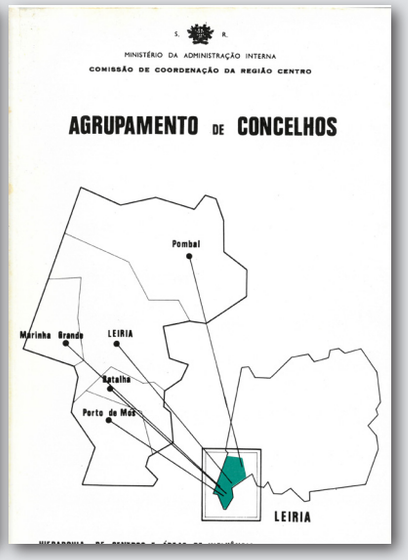
A Comissão de Coordenação e os GAT's no processo de desenvolvimento da Região Centro / Manuel Carlos Lopes Porto. - Coimbra: CCRC, 1983. - 13 pág.; 30 cm.

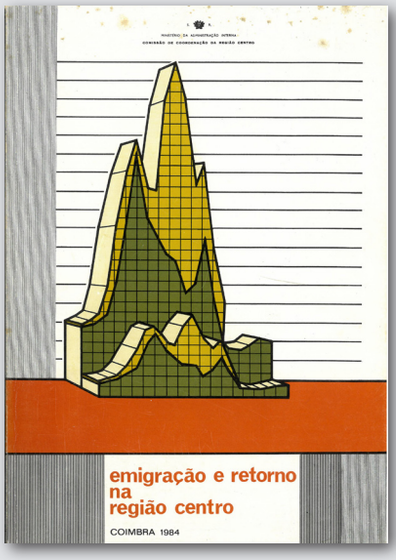
Estrutura agrária e inovação na Cova da Beira / Maria Isabel Boura, Jorge Gaspar, Peter Gould [et al.]. - Coimbra: C.C.R.C., 1983. - 174 pág.: il.; 25 cm.

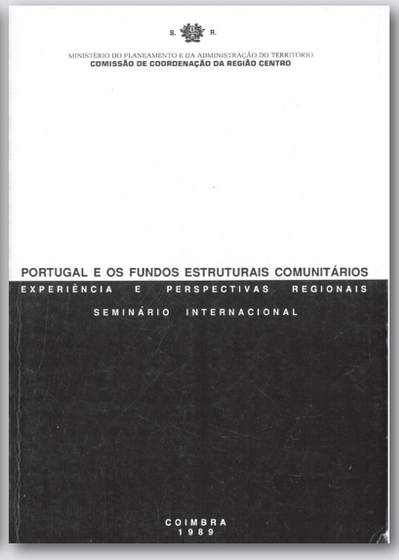
Agrupamento de Concelhos de Leiria – Hierarquia de Centros e Áreas de Influência/Anabela Ramos, Fernanda Mateus. Coimbra: C.C.R.C., 1984. - 1152 pág.: il.; 25 cm.

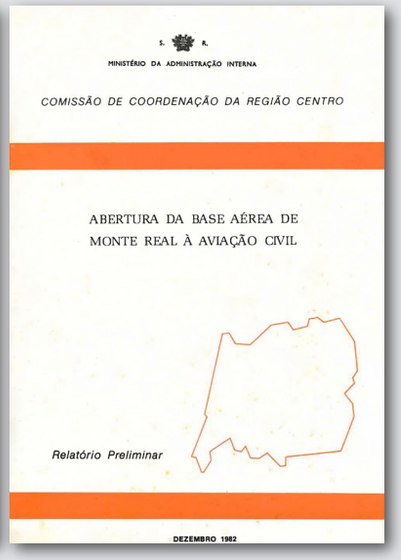












Emigração e retorno na Região Centro: Coimbra Comp. Comissão de Coordenação da Região Centro. - Coimbra: C.C.R.C., 1984. - 392 pág.: il.; 24 cm.

Portugal e os Fundos Estruturais Comunitários: Comunicações / Comp. Comissão de Coordenação da Região Centro. - Coimbra: C.C.R.C., 1989.

Industrialização em meios rurais e competitividade internacional: Comunicações / Comp. Comissão de Coordenação da Região Centro. - Coimbra: C.C.R.C., 1990. Seminário organizado pela CCRC/OCDE em junho 1989..

Relatório sobre “A abertura ao tráfego civil da Base aérea de Monte Real”. CCRC. 1982.

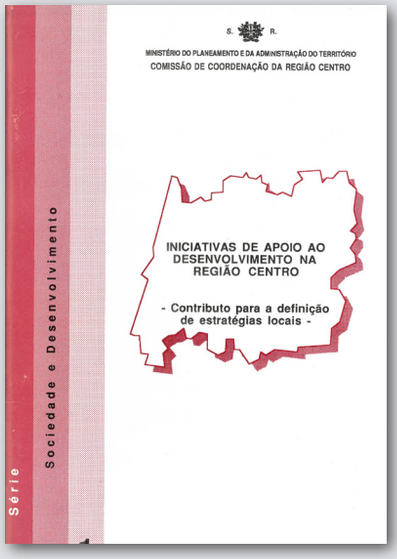
Década de 1990-2000

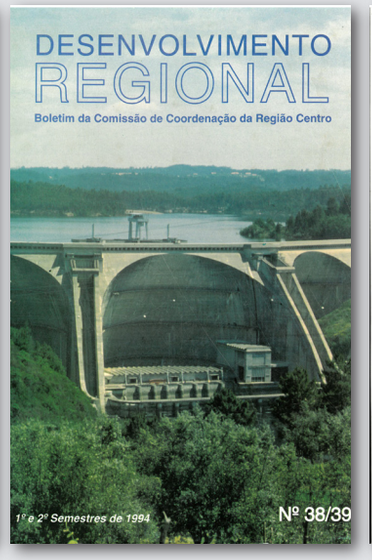
Iniciativas de apoio ao desenvolvimento na Região Centro: contributo para a definição de estratégias locais / Maria Isabel Boura, Rui Jacinto. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1990. – 83 pág.: il.; 24 cm. - (Sociedade e Desenvolvimento, 1).

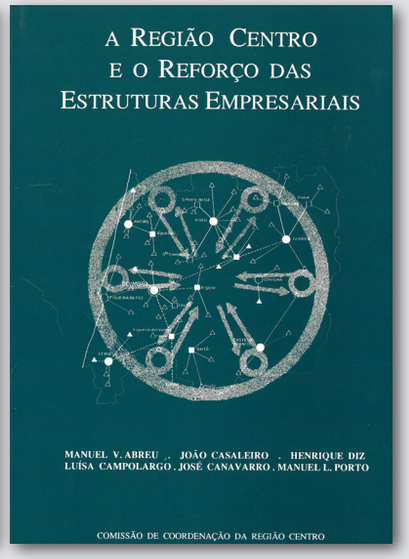
Boletim da Comissão de Coordenação da Região Centro - Desenvolvimento Regional Nº 36/37. 1º e 2º Semestres de 1993.

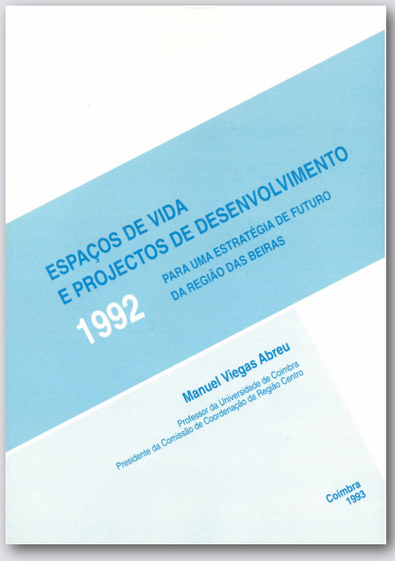
Serviços e desenvolvimento numa região em mudança / Comissão de Coordenação da Região Centro. - Coimbra: C.C.R.C., 1993. - 443 pág.: il.; 24 cm.

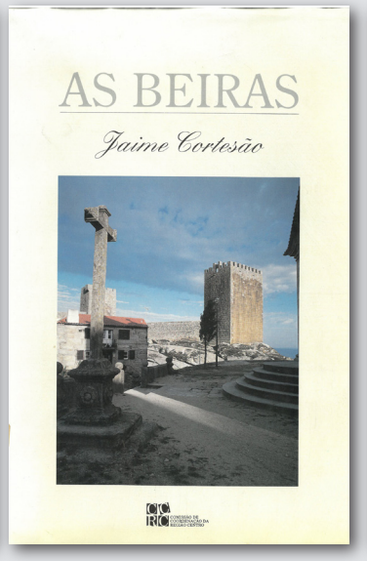
A Região Centro e o Reforço das Estruturas Empresariais. Manuel V. Abreu / João Casaleiro / Henrique Diz / Luísa CampoLargo / José Canavarro / Manuel L. Porto. CCRC. Coimbra. 1992.

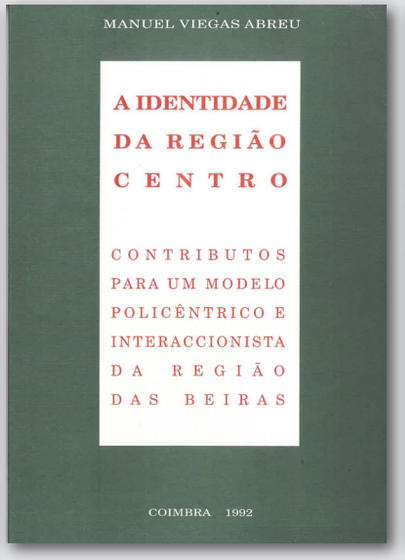


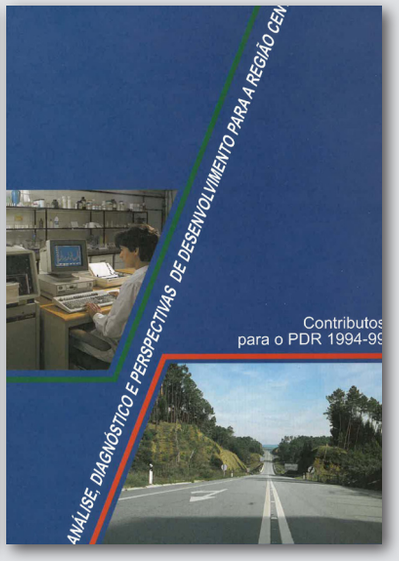


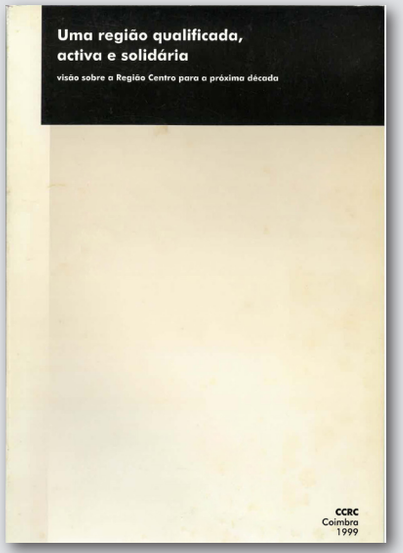












Espaços de vida e projectos de desenvolvimento: Para uma estratégia de futuro da região das Beiras / Manuel Viegas Abreu. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1993. - 131 pág.: il. ; 24 cm.

"As Beiras" Jaime Cortesão - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1993/4.

A Identidade da Região Centro. Contributos para um Modelo Policêntrico e Interaccionista da Região das Beiras. CCRC. Coimbra. Setembro 1992. – 42 pág

Análise, Diagnóstico e Perspectivas de Desenvolvimento para a Região Centro. Contributos para o PDR 1994-1999. CCRC. Autoria e participações diversas. Responsáveis pela edição: João Rebelo e João Casaleiro. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1994. – 247 pág.

Uma região qualificada, activa e solidária. Visão sobre a Região Centro para a próxima década. CCRC. Coimbra. 1999. Estudos Regionais 5. 170 pág.

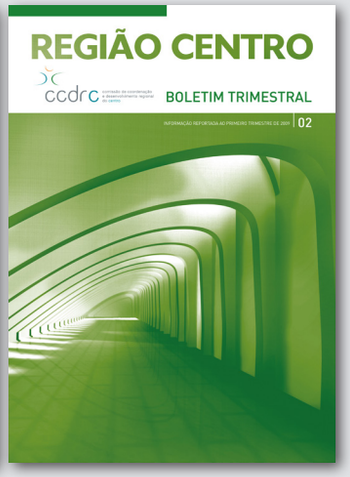
Coimbra, Cidade da Saúde – Relatório de Síntese. CCRC/Arthur Andersen/Invesvita. Série Estudos Regionais 7. CCRC. Outubro de 1999.

Década de 2000-2010

A Região Centro/ Jorge Gaspar - Comissão de Coordenação da Região Centro - CCDRC, 2002-78 pág.

A Beira na Rota dos Escritores do Sec. XX/ Ana Maria Cristina Pires - Comissão de Coordenação da Região Centro – Coimbra: CCDRC, 2004 - 177 pág.

À Beira da Água /Luísa Schmidt, Pedro Prista, Fernando Rebelo, José Manuel Martins, Frederico Teixeira, Manuel Graça, Aníbal Traça de Almeida, Anthimio de Azevedo, João Carlos Marques, Carlos Costa, Ana Pires - Coimbra: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, 2009. -336 pág.

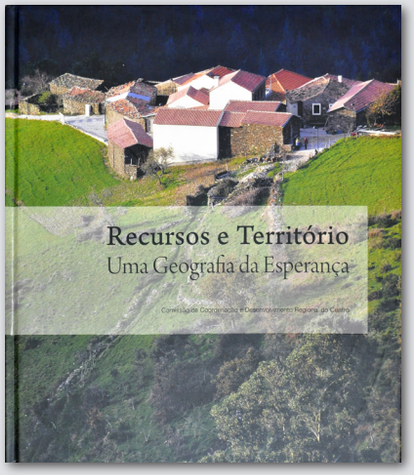


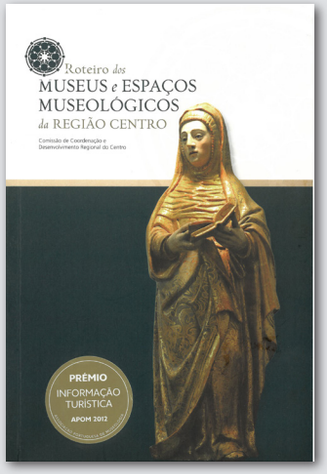
Depois de 2010

Recursos e Território. Uma Geografia da Esperança/Ana Maria Cristina Pires. - Coimbra: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, 2011. - 131 págw.: il.

Roteiro dos Museus e Espaços Museológicos da Região Centro/ Ana Santiago Faria. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro – Coimbra: CCDRC 2011. – 354 pág.: il.

A importância do QREN nas Estratégias Territoriais de Desenvolvimento. 10 volumes. Uma perspetiva para: O Médio Tejo e Pinhal Interior Sul (2014); Oeste (2012); Pinhal Interior Norte (2012); Beira Interior Sul (2012); Baixo Mondego (2014); Dão Lafões (2014); Serra da Estrela (2013); Baixo-Vouga (2012); Pinhal Litoral (2014); Beira Interior Norte e Cova da Beira (2013).





EDIÇÕES DA CCDRC

Listagem dos trabalhos e relatórios produzidos

Para além da listagem final das publicações da CCDRC, assinalam e ilustram-se algumas das mais significativas, agrupadas por década.

01/149

PORTO, Manuel Carlos Lopes
A Comissão de Coordenação e os GAT no processo de desenvolvimento da Região Centro / Manuel Carlos Lopes Porto. - Coimbra: CCRC, 1983. - 13 p. ; 30 cm

Desenvolvimento Regional / GAT / Região Centro

01/180

COIMBRA. Comissão de Coordenação da Região Centro
Programa de desenvolvimento da Região Centro: programas sub-regionais - Baixo Mondego, Baixo Vouga, Cova da Beira, Dão-Lafões / Comissão de Coordenação da Região Centro. - Coimbra: CCRC, 1986. - Volume II [513 p.]

Desenvolvimento Regional / Plano de Desenvolvimento / Baixo Mondego / Baixo Vouga / Cova da Beira / Dão-Lafões / Região Centro

01/180

COIMBRA. Comissão de Coordenação da Região Centro
Programa de desenvolvimento da Região Centro: programas sub-regionais - Pinhal, Pinhal Litoral, Raia, Serra da Estrela/ Alto Mondego / Comissão de Coordenação da Região Centro. - Coimbra: CCRC, 1986. - Volume III [629 p.]

Desenvolvimento Regional / Plano de Desenvolvimento / Região Centro / Pinhal Litoral / Raia / Serra da Estrela / Alto Mondego

01/169

COIMBRA. Comissão de Coordenação da Região Centro
Alguns elementos socioeconómicos do continente: uma perspectiva regional / Comissão de Coordenação da Região Alentejo, Comissão de Coordenação da Região Algarve, Comissão de Coordenação da Região Centro [et al.]. - Coimbra: CCRC, 1985. - 77 p.

Administração Pública / Desenvolvimento Regional / Planeamento Económico / Planeamento Social

01/170

SARAIVA, Maria dos Anjos
Viagem de estudo à Grécia : Relatório / Maria dos Anjos Saraiva, Manuel Bento Rosado. - Coimbra: CCRC, 1985. - 20 p.

FEDER / Fundo Social Europeu / Relatórios Técnicos / Grécia

01/45

NASCIMENTO, João Manuel Pereira do
Análise e diagnóstico geral da região: demografia I / João Manuel Pereira do Nascimento, João Manuel Casaleiro Carvalho Costa. - Coimbra: CCRC, 1978. - Vol. I [287 p.] : il. ; 21 cm. - Desaparecido

Demografia / Estatística / Região Centro

01/114

COIMBRA. Comissão de Coordenação da Região Centro
Programa integrado de desenvolvimento regional do Pinhal: caracterização sócio-económica / Comissão de Coordenação da Região Centro. - Coimbra: CCRC, 1984. - 50 p.

Desenvolvimento Regional / Pinhal / Região Centro

01/100

FEIO, Rui
Introdução aos computadores / Rui Feio. - Coimbra: CCRC, 1981. - 103 p.

Informática / Computador / Coimbra / Região Centro

01/114

COIMBRA. Comissão de Coordenação da Região Centro
Programa integrado de desenvolvimento regional da Serra da Estrela / Comissão de Coordenação da Região Centro. - Coimbra: CCRC, 1984. - 101 p.

Desenvolvimento Regional / Plano de Desenvolvimento / Serra da Estrela / Região Centro

01/255

VICENTE, Helena Isabel Vassalo
Dossier de apoio à elaboração de projecto no âmbito do Programa da Apoio à Modernização do Comércio (PROCOM) / Helena Isabel Vassalo Vicente. - Coimbra: CCRC, 1994. - 77 p. ; 30 cm

Comércio / Projectos de Desenvolvimento

01/187

O FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL
O financiamento do desenvolvimento regional e local. - Coimbra: CCRC, 1986. - 257 p. ; 25 cm. - Seminário organizado pela Comissão de Coordenação da Região Centro com a colaboração da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)

Desenvolvimento Regional

01/180

COIMBRA. Comissão de Coordenação da Região Centro
Programa de desenvolvimento da Região Centro: Programas sub-regionais: Separata do Baixo Vouga / Comissão de Coordenação da Região Centro. - Coimbra: CCRC, 1986. - 250 p.

Agricultura / Equipamentos Colectivos / Emigração / Formação Profissional / Indústria / Infra-estruturas / Saúde / População / Baixo Vouga / Região Centro

01/180

COIMBRA. Comissão de Coordenação da Região Centro
Programa de Desenvolvimento da Região Centro: Programas sub-regionais: Separata da Serra da Estrela/Alto Mondego / Comissão de Coordenação da Região Centro. - Coimbra: CCRC, 1986. - 148 p.;

Região / Serra da Estrela / Alto Mondego / Região Centro

01/180

COIMBRA. Comissão de Coordenação da Região Centro
Programas de Desenvolvimento da Região Centro: Programas sub-regionais: Separata do Pinhal Litoral / Comissão de Coordenação da Região Centro. - Coimbra: CCRC, 1986. - 80 p.

População / Agricultura / Indústria / Turismo / Estruturas / Equipamento / Saúde / Transportes / Educação / Desporto / Leiria / Zona do Pinhal / Região Centro

01/180

COIMBRA. Comissão de Coordenação da Região Centro
Programa de Desenvolvimento da Região Centro: Programas sub-regionais: Separata do Dão-Lafões / Comissão de Coordenação da Região Centro. - Coimbra: CCRC, 1968. - 118 p.

Agricultura / Demografia / Educação / Indústria / Turismo / Infra-estruturas / Dão-Lafões / Região Centro

01/180

COIMBRA. Comissão de Coordenação da Região Centro
Programa de Desenvolvimento da Região Centro: Programas sub-regionais: Separata da Raia / Comissão de Coordenação da Região Centro. - Coimbra: CCRC, 1986. - 121 p.

Agricultura / Equipamento / Fronteira / Indústria / Infra-estruturas / População / Turismo / Raia / Região Centro

01/112

PORTO, Manuel Carlos Lopes
Os movimentos de capitais e o desenvolvimento regional / Manuel Carlos Lopes Porto. - Coimbra: CCRC, 1981. - 45 p.

Desenvolvimento Regional / Movimento de Capitais / Coimbra / Região Centro

01/180

COIMBRA. Comissão de Coordenação da Região Centro
Programa de Desenvolvimento da Região Centro: Programas sub-regionais: Separata da Cova da Beira / Comissão de Coordenação da Região Centro. - Coimbra: CCRC, 1986. - 139 p.

Agricultura / Equipamento Colectivo / Indústria / Infra-estruturas / Saúde / Cova da Beira / Região Centro

01/180

COIMBRA. Comissão de Coordenação da Região Centro
Programa de Desenvolvimento da Região Centro: Programas sub-regionais: Separata do Baixo Mondego / Comissão de Coordenação da Região Centro. - Coimbra: CCRC, 1986. - 137 p.

Plano de Desenvolvimento / Região Centro / Baixo Mondego

01/56

ENTWICKLUNGSBERATUNG GMBH
Survey: timber potential, its present use and alternative future uses in the portuguese central region / Entwicklungsberatung GmBH. - Coimbra : CCRC, 1980. - 93 p.

Silvicultura / Região Centro / Portugal

01/157

CURSO DE EXPLORACAO DE SISTEMAS DE SANEAMENTO
Curso de exploração de sistemas de saneamento. - Coimbra: CCRC, 1985. - 14 Comunicações

Saneamento Básico

01/98

JACINTO, Rui
Perspectivas de localização industrial na Região Centro / Rui Manuel Jacinto. - Coimbra: CCRC, 1980. - 11 p.

Localização Industrial / Região Centro

01/257

COIMBRA. Comissão de Coordenação da Região Centro. Direcção Regional de Ordenamento do Território
Áreas industriais aprovadas na Região Centro / Direcção Regional de Ordenamento do Território. - Coimbra: CCRC, 1994. - 150 p. : il. ; 35 cm

Ordenamento do Território / Zonas Industriais / Região Centro

01/275

PORTUGAL E AS REGIOES
Portugal e as regiões: perspectivas históricas : XVI Encontro das Associação Portuguesa de História Económica e Social / coord. Associação Portuguesa de História Económica e Social, Comissão Organizadora do XVI Encontro da APHES/FEUC. - Coimbra: CCRC, 1996. - 263 p.; ISBN 972-569-091-5

Análise Económica / História / Regionalização / Desenvolvimento Regional / Análise Social / Portugal

01/193

MANUAL DE APOIO AO INVESTIDOR NA REGIAO CENTRO
Manual de apoio ao investidor na Região Centro. - Coimbra: CCRC, 1988. - Vol. I [300 p.], Vol. II [500 p.] : il.. - Vol. I - A Região Centro; Vol. II - Incentivos/Moradas/Feiras/Itenerários

Incentivos Financeiros / Investimento / Itenerário / Região Centro

01/182

CAETANO, Lucília de Jesus
A **indústria no distrito de Aveiro: análise geográfica relativa ao eixo rodoviário principal (E.N. nº1) entre Malaposta e Albergaria-a-Nova** / Lucília de Jesus Caetano. - Coimbra: CCRC, 1986. - Vol.I [621 p.] ; Vol.II [236 p.]

Indústria / Região Centro / Aveiro

01/185

2ºS ENCONTROS SOLARES INTERNACIONAIS
2ºs Encontros Solares Internacionais: relatório de participação / comp. Armando Silva Afonso. - Coimbra: CCRC, 1984. - Vol. I [81 p.], Vol. II [67 p.], Vol. III [130 p.], Vol. IV [107p.]

Desenvolvimento Regional / Recursos Naturais / Energia Solar / Documento de Referência

01/183

MATIAS, Vasco Jorge Valdez F.
Contributo para o estudo das Finanças Municipais em Portugal / Vasco Jorge Valdez F. Matias. - Coimbra: CCRC, 1986. - 252 p.

Autarquias Locais / Finanças Locais / Legislação

01/192

SEMINARIO
Seminário: "Dinamização da aquacultura no estuário do Mondego" : resumo / comp. Comissão de Coordenação da Região Centro. - Coimbra: CCRC, 1988. - 29 p. : il. ; 30 cm. - Apresenta as conclusões do seminário. Caracteriza o estuário do Mondego, como suporte de cadeia alimentar marinha, co-existência de actividades marítimo-comerciais, piscatórias e industriais afins, turísticas, agrícolas, salineiras e aquícolas

Aquicultura / Acta de Reunião / Baixo Mondego

01/191

COIMBRA. Comissão de Coordenação da Região Centro. Direcção Regional do Ordenamento do Território
Programa de reabilitação urbana / Comissão de Coordenação da Região Centro, Direcção Regional do Ordenamento do Território. - Coimbra: CCRC, 1988. - 82 p. : il. ; 22 x 30 cm. - Fornece uma ideia da actuação dos 18 Gabinetes Técnicos Locais (GTL), pertencentes à área de intervenção da CCRC no âmbito de reabilitação urbana

Conservação do Património Cultural / Lugares e Monumentos Históricos / Património Cultural / Região Centro

01/190

OLIVEIRA, António
Investimento na Região Centro / António Oliveira, Luís Moura Ramos. - Coimbra: CCRC, 1988. - 114 p.6 cil. ; 21x29 cm. - Fornece os valores do investimento industrial na Região Centro, a partir do Sistema de Estímulos de Base Regional e do investimento estrangeiro, constituindo uma amostragem representativa das potencialidades gerais e sectoriais da região

Empresa / Investimento / Região Centro

01/202

PINTO, Alberto Louzada Borges
Pinhal: corografia : elementos para um estudo / Alberto Louzada Borges Pinto. - Coimbra: CCRC : Gabinete de Apoio Técnico de Arganil, 1989. - 517 p. : il. ; 17x24 cm. - Estudo geográfico da Região do Pinhal; abrangendo os concelhos de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Pedrógão Grande, Penacova, Penela, Proença-a-Nova, Sertã, Tábua, Vila Nova de Poiares e Vila de Rei
ISBN 972-569-002-8

Geografia / Região Centro

01/194

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz
O fenómeno migratório na Região Centro: regresso e reinserção na diocese de Coimbra / Maria Beatriz Rocha-Trindade, Rui Jacinto, Ana Paula Cordeiro. - Coimbra: CCRC, 1988. - 199 p. : il. ; 17x24 cm

Emigração / Migração de Retorno / Região Centro

01/198

BOURA, Maria Isabel
Formas de intervenção no Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e sua inserção no quadro da política comunitária / Maria Isabel Boura, Rui Jacinto. - Coimbra: CCRC, 1988. - 21 p. ; 21 x 30 cm

Comunidade Europeia / Cooperação Económica / Política Regional

01/196

MONTEIRO, João M. Paiva
Dados climáticos da floresta da Região Centro: valores no período de Junho a Setembro de 1987 / João M. Paiva Monteiro, Domingos Viegas, Luciano Lourenço. - Coimbra: CCRC, 1988. - 147 p. ; 21x30 cm

Clima / Floresta / Região Centro

01/195

CARDOSO, António José de Magalhães
Aquecimento de escolas primárias: algumas recomendações sobre procedimentos a adoptar pelas autarquias / António José de Magalhães Cardoso. - Coimbra: CCRC, 1987. - 21 p. : il. ; 21x30 cm

Ensino Primário / Gestão de Equipamento / Programa VALOREN / Região Centro

01/197

AVEIRO. Departamento de Ambiente da Universidade de Aveiro
Transformações rurais na Europa: projecto de investigação sobre as estruturas agrícolas e a pluriactividade: bibliografia recente sobre estudos rurais em Portugal / Departamento de Ambiente da Universidade de Aveiro, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro. - Coimbra : CCRC, 1987. - 42 p. ; 30 cm

Documento de Referência / Região Rural / Portugal

01/236

ABREU, Manuel Viegas
Reconstrução da Europa ou Construção de Uma Nova Europa?: Formation des Développeurs Communautaires / Manuel Viegas Abreu. - Coimbra: CCRC, 1992. - 18 p. : il. ; 24 cm

Desenvolvimento Regional / Coimbra

01/127

PORTUGAL. Ministério da Administração Interna
Projecto de propostas de lei-quadro das regiões administrativas / Ministério da Administração Interna. - Coimbra: CCRC, 1982. - 60 p. ; 24 cm

Divisão Administrativa / Legislação / Regionalização

01/331

APOIO AS ACTIVIDADES ECONOMICAS E AO DESENVOLVIMENTO ENDOGENO NA REGIAO CENTRO
Apoio às actividades económicas e ao desenvolvimento endógeno na Região Centro: Sub-programa C: contributos e orientações complementares para a sua gestão. - [Coimbra] : CCRC, [199-]. - 43 p.

Programa Operacional / FEDER / Região Centro

01/32

COIMBRA. Comissão de Planeamento da Região Centro
Reorganização da indústria de lanifícios e a criação de novas indústrias na Cova da Beira: anexo II-proposta geral de reorganização da indústria de lanifícios da Covilhã e criação de novas indústrias na Cova da Beira / Comissão de Planeamento da Região Centro. - Coimbra: CCRC, 1975. - 6 p. ; 30cm. - Relatório apresentado pelo Sub-Grupo da Indústria do Grupo de Trabalho nº 6, Cova da Beira

Indústria Têxtil / Parques Industriais / Polos de Crescimento / Cova da Beira / Covilhã / Região Centro

01/323

COIMBRA. Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do **Território do Centro**
Carta verde do litoral centro / Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território do Centro. - 2ª ed. - Coimbra: CCDRC, 2002. - 58 p. : il.
ISBN 972-9027-52-8

Clima / Paisagem / Litoral / Ecossistema / Região Centro

01/325

COIMBRA. Comissão de Coordenação da Região Centro
PROESTRELA: Programa de Desenvolvimento Integrado da Serra da Estrela / Comissão de Coordenação da Região Centro. - Coimbra : CCDRC, 1998. - 54 p.

PROESTRELA / Programa de Desenvolvimento / Desenvolvimento Regional / Desenvolvimento Integrado / Serra da Estrela

01/326

PIRES, Ana Maria
A Beira na Rota dos Escritores do Século XX / Ana Maria Pires. - Coimbra : CCDRC, 2004. - 179 p. : il.
ISBN 972-569-145-8

Miguel Torga / Aquilino Ribeiro / Afonso Lopes Vieira / Eugénio de Andrade / Vergílio Ferreira / Fernando Namora / Carlos Oliveira / Literatura / Serra da Estrela / Coimbra / Região Centro

CD-41

ROTA DOS ESCRITORES DO SECULO XX
Rota dos escritores do século XX [Documento Electrónico]. - Coimbra : CCDRC, 2004. - CD-ROM

Afonso Lopes Vieira / Aquilino Ribeiro / Miguel Torga / Carlos de Oliveira / Vergílio Ferreira / Fernando Namora / Eugénio de Andrade / Profissão Literária / Suporte Electrónico / Região Centro

CD-36

COIMBRA. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
3ª Comissão de acompanhamento [Documento Electrónico]: Programa Operacional da Região Centro : complementos de programação : vídeos promocionais / Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. - Coimbra: CCDRC, 2001. - CD-ROM

Programa Operacional / Fundos Estruturais / Suporte Óptico

03/96

LISBOA. Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo
Reabilitação do património e arte em rede: Lisboa e Vale do Tejo / Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, ARTEMREDE - Teatros Associados. - Lisboa: CCDRC : ARTEMREDE, 2005. - 100 p.
ISBN 972-8872-07-0

Património Arquitectónico / Artes do Espectáculo / Lisboa e Vale do Tejo

01/328

CARVALHO, Celina Ramos
Seca em Portugal continental: relatório quinzenal / Celina Ramos de Carvalho. - Coimbra: CCDRC, 01/328. - 43 p. : quad; graf; mapas. - Relatório de 31 de Março de 2005

Seca / Relatório / Portugal

01/268

COIMBRA. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
Programa Operacional da Região Centro: PO Centro: relatório de execução: 2004 / Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. - Coimbra: CCDRC, 2005. - [330 p.]: quad.

Programa Operacional / Relatório / FEDER / Investimento / Economia / Região Centro

01/332

AREAS NATURAIS DA REGIAO CENTRO
Áreas naturais da Região Centro / comp. Sílvia Raimundo, António Martins. - Coimbra: CCDRC, 2006. - 103 p. : il.; quadros; mapas

Reserva Natural / Zona Protegida / Habitat / Região Centro

01/333

UM OLHAR SOBRE O PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIAO CENTRO
Um olhar sobre o Programa Operacional da Região Centro: de 2000 a 2005 / direcção Alfredo Marques. - Coimbra: CCDRC, 2006. - 60 p. : il.
ISBN 972-569-123-7

Programa Operacional / Execução de Projecto / Acessibilidades / Transporte / Ambiente / Cultura / Educação / Turismo / Indústria / Região Centro

6256

JUNTA DE CASTILLAY LEON
Comunidad de trabajo: Castilla y León / Región Centro de Portugal: Castilla y León e Región Centro en acción = Comunidade de trabalho: Centro de Portugal/ Castela e Leão: Castela e Leão e Região Centro em acção / Junta de Castilla e León, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. - Coimbra: CCDRC; [s.l.] : J.C.L., 2006. - [121 p.]

Cooperação Transfronteiriça / Mobilidade / Inovação / Território / Interreg / Região Centro / Portugal / Castela e Leão / Espanha

6081

BEIRA INTERIOR NORTE
Beira Interior Norte: Provincia de Salamanca: valorar la historia y conquistar el futuro = valorizar a história e conquistar o futuro / coord. técn. Carlos A. Cortés Gonzáles, Agustín Caballero Arencibia, Jorge Brandão. - 1ª ed. - Salamanca: Diputación de Salamanca: CCDRC: Departamento de Sociologia y Comunicación de la Universidad de Salamanca: Departamento de Economia Aplicada da Universidade da Beira Interior : Escola Superior de Tecnologia e Gestão da Guarda, 2006

Cooperação Transfronteiriça / Análise Sócio-económica / Demografia / Ambiente / Educação / Desenvolvimento Rural / Desenvolvimento Económico / Desenvolvimento Social / Beira Interior / Norte / Portugal / Salamanca / Espanha

01/334

COMISSAO DE COORDENACAO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO. Direcção de Serviços de Monitorização Ambiental. Divisão de Monitorização Ambiental.
Inventário de emissões gasosas industriais na Região Centro em 2002 / Direcção de Serviços de Monitorização Ambiental, Divisão de Monitorização Ambiental. - Coimbra: CCDRC, 2003. - 32 p. : gráficos; mapas

Poluente / Substância Tóxica / Indústria / Avaliação de Recursos / Região Centro

01/334

COMISSAO DE COORDENACAO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO. Direcção de Serviços de Monitorização Ambiental. Divisão de Monitorização Ambiental
Inventário de emissões gasosas industriais na Região Centro em 2003 / Direcção de Serviços de Monitorização Ambiental, Divisão de Monitorização Ambiental. - Coimbra: CCDRC, 2004. - 39 p. : gráficos; mapas; quadros

Poluente / Substância Tóxica / Indústria / Avaliação de Recursos / Região Centro

01/334

COMISSAO DE COORDENACAO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO. Direcção de Serviços de Monitorização Ambiental. Divisão de Monitorização Ambiental
Inventário de emissões gasosas na Região Centro em 2004 / Direcção de Serviços de Monitorização Ambiental, Divisão de Monitorização Ambiental. - Coimbra: CCDRC, 2006. - 48 p. : gráficos; mapas; quadros

Poluente / Substância Tóxica / Indústria / Avaliação de Recursos / Região Centro

01/336

SILVA, Nelson Pereira
Tratamento de águas residuais por planta hidrófitas / Nelson Pereira da Silva, João Miranda Braga. - Coimbra: CCDRC, 2006. - [277 p.] : il.
ISBN 978-972-569-154-0

Água Residual / Tratamento de Água

01/337

PEREIRA, José Carlos Seabra
Para conhecer ... Afonso Lopes Vieira / José Carlos Seabra Pereira. - Coimbra: CCDRC, 2005. - 135 p.. - (Para Conhecer...)
ISBN 972-569-150-4

Afonso Lopes Veira / Literatura / Profissão Literária / Biografia / Região Centro

01/337

PEREIRA, José Carlos Seabra
Para conhecer ... Aquilino Ribeiro / José Carlos Seabra Pereira. - Coimbra: CCDRC, 2005. - 128 p.. - (Para Conhecer...)
ISBN 972-569-149-0

Aquilino Ribeiro / Literatura / Profissão Literária / Biografia / Região Centro

01/337

PEREIRA, José Carlos Seabra
Para conhecer ... Carlos de Oliveira / José Carlos Seabra Pereira. - Coimbra: CCDRC, 2005. - 128 p.. - (Para Conhecer...)
ISBN 972-569-151-2

Carlos de Oliveira / Literatura / Profissão Literária / Biografia / Região Centro

01/337

PEREIRA, José Carlos Seabra
Para conhecer ... Eugénio de Andrade / José Carlos Seabra Pereira. - Coimbra: CCDRC, 2005. - 137 p.. - (Para Conhecer...)
ISBN 972-569-153-9

Eugénio de Andrade / Literatura / Profissão Literária / Biografia / Região Centro

01/337

PEREIRA, José Carlos Seabra
Para conhecer ... Fernando Namora / José Carlos Seabra Pereira. - Coimbra: CCDRC, 2005. - 129 p.. - (Para Conhecer...)
ISBN 972-569-152-0

Fernando Namora / Literatura / Profissão Literária / Biografia / Região Centro

01/337

PEREIRA, José Carlos Seabra
Para conhecer ... Miguel Torga / José Carlos Seabra Pereira. - Coimbra: CCDRC, 2005. - 130 p.. - (Para Conhecer...)
ISBN 972-569-147-4

Miguel Torga / Literatura / Profissão Literária / Biografia / Região Centro

01/337

PEREIRA, José Carlos Seabra
Para conhecer ... Vergílio Ferreira / José Carlos Seabra Pereira. - Coimbra: CCDRC, 2005. - 130 p.. - (Para Conhecer...)
ISBN 972-569-148-2

Vergílio Ferreira / Literatura / Profissão Literária / Biografia / Região Centro

01/338

POTENCIAIS DEMOGRAFICOS E NIVEIS DE POLARIZACAO GRAVITATIVA NA PROVINCIA DAS BEIRAS
Potenciais demográficos e níveis de polarização gravitativa na província das Beiras / Isabel Boura, Rui Jacinto. - Coimbra: CCDRC, [s.d.]

Demografia / Estatística / Região Centro

01/339

LAMEIRAS, Helena
Relatório da qualidade do ar na Região Centro / Helena Lameiras. - Coimbra: CCDRC, 2007. - [79 p.] : quadros; gráf.

Poluição Atmosférica / Poluente / Relatório / Região Centro

01/340

FARIA, Ana Maria Santiago
Levantamento dos museus e espaços museológicos na Região Centro / Ana Maria Santiago Faria. - Coimbra: CCDRC, 2006. - [29 p.]

Património Arquitéctonico / Museu / Região Centro

AMB-160

MANUAL DE APLICACAO
Manual de aplicação: Porta Natura / tradução CCDRC. - Coimbra: CCDRC, 2007. - 42 p.

Porta Natura / Guia de Informação / Interreg / Turismo / Território

S-01/233/6

TRINDADE, António Manuel Cachulo da
Manual das freguesias / António Manuel Cachulo da Trindade, José Manuel Martins Lima, Maria de Lurdes Castro e Sousa. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1996. - 100 p. : 24 cm. - (Estudos Autárquicos; 6)
ISBN 972-569-085-0

Autarquias Locais / Legislação

S-01/233/4

ESTATUTO DOS ELEITOS LOCAIS
Estatuto dos eleitos locais: anotações à Lei nº29/87, de 30 de Junho / Coord. Maria José Castanheira Neves, José Manuel Martins de Lima, Maria Filomena Colaço Antunes [et al.]. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1994. - 41 p. ; 24 cm. - (Estudos Autárquicos; 4)
ISBN 972-569-046-X
ISSN 0872-0789

Autarquias Locais / Legislação

S-01/171/7

BRANDAO, Jorge Manuel Bastos
O comércio em Coimbra: a actividade retalhista alimentar num contexto de mudança / Jorge Manuel Bastos Brandão. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1994. - 250 p. : il. ; 24 cm. - (Estudos Sectoriais; 7)
ISBN 972-569-047-8
ISSN 0872-0312

Comércio / Coimbra

S-01/226/3

CARROLA, Maria Pinto dos Santos A.
Sobral de S. Miguel: estudos etnográficos / Maria Pinto dos Santos A. Carrola, Gabriel dos Santos. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1993. - 161 p. : il. ; 25 cm. - (Sociedade e Desenvolvimento; 3)
ISBN 972-569-044-3
ISSN 0871-7583

História / Etnografia / Covilhã / Região Centro / Sobral de S. Miguel

S-01/171/6

A FLORESTA NA REGIAO CENTRO
A floresta na Região Centro: uma análise económica / Coord. Henrique Soares Albergaria. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1993. - 197 p. : il. ; 24 cm. - (Estudos Sectoriais; 6)
ISBN 972-569-045-1
ISSN 0872-0312

Recursos Florestais / Incêndio / Floresta / Região Centro

04/117

LOUREIRO, João José Mimoso
Monografia hidrográfica do Rio Sado / João Mimoso Loureiro, Maria Noémia da Fonseca Nunes, Orlando Ferreira Botelho. - Évora: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1982. - 54 p.

Hidrologia / Alentejo / Rio Sado

S-01/171/2

OLIVEIRA, António
Cerâmica Branca / António Oliveira. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1987. - 197 p. : il.; 17x24 cm. - (Estudos Sectoriais; 2). - Este livro debruça-se sobre a indústria do barro branco sendo um dos sectores de forte implantação na Região Centro englobado na indústria dos produtos minerais não metálicos. Fornece-nos dados sobre os três ramos que habitualmente compõem o sector da cerâmica branca, ou seja, a cerâmica decorativa, doméstica e individual

Cerâmica / Materiais de Construção / Região Centro

01/204

HESPANHA, Pedro
O desenvolvimento do Baixo Mondego: economias regionais e intervenção do Estado / Pedro Hespanha, José Reis. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1988. - 360p.; : il. ; 17x24cm
ISBN 972-569-001-X

Programas de Desenvolvimento Regional / Projectos Agrícolas / Desenvolvimento Agrícola / Baixo Mondego / Região Centro

01/210

CERVEIRA, Manuel
Algumas considerações sobre os ecossistemas previstos na REN e modo de os cartografar / Manuel Cerveira. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1989. - 35p. : il. ; 24cm. - É analisado o documento sobre a Reserva Ecológica Nacional, com a finalidade de cartografar os ecossistemas, nele contidos

Ambiente / Ecossistemas / Areas Protegidas

CDU 16.AMBIENTE.RECURSOS NATURAIS

01/211

PORTO, Manuel Carlos Lopes
As grandes infraestruturas de ligação terrestre de Portugal aos demais países comunitários: TGV e autoestrada / Manuel Carlos Lopes Porto, Fernanda Costa, Rui Jacinto. - Coimbra : Comissão de Coordenação da Região Centro, 1990. - 49p. : il. ; 24cm. - Separada do "Boletim Desenvolvimento Regional" n. 28-29 - 1. e 2. semestre 1989

Infra-estrutura do Transporte / Portugal / Espanha

S-01/172/6

COELHO, Lina
A Avicultura no Quadro Comunitário / Lina Coelho. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1989. - 74p. : il. ; 24cm. - (Estudos Europeus ; 6)
ISSN 0871-5130

Avicultura / Região Centro

CDU 07.AGRICULTURA

01/213

MARGARIDO, Ana Paula
o Desenvolvimento das pequenas e médias empresas na Região Centro / Ana Paula Santana Rodrigues Margarido, António Oliveira. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1986. - 32 p. ; 25 cm. - Separata do Boletim "Desenvolvimento Regional" nº12 da CCRC - 2ºsemestre 1986

Média Empresa / Pequena Empresa / Empresa / Região Centro

01/212

SEABRA, Maria Judite
Alvorge : Uma comunidade rural do séc. XVIII : Estudo da História Rural / Maria Judith Seabra. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1989. - 290 p. : il. ; 25cm
ISBN 569-006-0

História / Colectividades Rurais / Alvorge

CDU 05.CULTURA.SOCIEDADE

01/219

SAMPAIO, Maria Lúcia da Cunha
Relatório de estágio em França na Missão Agro-Alimentar dos Pirinéus / Maria Lucia da Cunha Sampaio. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1989. - 115p. : il. ; 30cm

Queijo / Relatórios de Investigação / França

01/220

CARDOSO, António José
O Eurogabinete para a Região Centro: um desafio, uma aposta / António José Cardoso. - Coimbra : Comissão de Coordenação da Região Centro, 1990. - 8 p. ; 24 cm

Comunidade Europeia / Difusão da Informação

01/222

CERVEIRA, Manuel
Os elementos verdes nos aglomerados urbanos / Manuel Cerveira. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1990. - 214p.; : il. ; 24cm. - Obra que nos traduz a importância dos elementos verdes nas zonas urbanas, para além de sintetizar espécies comuns em Portugal
ISBN 972-569-009-5

Área Verde / Urbanismo

CDU 14. DEMOGRAFIA. POPULAÇÃO

01/223

FILIPE, Alda Maria Mourão
Comunidades rurais no interior do distrito de Coimbra, na segunda metade do Séc. XVIII: Um itinerário económico e social / Alda Maria Mourão Filipe. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro : Governo Civil de Coimbra, 1990. - 205p. : il. ; 24cm. - História da sociedade rural de concelhos interiores do distrito de Coimbra, nos últimos 50 anos do séc. XVIII; foram organizadas e desenvolvidas temáticas ligadas a hierarquias sócio-económicas, formas de comportamento aquando a transição de bens, atitudes perante a proximidade da morte, aspectos do quotidiano, ligados à integração da criança na sociedade, bem como alguns dos valores que esta assume

Região Rural / História / Coimbra

CDU 05.CULTURA.SOCIEDADE

S-01/172/7

CARDOSO, António José
As PME, o mercado único e a cooperação europeia / António José Cardoso. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1990. - 50 p. : il. ; 25cm. - (Estudos Europeus; 7)
ISSN 0871-5130

Cooperação Económica / Pequena Empresa / Média Empresa

S-01/162/4

CERVEIRA, Manuel
Cartografia da REN: Reserva Ecológica Nacional / Manuel Cerveira. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1991. - 54 p. ; 24 cm. - (Monografias Técnicas). - Apresenta observações orientadoras de cada ecossistema, para que todas interligadas e correctamente interpretadas, sejam ajustadas às realidades biofísicas de cada concelho e sua principais actividades
ISSN 0871-5149

Ambiente / Ecossistemas / Ordenamento Paisagístico / Reservas Naturais

CDU 16.AMBIENTE

01/225

SANTOS, João Filomeno dos
Infraestruturas Eléctricas em Planos de Ordenamento / João Filomeno dos Santos, Adelino J. Lopes de Sousa. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1990. - 59 p. : il. ; 24 cm. - Define os aspectos principais a considerar, no que respeita às infraestruturas eléctricas, para os Planos Municipais de Ordenamento do Território, os elementos essenciais a apresentar, as fontes de informação a que as autarquias locais e os técnicos podem recorrer
ISBN 972-569-015-X

Distribuição de Electricidade / Planeamento Regional / Planos Regionais

CDU 08.INDÚSTRIA

01/224

MENDES, A. J. Marques
Comércio Externo e Adesão à CEE: Condicionantes e Potencialidades de Portugal e na Região Centro / A. J. Marques Mendes, Lina Paula Coelho. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1989. - 259 p. : il. ; 24 cm. - Estudo sobre as condicionantes e potencialidades da Região Centro no contexto dos impostos de adesão à Comunidade Europeia sobre o Comércio Externo Português
ISBN 972-569-014-1

Comércio Externo / Integração Europeia / Portugal / Região Centro

CDU 09.COMÉRCIO

S-01/226/1

BOURA, Maria Isabel
Iniciativas de apoio ao desenvolvimento na Região Centro: contributo para a definição de estratégias locais / Maria Isabel Boura, Rui Jacinto. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1990. - 83 p. : il. ; 24 cm. - (Sociedade e Desenvolvimento; 1)
ISSN 0871-7583

Desenvolvimento Regional / Recursos Endógenos / Serra de Sicó / Região Centro

4506

ACTAS DO COLOQUIO INTERNACIONAL
Actas do Colóquio Internacional: O Desenvolvimento Local e a Acção dos Agentes de Desenvolvimento nas Regiões de Emigração da Europa. - Porto: Comissão de Coordenação da Região Norte : Comissão de Coordenação da Região Centro: Comissão de Coordenação da Região do Algarve, 1990. - 246 p. ; 22 cm

Desenvolvimento Local / Desenvolvimento Regional / Emigração / Europa

01/229

ASSOCIACAO PORTUGUESA PARA ESTUDOS DE SANEAMENTO BASICO
Ria de Aveiro: Que Futuro? / Associação Portuguesa para Estudos de Saneamento Básico. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1991. - 239 p. : il. ; 24 cm. - Comunicações apresentadas no painel sobre o futuro da Ria de Aveiro, realizado no âmbito do IV Encontro Nacional de Saneamento Básico
ISBN 972-569-017-6

Plano de Desenvolvimento / Poluição / Qualidade do Ar / Aveiro / Região Centro

01/227

MENDES, António Marques
Orçamento Comunitário para 1992: Manual de novas oportunidades financeiras previstas / António Marques Mendes, Maria Helena Moura Ramos. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1991. - 156 p. : il. ; 24 cm. - Manual para consulta e explicação das oportunidades financeiras previstas no orçamento comunitário para 1992; contém as rubricas, que se entendeu serem as mais prováveis de investimento, informando o acto legislativo que lhe está subjacente, qual a dotação prevista 92, a Direcção Geral de que está dependente, etc.
ISBN 972-569-019-2

Orçamento Comunitário / Programas de Financiamento

AMB-01/230

PIRES, Artur Rosa
3ª Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente / Artur da Rosa Pires, Casimiro Pio, Cristina Boia [et al.] ; Vol. I, II e III. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1992. - Vol. I e II [1085 p.] : il. ; 25 cm. - Vol. I: Poluição e Qualidade do Ar; Caracterização físico-química e biológica da qualidade da água; ecotoxicologia e modelação da qualidade do ambiente; Vol. II: Geologia do ambiente, qualidade do ambiente, qualidade do ambiente interior, higiene e segurança industrial, tratamento e gestão dos efluentes líquidos, tratamento e gestão efluentes sólidos, avaliação do impacto ambiental e gestão da qualidade do ambiente, desenvolvimento, sociedade e ambiente
ISBN 972-569-022-2

Ambiente / Qualidade da água

01/231

OLIVEIRA, António A.
Concelho de Coimbra: Estatística / António A. Oliveira. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1992. - 120 p. : il. ; 30 cm

Estatística / Coimbra / Região Centro

01/260

REBELO, João
Lançamento de uma equipa regional de animação energética = Lancement d'une equipe regionale d'animation energetique / João Rebelo, Álvaro Martins, A. Traça de Almeida [et al.]. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1995. - 220 p.;

Energia / Recursos Energéticos / Economia da Energia / Política Energética / Utilização da Energia / Região Centro

01/234

FIGUEIREDO, António
Campanha de sensibilização: o automóvel e a poluição atmosférica: Leiria / António Figueiredo, Ana Maria, Ana Pedrosa [et al.]. - Lisboa: Comissão de Coordenação da Região Centro : Direcção-Geral do Ambiente, 1992. - 31 p. : il. ; 30 cm

Poluição / Leiria

01/234

FIGUEIREDO, António
Campanha de sensibilização: o automóvel e a poluição atmosférica: Marinha Grande / António Figueiredo, Ana Maria, Ana Pedrosa. - Lisboa: Comissão de Coordenação da Região Centro: Direção-Geral da Qualidade do Ambiente, 1992. - 34 p. : il. ; 30 cm

Poluição / Marinha Grande

01/102

PESSANHA, Ana Maria
Índice dos trabalhos elaborados / Ana Maria Pessanha, Ana Maria Saturnino. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1981. - 54 p. ; 25 cm

Bibliografia / Obras de Referência

01/72

JACINTO, Rui
O projecto de urbanização da Quinta de Santa Cruz / Rui Jacinto. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1980. - 5 p. ; 30 cm

Urbanização / Soure / Região Centro

01/69

COSTA, Fernanda Maria
Sectores a implantar na zona de Leiria - Figueira da Foz / Fernanda Maria Costa. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1980. - 15 p. ; 30 cm

Factores de Localização / Recursos Naturais / Leiria / Figueira da Foz

01/66

BOURA, Maria Isabel
O novo parque de campismo de Coimbra / Maria Isabel Boura. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1980. - 40 p. : il. ; 30 cm. - Desaparecido

Parque de Campismo / Coimbra

01/124

PORTO, Manuel Carlos Lopes
Depoimento sobre a abertura do troço Condeixa-Mealhada da Auto-Estrada Lisboa-Porto / Manuel Carlos Lopes Porto. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1982. - 2 p. ; 30 cm

Auto-Estradas / Entrevistas / Condeixa / Mealhada / Região Centro

01/138

REIS, Alda Maria dos Santos
A abertura do sub-lanço "Mealhada - Águeda" / Alda Maria dos Santos Reis. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1983. - 7 p. ; 30 cm

Auto-Estradas / Águeda / Mealhada / Região Centro

01/178

CARRAPITO, António B.
Estágio sobre aproveitamento de bio-gás: Relatório / António B. Carrapito. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1986. - 25 p. : il. ; 30 cm

Biogás / Política Energética / Relatórios Técnicos

01/243

COIMBRA. Comissão de Coordenação da Região Centro
Infra-estruturas rodoviárias na Região Centro: componente essencial de uma política de ordenamento do território e desenvolvimento regional : Documento de Trabalho / Comissão de Coordenação da Região Centro. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1992. - 20 p.

Ordenamento do Território / Desenvolvimento Regional / Infra-estrutura do Transporte / Região Centro

01/245

REBELO, João José Nogueira Gomes
Planeamento em Portugal: O exemplo do litoral centro / João José Nogueira Gomes Rebelo. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1993. - 22 p., : il. ; 30 cm

Planeamento Regional / Ordenamento do Território / Portugal / Região Centro

01/247

RIBEIRO, António da Costa
Instalação de estabelecimentos Industriais / António da Costa Ribeiro. - Coimbra : Comissão de Coordenação da Região Centro, 1989. - 32 p. ; 24 cm

Empresas Industriais / Regulamentação / Zonas Industriais

01/152

COIMBRA. Centro de Estudos e Formação Autárquica
Normas reguladoras e linhas de acção / Centro de Estudos e Formação Autárquica. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1983. - 187 p. : il. ; 24 cm

Formação Profissional / Regulamentação

01/241

CASTRO, Aníbal Pinto de
De Montemor-o-Velho às Ilhas do Japão : A peregrinação de Fernão Mendes Pinto e o encontro de culturas / Aníbal Pinto de Castro. - Coimbra : Comissão de Coordenação da Região Centro, 1993. - 77 p. ; 24 cm

História

01/242

SANTOS, João Marinho dos
Associações Culturais da Região Centro / João Marinho dos Santos, Pacheco de Carvalho, Manuel Queiroz [et al.]. - Coimbra : Comissão de Coordenação da Região Centro: Delegação Regional da Cultura do Centro, 1992. - 375 p. : il. ; 24 cm
ISBN 972-569-033-8

Cultura / Dados Estatísticos / Região Centro

01/239

OLIVEIRA, António
Sistemas de incentivos no âmbito da política regional / António Oliveira, José Manuel Rodrigues Maria. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1990. - 120 p. : il. ; 30 cm

Promoção do Investimento / Região Centro / Portugal

01/237

ESCOLA SUPERIOR AGRARIA DE COIMBRA
Estudo da floresta da Região Centro: concelho da Lousã: proposta para o seu ordenamento / Escola Superior Agrária de Coimbra, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Escola Superior Agrária de Castelo Branco. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1992. - 72 p. : il. ; 30 cm. - Existe um Resumo com 18 p.

Ordenamento Florestal / Recursos Florestais / Lousã

01/237

ESCOLA SUPERIOR AGRARIA DE COIMBRA
Estudo da floresta na Região Centro: concelho de Oleiros: proposta para o seu ordenamento / Escola Superior Agrária de Coimbra, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Escola Superior Agrária de Castelo Branco. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1992. - 62 p. : il. ; 30 cm. - Existe em Resumo com 15 p.;

Ordenamento Florestal / Recursos Florestais / Oleiros

01/237

ESCOLA SUPERIOR AGRARIA DE COIMBRA
Estudo da floresta da Região Centro: concelho de Pedrógão Grande: proposta para o seu ordenamento / Escola Superior Agrária de Coimbra, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Escola Superior Agrária de Castelo Branco. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1992. - 98 p. : il. ; 30 cm. - Existe um Resumo com 19 p.;

Ordenamento Florestal / Recursos Florestais / Pedrógão Grande

01/238

ABREU, Manuel Viegas
A Identidade da Região Centro: Contributos para um modelo policêntrico e interaccionista da Região das Beiras / Manuel Viegas Abreu. - Coimbra: Comissão de Coordenação de Região Centro, 1992. - 42 p. : il. ; 25 cm
ISBN 972-569-032-X

Desenvolvimento Regional / Região Centro

01/240

BAIXO MONDEGO
Baixo Mondego: Região e Património: Actas do 1º Congresso do Baixo Mondego, decorridas entre 26 de Maio e 29 de Julho de 1990. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1992. - 299 p. : il. ; 24 cm
ISBN 972-569-028-1

Conferências / Lugares e Monumentos Históricos / Património Cultural / Baixo Mondego

01/232

CRAVIDAO, Fernanda Delgado
A população e o povoamento da Gândara : génese e evolução / Fernanda Delgado Cravidão. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1992. - 556 p. : il. ; 24 cm
ISBN 972-569-024-9

Desenvolvimento Regional / Zonas Litorais / Região Centro

S-01/226/2

MARTINS, Lídia Maria Ferreira
Formação Profissional na Região Centro: Contributos para a sua caracterização / Lídia Maria Ferreira Martins. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1993. - 126 p. : il. ; 24 cm. - (Sociedades e Desenvolvimento; 2)
ISBN 972-569-038-9
ISSN 0871-7583

Formação Profissional / Região Centro

S-01/171/4

CARVALHO, Armando Ferrão de
A utilização dos espaços florestais / Armando Ferrão de Carvalho. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1992. - 73 p. ; 24 cm. - (Estudos Sectoriais; 4)
ISBN 972-569-036-2
ISSN 0872-0312

Floresta / Região Centro

01/244

ABREU, Manuel Viegas
Espaços de vida e projectos de desenvolvimento: Para uma estratégia de futuro da região das beiras / Manuel Viegas Abreu. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1993. - 131 p. : il. ; 24 cm
ISBN 972-569-041-9

Plano de Desenvolvimento / Região Centro

S-01/171/5

FERNANDES, Liliana Ferreira Ramal da Lousã / Liliana Ferreira Fernandes, Maria das Dores Queirós Pedro Júnior, Maria Helena Morais Cordeiro Dias. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1993. - 63 p. : il. ; 24 cm. - (Estudos Sectoriais; 5)
ISBN 972-569-043-5
ISSN 0872-0312

Caminho de Ferro / Lousã

01/253

JACINTO, Rui
O PDR 1994/98 e o mundo rural: das dinâmicas territoriais aos processos de desenvolvimento das áreas rurais na Região Centro / Rui Jacinto, João Casaleiro, Bernardo Campos [et al.]. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1993. - 23 p. : il. ; 30 cm

Programa Operacional / Desenvolvimento Regional / Região Rural

01/254

VALORISATION DE L'ESPACE ET DE SA DIMENSION CULTURELLE
Valorisation de L'Espace et de sa dimension culturelle : Les dommages de la construction dispersee / Coord. Dan Bernfel, José Santiago Faria. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1993. - 264 p. : il. ; 21 cm

01/237

ESCOLA SUPERIOR AGRARIA DE COIMBRA
Estudo da Floresta da Região Centro: Concelho de Idanha-a-Nova: Proposta para o seu ordenamento / Escola Superior Agrária de Coimbra, Escola Superior Agrária de Castelo Branco, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. - Coimbra : Comissão de Coordenação da Região Centro, 1994. - 68 p. : il. ; 30 cm

Ordenamento Florestal / Idanha-a-Nova

01/271

REDE DE FRONTEIRAS NA REGIAO CENTRO
Rede de fronteiras na Região Centro: programa de desenvolvimento das regiões fronteiriças de Portugal e Espanha. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1989. - 59 p.;

Regiões Fronteiriças / Portugal / Espanha

01/272

LOUREIRO, Carlos
Arco atlântico: Comunicações rodoviárias: Portugal : Relatório preliminar / Carlos Loureiro, João Rebelo. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1990. - 21 p., : il.;

Rede Rodoviária / Comunicações Rodoviárias / Portugal.

01/273

OLIVEIRA, António
Estrutura industrial da Região Centro / António Oliveira. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, [1995]. - 150 p.,

Indústria / Região Centro

S-01/171/9

FREIRE, João Pedro de Almeida Gouveia Geraldes
O turismo no espaço rural da Região Centro / João Pedro de Almeida Gouveia Geraldes Freire, Maria Isabel Neto Andrade, Sandra Felizardo de Oliveira Paiva. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1996. - 96 p.;. - (Estudos Sectoriais ; 9)
ISBN 972-569-085-0

Turismo / Região Rural / Região Centro

01/274

SANTOS, Maria da Graça Lopes da Silva Mouga Poças
A residência secundária no âmbito da geografia dos tempos livres: Análise comparativa dos casos de S.Pedro do Moel e Praia da Vieira / Maria da Graça Lopes da Silva Mouga Poças Santos. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1996. - 318 p., : il.;
ISBN 972-569-090-7

Geografia / Tempos Livres

01/264

BASSO, Armando
Plano regional de ordenamento do território do Centro Litoral: relatório - proposta / Armando Basso, José Santiago Faria, Maria Isabel Boura [et al.]. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1995. - 134 p., : il. ; 30 cm

PROT-CL / Ordenamento do Território / Região Centro

S-01/171/8

FARINHA, Adília Maria Ramos
A gestão dos resíduos sólidos urbanos na Região Centro / Adília Maria Ramos Farinha, Eduardo Jorge Gonçalves Barata. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1995. - 61 p., : il.;. - (Estudos Sectoriais ; 8). - Trabalho elaborado no âmbito da cadeira de "Economia Regional" galardoado com o Prémio Economia Regional de 1993.
ISBN 972-569-081-8

Resíduos Sólidos / Região Centro

S-01/171/3

VICENTE, Artur Manuel Pereira C.
O programa de acção florestal e o desenvolvimento da floresta portuguesa / Artur Manuel Pereira C. Vicente, José Carlos Lopes Alves, Paulo José Duarte de Oliveira. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1991. - 90 p., : il.;. - (Estudos Sectoriais ; 3). - Trabalho elaborado no âmbito da cadeira de "Economia Regional" e galardoado com o Prémio Economia Regional de 1990.
ISBN 972-569-025-7

PAF / Região Centro

01/237

ESCOLA SUPERIOR AGRARIA DE COIMBRA
Estudo da floresta da Região Centro: Concelho de Vila Nova de Poiares / Escola Superior Agrária de Coimbra, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Escola Superior de Castelo Branco. - Coimbra : Comissão de Coordenação da Região Centro, 1995. - 72 p., : il.;

Ordenamento Florestal / Recursos Florestais / Vila Nova de Poiares / Região Centro

01/237

ESCOLA SUPERIOR AGRARIA DE COIMBRA
Estudo da floresta da Região Centro: Proposta para o seu ordenamento: Concelho de Tábua / Escola Superior Agrária de Coimbra, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Escola Superior Agrária de Castelo Branco. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1996. - 120 p., : il.;

Floresta / Tábua / Região Centro

01/262

REBELO, João José Nogueira Gomes
Aperfeiçoamento dos processos de organização e gestão: Relatório da equipa de trabalho / João José Nogueira Gomes Rebelo. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1993. - 110 p. ; 30 cm

Técnicas de Gestão

5202

ABREU, Manuel Viegas
O futuro passa pelo desenvolvimento do interior ou as exigências do princípio da coesão / Manuel Viegas Abreu. - Vila Velha de Ródão: [Comissão de Coordenação da Região Centro], 1993. - 12 p.;

Desenvolvimento Regional / Cooperação Transfronteiriça / Disparidade Regional / Região Centro

S-01/226/4

MARTINS, Rui Miguel Abrantes
Telecomunicações, desenvolvimento e actividade empresarial na Região Centro / Rui Miguel Abrantes Martins. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1994. - 153 p. : il. - (Sociedade e Desenvolvimento; 4)
ISBN 972-569-048-6

Telecomunicações / Empresa / Região Centro

01/276

BOURA, Maria Isabel
Dinâmicas e estratégias locais de investimento: os apoios do FEDER às autarquias da Região Centro: 1986-1993 / Maria Isabel Boura, Jorge Brandão, Rui Martins. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1997. - 126 p.;
ISBN 972-569-094-X

FEDER / Autarquias Locais / QCA / Programa Operacional / Região Centro

01/258

SANTANA-RODRIGUES, Ana Paula
Acessibilidade e utilização dos serviços de saúde: ensaio metodológico em geografia da saúde / Ana Paula Santana-Rodrigues. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1993. - 519 p.;. - Dissertação de doutoramento em Geografia Humana da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
ISBN 0972-569-083-4

Saúde / Serviços de Saúde / Teses / Política de Saúde / Zona Urbana / Região Rural / Coimbra / Góis / Região Centro

01/288

LISBOA. MINISTERIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRACAO DO TERRITORIO. Comissão de Coordenação da Região Centro / **Proposta de plano de desenvolvimento da Cova da Beira: 1989-1993** / Gabinete Coordenador do Programa Integrado de Desenvolvimento Regional da Cova da Beira. - [Coimbra]: Comissão de Coordenação da Região Centro, s.d.. - vol. I [368 p.], vol. II [65 p.], vol. III [320 p.];

Plano de Desenvolvimento / Desenvolvimento Regional / Cova da Beira / Região Centro

S-01/162/5

LEMOS, Luís Leal
Contributos para a gestão de resíduos sólidos urbanos na Região Centro / Luís Leal Lemos, António Pais Antunes, Madalena Pereira Barroso. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1994. - 94 p., : il.;. - (Monografias Técnicas ; 5)
ISSN 0871-5149

Resíduos Sólidos / Reciclagem de Resíduos / Saneamento Básico / Gestão de Resíduos / Região Centro

S-01/233/5

NEVES, Maria José Castanheira
Regime jurídico do licenciamento municipal de obras particulares: Decreto-Lei nº 250/94 de 15 de Outubro: anotado / Maria José Castanheira Neves. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1995. - 77 p.;. - (Série Estudos Autárquicos ; 5)
ISBN 972-569-080-X

Autarquias Locais / Licenciamento / Ordenamento do Território / Legislação / Portugal

S-01/233/7

NEVES, Maria José Castanheira
Loteamentos urbanos / Maria José Castanheira Neves, Maria Margarida Teixeira Bento. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1997. - 85p.;. - (Estudos Autárquicos ; 7)
ISBN 972-569-096-6

Legislação / Loteamentos Urbanos

S-01/277/1

AMORIM, Inês
Aveiro e sua provedoria no séc. XVIII (1690-1814): estudo económico de um espaço histórico / Inês Amorim. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1997. - 867 p., + 14 cartas. - (História Regional e Local; 1). - Apêndice Cartográfico.
ISBN 972-569-097-4

História / Aveiro

ML-17

SEABRA, Maria Judite de Carvalho Ribeiro
Alvorge: uma comunidade rural do séc. XVIII / Maria Judite de Carvalho Ribeiro Seabra. - Coimbra: Câmara Municipal de Ansião: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1989. - 290 p.: il.; 24 cm
ISBN 569-006-0

História / Ansião / Alvorge / Região Centro

ML-S-226/3

CARROLA, Maria Pinto dos Santos A.
Sobral de S. Miguel: estudos etnográficos / Maria Pinto dos Santos A. Carrola, Gabriel dos Santos. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1993. - 161 p. : il. ; 25 cm. - (Sociedade e Desenvolvimento; 3)

Etnografia / História / Covilhã / Sobral de S. Miguel / Região Centro

CDU 39(469.331)
946.9.322

ML-145

CORTESAO, Jaime
As Beiras / Jaime Cortesão.
- Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1994. - 99 p. : il. ; 27 cm

História / Região Centro

CDU 946.9.3

S-01/277/2

VAZ, João L. Inês
A civitas de Viseu: espaço e sociedade / João L. Inês Vaz. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1997. - Vol. I [487 p.], Vol. II [192 p.] : il.. - (História Regional e Local; 2)
ISBN 972-569-095-8

Arqueologia / História / Viseu

01/278

LOPES, Sandra Dias
Convento de S. Francisco da Ponte: valor da arte coimbrã / Sandra Dias Lopes. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1998. - 102 p.
ISBN 972-569-098-2

História / Arqueologia / Património Cultural

01/279

DIAGNOSTICO PROSPECTIVO DA REGIAO CENTRO
Diagnóstico prospectivo da Região Centro: contribuição para o PNDES: documento de trabalho. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1998. - 114 p.

Desenvolvimento Económico / Desenvolvimento Social / Região Centr

01/280

REBELO, João
Plano energético do município de Coimbra / João Rebelo, A. Traça de Almeida, Henriques Fernandes. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1995. - vol. I[104 p.] vol II[300 p.]; Anexo[250 p.]. - Vol. I - Relatório final; vol II - Caracterização da procura de energia; Anexo - Rapport intermediaire

Política Energética / Consumo de Energia / Coimbra

01/286

DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E TERRITORIO
Desenvolvimento industrial e território = = Industrial development and territory.
- Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1998. - 326 p.;. - Actas do Seminário Internacional
ISBN 972-569-101-6

Desenvolvimento Regional / Desenvolvimento Industrial / Territoralidade

01/284

PLANOS DIRECTORES MUNICIPAIS
Planos directores municipais: que planos para a próxima década?: seminário. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1998. - 170 p.;
ISBN 972-569-099-00

Planeamento Urbanístico / Portugal

S-01/285-1

OLIVEIRA, António A.
Fichas concelhias: indicadores sócio-económicos e demográficos da Região Centro / António A. Oliveira, António M. C. Cerveira. - 1ª edição. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1999. - 195 p.: quadros. - (Estudos Regionais; 1)
ISBN 972-569-102-4

Estatística / Indicador Económico / Indicador Social / Demografia / Região Centro / Portugal

S-01/171/10

FERREIRA, Paulo
Universidade de Coimbra: uma análise regional / Paulo Ferreira, Zhu Feng. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1998. - 116 p.; - (Estudos Sectoriais; 10). - Trabalho elaborado no âmbito da cadeira de "Economia Regional" e galardoado com o 1º prémio de Economia Regional 1996
ISSN 0872-0312

Universidade / Análise Económica / Desenvolvimento Regional / Estabelecimento de Ensino / Coimbra / Região Centro

S-01/171/11

TAVARES, Aida
Coimbra: pólo de saúde? / Aida Tavares, Ana Isabel Melo, Pedro André Cerqueira. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1998. - 43 p.; - (Estudos Sectoriais ; 11). - Trabalho elaborado no âmbito da cadeira de "Economia Regional" e galardoado com o 2º prémio de Economia Regional
ISSN 0872-0312

Saúde / Desenvolvimento Regional / Coimbra / Região Centro

S-01/285-3

RELVAO, António Machado
Sistemas de tratamento de efluentes em aglomerados urbanos por leitos de macrófitas emergentes / António Machado Relvão, Eugénio José Santigo, Nelson M.L. Pereira da Silva.
- Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1999. - 64 p.; : il.. - (Estudos Regionais; 3)
ISBN 972-569-104-0

Água Residual / Tratamento de Água

S-01/285/2

BAPTISTA, A.J. Mendes
Políticas para o desenvolvimento do interior: um contributo para o plano nacional de desenvolvimento económico e social 2000-2006 / A.J. Mendes Baptista. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1999. - 50 p.; - (Estudos Regionais; 2)
ISBN 972-569-107-5

PNDES / Desenvolvimento Económico / Desenvolvimento Social / Interior

S-01/285/4

BALTASAR, Vítor
Acessibilidades e sistemas urbanos na região centro / Vítor Baltasar. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1999. - 53 p.; : mapas. - (Estudos Regionais; 4)
ISBN 972-569-106-7

Transportes Rodoviário / Acessibilidades / Rede de Transporte / Estatística / Região Centro

01/268

PROCENTRO
PROCENTRO: Programa Operacional da Região Centro: 1994-1999: ambiente: acessibilidade e transportes: equipamento: infra-estruturas de apoio à actividade económica: renovação urbana e patrimonial: apoio às actividades económicas e ao desenvolvimento endógeno / coord. Gestor do PROCENTRO.
- Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 2001. - 419 p. : il.
ISBN 972-569-117-2

Programa Operacional / Economia / Acessibilidades / Renovação Urbana / Desenvolvimento Local / Região Centro

01/335

OLIVEIRA, António A.
Fichas concelhias: indicadores sócio-económicos e demográficos da Região Centro: 2005 / António A. Oliveira. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 2005. - [167 p.]: quadros

Estatística / Indicador Económico / Indicador Social / Demografia / Região Centro / Portugal

01/335

OLIVEIRA, António A.
Fichas concelhias: indicadores sócio-económicos e demográficos da Região Centro: 2006 / António A. Oliveira. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 2006. - [160 p.]: quadros

Estatística / Indicador Económico / Indicador Social / Demografia / Região Centro / Portugal

RP-6/01

LEGISLACAO REFERENTE AO MES DE
Legislação Referente ao Mês de. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1996. - Mensal

RP-5/01

PARECERES JURIDICOS
Pareceres Jurídicos. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1996. - Semestral

RP-651

ALDEIAS DE XISTO
Aldeias de Xisto. - Coimbra: Comissão C. D. Regional do Centro, 2005. - Trimestral

RP-3/01

BOLETIM
Boletim. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1994. - Semestral

RP-2/01

RELATORIO DE ACTIVIDADES
Relatório de Actividades.
- Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 2003. - Anual

RP-REL-172

RELATORIO REGIONAL DE ACTIVIDADES DOS GAT
Relatório Regional de Actividades dos GAT. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1988. - Anual

RP-669

REGIAO CENTRO
Região Centro: Boletim Trimestral. - Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 2008. - Trimestral
ISSN 1647-3612

DESDE 1971 • CCDRC • COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO •

50 anos